

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO URBANO**

RITA DE CÁSSIA BATISTA MAIA

REFLEXÃO SOCIOLÓGICA SOBRE ESPAÇOS ÊMICOS
Processos Psicossociais do Individualismo nos Espaços Urbanos
Contemporâneos: Breve Leitura de Anúncios de Bairros Planejados.

RITA DE CÁSSIA BATISTA MAIA

REFLEXÃO SOCIOLÓGICA SOBRE ESPAÇOS ÊMICOS

Processos Psicossociais do Individualismo nos Espaços Urbanos
Contemporâneos: Breve Leitura de Anúncios de Bairros Planejados.

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em
Desenvolvimento Urbano - MDU da
Universidade Federal de Pernambuco como
requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Desenvolvimento Urbano.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lúcia Leitão

UFPE

2015

Recife - PE

Catálogo na fonte

Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

M217r Maia, Rita de Cássia Batista

Reflexão sociológica sobre espaços êmicos. Processos psicossociais do individualismo nos espaços urbanos contemporâneos: breve leitura de anúncios de bairros planejados / Rita de Cássia Batista Maia. – 2015.

112 f.: il., fig.

Orientadora: Lúcia Leitão.

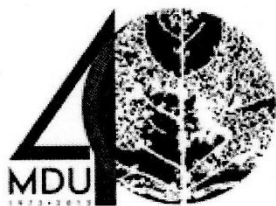
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Desenvolvimento Urbano, 2016.

Inclui referências.

1. Prática arquitetônica. 2. Espaço (Arquitetura). 3. Individualidade. 4. Bairros. 5. Renovação urbana. I. Leitão, Lúcia (Orientadora). II. Título.

711.4 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2016-92)



.....
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano
Universidade Federal de Pernambuco

RITA DE CÁSSIA BATISTA MAIA

***REFLEXÃO SOCIOLÓGICA SOBRE ESPAÇOS ÊMICOS. PROCESSOS PSICOSSOCIAIS DO
INDIVIDUALISMO NOS ESPAÇOS URBANOS CONTEMPORÂNEOS: BREVE LEITURA DE
ANÚNCIOS DE BAIRROS PLANEJADOS.***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Urbano.

Aprovada em: 04/09/2015.

Banca Examinadora

Profa. Lúcia Leitão Santos (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Cristina Pereira de Araújo (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Julieta Maria Vasconcelos Leite (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico esta dissertação à memória de meu pai, José de Oliveira Maia, que me ensinou a simplicidade da vida e a força dos sonhos. Dedico também à memória do médico psicanalista, Sigmund Freud, que me possibilitou adentrar em horizontes analíticos complexos, conduzindo-me ao universo imensurável do prazer dos estudos psicossociais.

Agradeço,

Ao Deus primeiramente, pela força vital para conseguir realizar este trabalho, mesmo em meio ao “furacão” que passava em minha vida;

Minha sincera gratidão à minha orientadora, Professora Lúcia Leitão, por ser a própria “inspiração” desta pesquisa. Pelos estímulos, pelo seu voto de confiança e pelo fato de compreender, sempre, as dificuldades em relação aos momentos de reviravolta de minha vida durante esta pesquisa;

À minha pequena família, minha mãe, Mariete Maia, por ter me concedido a vida na “confortável morada” de seu ventre, por sua dedicação como mãe, e pelo apoio incondicional aos meus estudos; meu esposo e grande amor, Benedicto Vidal, pelo apoio e encorajamento, durante os momentos difíceis durante a efetivação desta dissertação, pela sua compreensão e companheirismo, pelas fotografias e críticas construtivas; aos meus filhos Bruna Maia e Victor Maia, razão do meu viver e do meu pensar no futuro, por compreender minha ausência como mãe durante todo o período deste estudo; e ao meu irmão, José Maia (Mainha), por simplesmente ser meu o melhor amigo e parte de mim; E por fim, ao meu novo amor Vinícius Maia, filho de coração.

Aos professores do MDU, em especial às professoras Norma Lacerda e Julieta Leite pelas excelentes contribuições durante a avaliação do projeto de dissertação; e aos funcionários que fazem parte do Programa, em especial à Renata e Carla, sempre tão amorosas e atenciosas;

Aos companheiros de turma em especial à Anna Kelly, Bianca, Eugênia, Hanna, Igor, Michele, Nilson, Raul, Roberto, Rogério e Vinícius, que me foram mais próximos;

Ao meu orientador da graduação professor Henrique Barros, pelo enorme apoio na vida acadêmica;

Ao apoio do CNpq...

“A ideia de Paraíso, posto que fortemente inculcado no imaginário, não dá conta, à luz da ciência, dessa noção de falta que lhe é própria. É nesse ponto que a teoria psicanalítica, tal como formulou Freud, oferece uma resposta plausível à compreensão do desejo de esvaziar que marca o humano desde sempre”.

(Lúcia Leitão)

MAIA, R. DE C. B.

MAIA, Rita de Cássia Batista. Reflexão sociológica sobre espaços êmicos. Processos psicossociais do individualismo nos espaços urbanos contemporâneos: breve leitura de anúncios de bairros planejados / Rita de Cássia Batista Maia. – 2015. 112f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco. 2015.

RESUMO

Este trabalho é uma investigação teórica multidisciplinar à luz da Sociologia, do Urbanismo, dialogando com a Psicanálise freudiana. Propondo elaborar uma reflexão sociológica sobre a relação entre individualismo contemporâneo e os processos psicossociais e civilizadores, identificando o reflexo dessa relação na produção material do espaço urbano. Sabe-se que o individualismo emerge de um processo social alavancado pelo capitalismo, e nessa perspectiva, pode se tornar um forte viabilizador da fragmentação físico material do espaço urbano. Em particular a fragmentação planejada com o objetivo de divisão de classes social. Uma dessas implicações refere-se ao fato desses bairros planejados produzirem metaforicamente espaços “êmicos”, ou seja, que se assemelham às “tribos” que evitam, dificultam ou inviabilizam o convívio com indivíduos pertencentes a outras “tribos”. Outra implicação refere-se à “autogestão” desses espaços, que é equivocadamente apresentada à sociedade civil como uma alternativa viável para soluções de problemas sociais e urbanos, contudo deveriam ser solucionados em caráter público, e não de forma particularizada pelo “polo riqueza” da sociedade. Trabalhou-se para responder a seguinte indagação: Como os processos psicossociais do individualismo interferem na produção material do espaço urbano? Sugerindo-se a hipótese de que tanto o desamparo psicossocial quanto a busca por privilégios remanescentes de uma natureza narcísica, fazem o indivíduo desenvolver uma dualidade comportamental que reorganiza os valores sociais na sociedade. Percebeu-se ao final que o processo civilizador ainda não constituiu o saber conviver com o “estranho”, ao contrário equivocadamente fortaleceu estratégias “êmicas”. Agindo assim, o indivíduo alimentou um novo processo social que desta vez reconfigura o individualismo levando-o a construções de “tribos”, intituladas “bairros planejados”. A autogestão é a marca desses bairros, onde o indivíduo vive afastado do Poder Público e da ideia de sociedade em geral.

Palavras-chave: Prática arquitetônica, espaço (arquitetura), individualidade, bairros, renovação urbana.

MAIA, R. DE C. B.

MAIA, Rita de Cássia Batista. Réflexion sociologique sur êmicos espaces. Processus psychosociaux de l'individualisme dans les espaces urbains contemporains : brève lecture des quartiers annonces prévues. / Rita de Cássia Batista Maia. – 2015. 112f. Dissertation (Master of Urban Development) – Universidade Federa de Pernambuco. 2015.

Resumé

Ce travail est une étude pluridisciplinaire d'investigation théorique à la lumière de la sociologie, de l'Urbanisme et de la psychanalyse freudienne. Il vise à développer une réflexion sociologique sur la relation entre l'individualisme contemporain et des processus psychosociaux et civilisatrices, identifier le reflet de cette relation dans la production matérielle de l'espace urbain. Il est connu que l'individualisme émerge d'un processus social stimulé par le capitalisme, et dans cette perspective, peut devenir un puissant activateur de la fragmentation des trucs physique de l'espace urbain. En particulier la fragmentation du quartier avec l'objectif du division class sociale. Une préoccupation au sujet de les possibles implications causée pour la fragmentation urbaine planifiée. Une de ces implications, se réfère au fait que ces quartiers prévus produisent espaces "émique", sens qui ressemblent à "tribus" qui empêchent, entraver ou de contact fiable avec les personnes appartenant à d'autres «tribus». Une autre implications se réfère à «l'auto-gestion" dans ces espaces, qui son à tort présenté à la société civile comme une alternative viable pour la résolution des problèmes sociaux et urbains, mais ils devraient être résolus dans un caractère public, et non sous individualisée dans la «richesse de polo" de la société. A travaillé pour répondre à la question suivante: Comme l'individualisme des processus psychosociaux on interfèrent dans la production matérielle de l'espace urbain ? Il est suggéré l'hypothèse que tant la détresse psychosociale comme la recherche de privilèges restant de la nature narcissique, il fait rendre l'individu à développer une dualité de comportement qui réorganise les valeurs sociales de la société. Il a été remarqué à la fin que le processus civilisateur il ne fait pas la civilité de savoir comment vivre avec le "étranger". Ce faisant, l'alimentation d'un nouveau processus social cette fois reconfigure l'individualisme menant la la construction de «tribus», intitulé «quartiers prévus." L'autogestion est la marque de ces quartiers, où l'individu vit loin du gouvernement et de la société idée générale.

Mots-clés: Pratique architectural, architecture spatiale, l'individualisme, quartiers, rénovation urbaine.

LISTAS DE IMAGENS

Figura 1: Anúncio de Bairro Planejado pela Paysage Empreendimentos	35
Figura 2: Anúncio do Bairro Planejado em Londrina	39
Figura 3: Pedágio de acesso ao bairro planejado do Paiva.....	40
Figura 4: Acesso à praia do bairro planejado do Paiva	40
Figura 5: O espelho de “Narciso” e a escolha de morar.....	43
Figura 6: Anúncio de Bairro Planejado em São Paulo (Prestige Alta Vista)	47
Figura 7: Bairro Planejado do Paiva (Beleza natural aliada ao conforto)	51
Figura 8: Bairro Planejado do Paiva (Beleza natural aliada à organização)	52
Figura 9: Funcionário da jardinagem no bairro planejado do Paiva	61
Figura 10: Condomínio fechado no bairro planejado do Paiva.....	61
Figura 11: Segurança e conforto a caminhar no “Bairro Planejado do Paiva”.....	66
Figura 12 Segurança e conforto aos hóspedes do Hotel no “Bairro Planejado do Paiva”	66
Figura 13: Passear nas ciclovias	70
Figura 14: Guarita para atender transporte público.....	70
Figura 15: Anúncio de um Bairro Planejado em Santa Catarina.....	81
Figura 16: Cidade universitária Pedra Branca – SC.....	82
Figura 17: Jardim das Perdizes - SP.....	83
Figura 18: Parque da Cidade, bairro Planejado em São Paulo	83
Figura 19: Ilha Pura, bairro planejado na Barra da Tijuca no Rio de Janeiro.	84
Figura 20: Anúncio do Jardim das Perdizes	85
Figura 21: Panfleto de vantagens oferecidas no bairro planejado.....	88
Figura 22: Vista aérea do condomínio de casas no bairro do Paiva e da Reserva do Paiva.....	89
Figura 23: Reserva do Paiva e Praias vizinhas, vista do satélite	90
Figura 24: Início da Ponte Arquiteto Wilson Campos no bairro planejado do Paiva	91
Figura 25: Ponte Arquiteto Wilson Campos	91
Figura 26: Saída do bairro planejado do Paiva.....	92
Figura 27: Via Costeira de acesso ao bairro planejado do Paiva	92
Figura 28: Condomínio Morada da Península no Bairro Planejado Paiva.....	93
Figura 29: Condomínio Morada da Península no Bairro Planejado Paiva.....	94
Figura 30: Condomínio Morada da Península no Bairro Planejado Paiva.....	94
Figura 31: Condomínio Morada da Península no Bairro Planejado Paiva.....	94
Figura 32: Processo Social do Individualismo	101
Figura 33: Ciclo Indivíduo e espaço Urbano.....	104

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1.O INDIVIDUALISMO À LUZ DE TRÊS IMPORTANTES PENSADORES	21
1.1.O INDIVIDUALISMO OCIDENTAL SEGUNDO DUMONT	21
1.2.O INDIVIDUALISMO E O SUBJETIVISMO EM SIMMEL (ATITUDE BLASÉ)....	24
1.3.O PROCESSO SOCIAL DO INDIVIDUALISMO NA SOCIEDADE, EM ELIAS.....	27
2.INDIVIDUALISMO E SOCIEDADE	33
2.1.O INDIVIDUALISMO CONTEMPORÂNEO E O DESAMPARO PSICOSSOCIAL	33
2.2.O INDIVIDUALISMO A PARTIR DE UM “NARCISISMO” PSICOSSOCIAL.....	43
2.3.O INDIVIDUALISMO E O PROCESSO CIVILIZADOR (BELEZA, LIMPEZA E ORDEM).....	48
2.3.1.A “ <i>beleza</i> ” narcísica refletida no espaço urbano materializado.....	50
2.3.2.Medida civilizadora da “ <i>limpeza</i> ” e o jogo entre utilidade e garantias de “privilégios”	54
2.3.3.A “ <i>Ordem</i> ” dos indivíduos” no espaço urbano	58
2.4.O INDIVIDUALISMO E O FATOR “ECONÔMICO” NA PRODUÇÃO MATERIAL DO ESPAÇO	65
3.O INDIVIDUALISMO E A FRAGMENTAÇÃO PLANEJADA PARA SEGREGAR	72
3.1.FRAGMENTAÇÃO PLANEJADA: UMA FORMA DE “SEGREGAR”	72
3.2.FRAGMENTAÇÃO PLANEJADA: NÃO É “NOVO URBANISMO”	76
3.3.BAIRROS PLANEJADOS: INDIVIDUALISMO NA SOCIEDADE E AUTOGESTÃO DO ESPAÇO URBANO	80
3.4.UM BAIRRO PLANEJADO PARA A ELITE PERNAMBUCANA.....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106

INTRODUÇÃO

Considerando a incorporação dos bairros planejados nos espaços urbanos da atualidade um reflexo do individualismo contemporâneo, questiona-se sobre as idealizações desses espaços para atender às aspirações econômicas e particularizadas. Projetados para garantirem o conforto, a segurança, a beleza, a ordem estrutural, entre outros privilégios, que se apresentam como fortes atrativos comerciais, além de regidos sob uma administração privatizada em forma de autogestão do espaço. A partir de tais características, permitem que os indivíduos do “polo riqueza” tenham a opção de morar numa nova “cidade”, dentro da “cidade”. Compreende-se que esses espaços “privilegiados” não constituem o conceito de bairro tal como se conhece no sentido de garantir a diversidade e o bem-estar social, e, sim, garantirem a homogeneidade social e o bem-estar “particularizado e privatizado”.

Esta dissertação tem o objetivo de elaborar uma reflexão sobre a relação entre individualismo contemporâneo e os processos psicossociais e civilizadores, identificando o reflexo dessa relação na produção material do espaço urbano. Parte-se de uma inquietação sobre as possíveis implicações sociais ocasionadas por esse tipo de fragmentação espacial planejada (Bairros Planejados). Uma dessas implicações é o fato de esses bairros planejados produzirem espaços que metaforicamente podemos chamar de “ênicos”, ou seja, que se assemelham às “tribos” indígenas que evitavam, dificultavam ou inviabilizam o convívio com indivíduos pertencentes às outras “tribos”. As “cercas invisíveis” e estratégias “ênicas” que proporcionam o afastamento dos “estranhos” são construídas pela própria configuração espacial e estrutural do bairro planejado, resultando em “ilhas” para “viver na cidade”, podendo-se dizer que se trata da materialização de um gueto social na vida urbana.

Outra implicação refere-se às consequências sociais da “autogestão” desses espaços, que é equivocadamente apresentada à sociedade civil como uma alternativa viável para soluções de problemas sociais e urbanos, que, entretanto, deveriam ser solucionados em caráter público, e não de forma particularizada pelo “polo riqueza” da sociedade. Isso alerta sobre o contínuo afastamento do Poder Público das estruturas e segurança na metrópole, favorecendo “saídas de emergência” aos que podem pagar. Como consequência dessa autogestão, em um futuro próximo poderá existir de fato a separação entre os “bairros planejados privados” (estruturas e serviços eficientes) e “bairros públicos” (carência de estruturas e serviços). Lembrando que, no Brasil, algo parecido já acontece em diversas questões de ordem social, a exemplo da saúde e da educação, nas quais são raros os casos de

bons serviços públicos. Dessa forma, optou-se por não trazer casos do exterior para realizar uma análise comparativa, tão somente citar alguns exemplos de outros bairros planejados no Brasil, a fim de respeitar as particularidades dos processos sociais em cada sociedade.

A importância dessa reflexão pode, talvez, justificar-se por acreditar que, de alguma forma, essas implicações ou problemas apontados acima são questionados discretamente nos “valores sociais” que são (re)processados e (re)adequados na sociedade de acordo com o momento, e que, no caso, esse discreto questionamento sobre as ações do individualismo na formação do espaço urbano deve-se ao fato de se estar vivendo a “Era do individualismo contemporâneo”. Sendo assim, surgem interesses acadêmicos diversificados em despertar essa reflexão na sociedade. Pensando nessa questão, atentou-se para a seguinte indagação: Como os processos psicossociais no individualismo interferem na produção material do espaço urbano?

Sugere-se que alguns valores sociais foram construídos por base nos preceitos do processo social que resultaram no individualismo e permeiam situações que envolvem o indivíduo tanto pelo desamparo psicossocial, quanto pela busca por privilégios remanescentes de sua natureza narcísica. Como também se indica que esses processos psicossociais dialogam tanto com o resultado social do processo civilizador como com o fator econômico envolvido nessa questão, resultando numa dualidade comportamental no indivíduo, reformulando alguns valores sociais que embasam o real sentido de “morar na cidade”.

Sobre a escolha do título é interessante ressaltar que “espaços êmicos, não fale com estranhos” parte de uma referência à estratégia “antropoêmica”, que é a atitude de repelir os estranhos, impedindo o contato físico e a interação social. Essa estratégia é mencionada na obra de Claude Lévi-Strauss, *Tristes trópicos* (1955), na qual o autor elabora uma narrativa etnográfica em que rememora sua estada no Brasil na década de 1930 e, inclusive, discorre sobre os grupos tribais, conceituando as estratégias das tribos para se defenderem dos estranhos: “antropoêmica” e “antropofágica”. A “antropoêmica” seria a atitude de repelir os estranhos, “cuspindo ou vomitando”. A segunda, a antropofágica, seria a atitude de devorar os estranhos. Suas análises eram profundamente subjetivas, valendo-se, inclusive, da teoria freudiana, concluindo que o “homem é o lobo do homem”.

Em alusão às estratégias humanas de defesa frente aos estranhos, Bauman revela formas elevadas e refinadas da estratégia “êmica” da sociedade civilizada contemporânea. Nessas estratégias “polidas” não se faz necessário repelir o estranho “cuspindo”, visto que a estratégia “êmica” contemporânea consiste na “separação espacial, os guetos urbanos, o acesso seletivo a espaços e o impedimento seletivo ao uso” (BAUMAN, 2014, p. 129). O

indivíduo “civilizado” não precisa devorar o “estranho” para que ele desapareça; simplesmente ignorar, não falar, olhar, mas não ver, essas estratégias fazem, também em certa medida, o efeito do afastamento, pela razão de provocar no outro o “desprazer” de ser evitado, culminando em diversos conflitos sociais do afastamento.

É importante salientar que o foco crítico desta dissertação está voltado para compreender o que leva a determinadas ações, com base no individualismo contemporâneo, identificando seu reflexo na formação do espaço urbano, frisando, neste caso, os indivíduos pertencentes ao vértice da pirâmide social “polo riqueza”. Isso porque nesse polo estão concentrados os detentores de parte do poder de decisão e participação na vida econômica e urbanística do país, afinal, ele é composto por indivíduos dos setores do capital industrial ao imobiliário, gestores públicos e demais indivíduos das classes de rendas altas, sendo alguns pertencentes desse polo responsáveis pela constituição do bairro planejado no espaço urbano.

A Sociologia defende a ideia segundo a qual toda transformação provocada pelo homem – seja paisagística, ambiental, econômica ou social – é precedida pela intenção que guia a ação. É necessário, portanto, observar que nessa intenção está oculta a dimensão psíquica e que a sociologia pode encontrar subjetivamente, nesta dimensão psíquica, meios de se compreender a construção das relações sociais em toda sua abrangência. Entende-se que, dentro do universo de ações, o comportamento humano é de fato complexo e diversificado, continuamente recebe influências do meio em que se vive, age, assim, no contexto social de acordo com sua formação e com a dimensão subjetiva presentes nesses processos.

Dessa forma, para atender ao objetivo da reflexão proposta, o exercício metodológico desta dissertação teve por base a sociologia compreensiva, na qual não busca analisar as ações dos indivíduos em si, mas a subjetividade presente nessas ações.

Desenvolveu-se um trabalho de revisão bibliográfica, articulando os assuntos questionados com a proposta atrativa apresentada por alguns anúncios selecionados que ofertam “um feliz viver” nos bairros planejados. Esses anúncios são apresentados com finalidade de reforçar a ideia de que nem toda proposta que é apresentada como uma boa alternativa para soluções de “bem viver no espaço urbano” são, de fato, positivas para o todo da cidade, ou mesmo não represente verdadeiramente o “bem-estar social” e, sim, sejam por vezes opções particularizadas. Para a compreensão dos processos psicossociais interlaçaram-se alguns conceitos da sociologia que estivessem em interface com algumas noções da psicanálise freudiana. Dessa forma, a metodologia baseia-se na apropriação de uma bibliografia específica, definida de acordo com os temas abordados, a fim de construir uma

compressão que permitisse elaborar uma reflexão coerente com a complexidade do assunto, que envolve processos psicossociais na produção material do espaço urbano.

Sendo assim, trilhou-se pelo caminho da metodologia compreensiva, na qual os fatos sociais complexos também podem ser analisados à luz de pressupostos subjetivos, formado pela consciência e pela intenção dos indivíduos. Desenvolvida por Max Weber (1864-1920), Andrade diz que esta metodologia pode servir como base aos estudos sociológicos que buscam trabalhar com pressupostos subjetivos. Assim, o autor explica que:

A sociologia weberiana dá mais importância à busca dos valores subjetivos que estruturam a sociedade do que à objetividade dos fatos. Não era relevante para Weber determinar o que acontece em uma sociedade, mas que tipo de mentalidade (o porquê) levou à realização das ações (ANDRADE, 2008, p. 04).

Para melhor apreciação da leitura dividiu-se o trabalho em três momentos, a saber:

1. Inicialmente, procurando compreender como surge o processo do individualismo;
2. Posteriormente identificando os processos psicossociais e civilizadores que tanto são reflexo desse individualismo como são a própria fonte que o alimenta;
3. Paralelamente relacionando esses processos com a formação do espaço urbano;
4. Na sequência, definir a fragmentação planejada, direcionando para a referência principal, o bairro planejado do Paiva;
5. Finalmente relendo na consideração final pontos relevantes para a reflexão, não elevando as considerações apresentadas ao status de verdade, mas, sim, pretendendo contribuir para a reflexão sobre o ambiente urbano contemporâneo mediante o diálogo existencial entre a consciência moral do indivíduo e seus valores (voláteis frutos do individualismo).

Assim, o presente texto dissertativo está organizado da seguinte maneira:

1. O primeiro capítulo apresenta um breve esboço da noção de individualismo segundo os pensadores selecionados para compreender o percurso da formação do individualismo. **O individualismo à luz de três importantes pensadores**, este capítulo discute mediações teóricas importantes para a compreensão da formação do individualismo. Inicialmente, apresenta-se o individualismo ocidental por três conceituados autores: Louis Dumont, Georg Simmel e Norbet Elias. É fundamental observar, portanto, que o individualismo, na visão dos mesmos, apresenta uma única “vertente de nascimento”, a de que o individualismo é fruto de um processo social.

Iniciando com Louis Dumont (1911-1998), que analisou o processo histórico que originou a ideologia moderna do individualismo numa perspectiva antropológica. Na sequência, apresenta-se a compreensão da formação do individualismo a partir do sociólogo alemão Georg Simmel (1858-1918), de grande importância para as Ciências Sociais,

direcionando sua investigação aos estudos da Modernidade, do individualismo e da subjetivação no cotidiano do indivíduo nas metrópoles. Com Simmel, percebe-se que os traços constitutivos da urbanidade e civilidade em 1903, como a “indiferença”, por exemplo, ainda permanecem vivos na sociedade do individualismo contemporânea. Assim como Dumont, o autor aponta a Renascença como o momento crucial do sentimento antropocêntrico, fazendo surgir o individualismo entre os europeus, que se traduziu na busca pelo prestígio individual da época.

O sociólogo alemão Norbert Elias (1897-1990) utilizou-se metodologicamente da comparação entre as sociedades tradicionais e as modernas problematizando o conceito de civilização. Contudo, esta dissertação não pretende explorar o conceito de civilização, tão somente focar no processo social que deu origem ao individualismo, segundo as concepções abordadas pelo autor.

Em linhas gerais, pode-se dizer que, independentemente do diferente caminho que tomaram suas análises, os três pensadores compreendem que o individualismo é fruto de um longo processo social, tendo verificado também nesse processo as constituições individuais subjetivas ao ser humano.

2. O segundo capítulo, **Individualismo e Sociedade**, refere-se à compreensão da relação dos processos psicossociais no individualismo contemporâneo presente nas ações dos indivíduos. Para esse fim, são pincelados os preceitos dos processos civilizadores (ordem, limpeza e beleza) apontados por Sigmund Freud, e os processos psicossociais (desamparo e narcisismo) que são relacionados com o individualismo contemporâneo, investigando as influências desses processos e do fator econômico na produção material do espaço urbano, construindo, dessa forma, um diálogo com os principais pensamentos de Georg Simmel, Norbert Elias e Zygmunt Bauman, somados a noções específicas sobre a subjetividade na produção material do espaço com a urbanista Lucia Leitão.

O capítulo segue com o intuito de abordar ideias pontuais da psicanálise, entendendo que a teoria psicanalítica viabiliza a compreensão do caráter subjetivo que permeia os processos psicossociais dos indivíduos. Freud apontou a possibilidade de estudos sobre os fenômenos sociais serem explicados com base nos processos psíquicos e, nesse viés, esclareceu que a psicologia das massas (das multidões ou social) “trata o indivíduo como membro de uma tribo, um povo, uma casta, uma classe, uma instituição ou como elemento de um grupo de pessoas que em certo momento e com uma finalidade determinada, se organiza numa massa”. (FREUD, 2013 [1921] p. 138). É importante perceber que, nesta constatação, a massa pode ser associada à determinada sociedade ou parte desta, desse modo, a partir de

então, Freud concede permissão para que os estudos sociológicos se valham de sua teoria psicanalítica, deixando isso bem claro ao tratar os impulsos sociais (*der soziale Trieb*)¹ na vida psíquica humana.

O subcapítulo na sequência fala do desamparo “psicossocial” que está fortemente ligado à construção de uma tranquilidade ilusória na consciência moral do indivíduo.

Para retomar o caráter sociológico da dissertação recorreu-se à referência de Zygmunt Bauman, direcionando um pensamento analítico sobre as atitudes comportamentais dos indivíduos na contemporaneidade, que vivem em busca de “proteger-se”.

É a partir dessa “nova ordem da produção material do espaço” que o indivíduo ilusoriamente passa a garantir sua “segurança”. Na teoria psicanalítica, Freud apresenta a noção de *desamparo humano*. Este desamparo, presente na condição humana, não é o foco do individualismo contemporâneo. Ele é citado, visto que parte daí a ideia sobre o desamparo que sugere falta de amparo, abrigo, proteção. Essas faltas migram e se expressam em questões psíquicas como o “medo”, e são redimensionadas pelas questões sociais como da “ falta de segurança” e “desamparo social”.

É fundamental dizer que tanto o recente ensaio de Lúcia Leitão “Onde Coisas e Homens se encontram” (2014), quanto o artigo A Cidade de Simmel, a cidade dos homens (LEITÃO, 2011), despertaram um novo olhar para a arquitetura e para a produção material do espaço urbano. A autora associa particularmente arquitetura e subjetividade, encontrando em alguns conceitos da psicanálise freudiana a chave principal de sua investigação. Seus trabalhos serviram de inspiração para a realização desta dissertação.

Leitão aponta que o comportamento narcísico apresenta ao espaço urbano uma extensão do próprio indivíduo e essa situação se materializa por intermédio da arquitetura. Sua análise sobre a “dimensão subjetiva da arquitetura” abre portas para outras investigações sobre o indivíduo e sua relação inconsciente com o espaço habitado.

Acredita-se que esse estudo foi a célula de ignição para reforçar o pensamento de que as ações no espaço materializado também emergem de um inconsciente psíquico individual, segundo o qual prevalece a busca pela prazerosa sensação de proteção enquanto suporte simbólico, uma vez que o indivíduo se encontra em constante estado de desamparo e incompletude existencial.

1. Psicanálise Freudiana e impulsos sociais (*der soziale Trieb*)¹ na vida psíquica humana. Em alemão, *der soziale Trieb*. Salvo indicação em contrário, “impulso” corresponde sempre a *Trieb*. Para mais detalhes sobre essa escolha, ver: HANNS, A. L. *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

Entretanto, é a partir do narcisismo que o indivíduo revela por completo os “caprichos” do individualismo contemporâneo, possibilitados pelo poder econômico do indivíduo.

Trata-se aqui do “Narcisismo” a partir Christopher Lasch, tomando uma configuração psicossocial. Esse autor é tomado como referência para construir a compreensão sobre a influência desse narcisismo psicossocial na fragmentação material do espaço (bairros planejados). E também, com a bibliografia de Bauman, direcionando para as questões como emancipação do indivíduo em relação à autogestão dos espaços urbanos que nascem de uma nova ordem social e espacial baseada na sociedade narcisista do individualismo contemporâneo.

Com finalidade de compreender a inquietude humana em relação às suas próprias escolhas e rumos tomados pela sociedade em seu processo civilizador e suas influências e adaptações na reconfiguração do individualismo contemporâneo e na produção material do espaço, o terceiro subcapítulo tem como referência o ensaio de Freud, *Mal-estar na civilização* [1930] (2011). Neste ensaio o autor defende que as regras, restrições e exigências da civilização limitavam os indivíduos em prol do desenvolvimento da sociedade “civilizada”, e assim, impulsionaram ao “mal-estar na civilização”. Segundo Freud, beleza, limpeza e ordem ocupam claramente um lugar especial entre as exigências culturais da civilização como exigências para comportamentos conscientes, contudo, findou causando consequências inconscientes nos indivíduos, que vão além das neuroses patológicas, pois podem suscitar outras formas de ação e de reajustes nos valores morais da sociedade.

O último subcapítulo aborda o individualismo e o fator “econômico” na produção material do espaço. Bauman e Simmel são novamente convocados para a construção do raciocínio segundo o qual o fator econômico cria possibilidades para a realização das ações dos indivíduos, como também garante os privilégios, envolvendo os processos psicossociais e, dessa forma, agindo sobre o valor moral da sociedade em relação ao individualismo contemporâneo. Bauman descreve que “o individualismo agora é completamente diferente daquele dos primeiros tempos da Era Moderna, em que se exaltava a “emancipação”. Agora, o individualismo é uma fatalidade, não uma escolha”. (BAUMAN, [2000] 2014, p. 43, 47).

É justamente essa “fatalidade” dita por Bauman que é responsável pela nova configuração do individualismo na contemporaneidade, representada pelos modos de habitar, construir, na mobilidade urbana, nas infraestruturas das cidades e nas novas formas de espaços coletivos. A ligação entre indivíduo e sociedade está marcada pelo individualismo contemporâneo, reassumindo uma nova forma de processo social, instigando questionamentos

sobre o “real” valor do individualismo para o “indivíduo contemporâneo”, caracterizado como livre e civilizado, mas que oculta, nessa característica, sujeições do desamparo e do narcisismo psicossociais.

3. O terceiro e último capítulo intitulado **Fragmentação Planejada e Individualismo no Espaço Urbano** descreve inicialmente a noção de fragmentação. Sob esse ponto de vista, a dissertação utilizou-se do termo fragmentação, tomando como referência a concepção de Norma Lacerda, que defende a ideia de que a “fragmentação são pedaços de um todo, que se articulam e se integram” (2012, p. 28). Sabe-se que existe um consenso teórico nos estudos urbanos no que se refere ao ato de qualificar as formas de divisão social do espaço urbano e que, nesse consenso, o termo “segregação urbana” é utilizado desde a década de 1920, com sua formulação na Escola de Chicago². Entende-se, no entanto, que segregação é notoriamente utilizado por alguns teóricos para representar a separação de classes sociais provocada pela expansão imobiliária. Na fragmentação Planejada a separação espacial apresenta altos níveis de homogeneidade social desde sua concepção. Portanto, caracteriza-se uma segregação linear e planejada para atender fins econômicos e sociais que fazem parte da vida dos indivíduos pertencentes ao “polo riqueza” e, mais ainda, que atendem seus anseios psicossociais na vertente do individualismo presente em suas ações.

Finaliza-se o texto dissertativo com uma breve consideração final que traz a ideia central de que o indivíduo tornou-se vítima das investidas de sua própria busca por privilégios. Salienta também que, nesse ínterim, o capital tornou-se o meio de se obter o “objeto” simbólico que permite o prazer dos “privilégios” e que essa foi uma verdadeira armadilha para a aventura na terra, onde o indivíduo cavou-a com seus próprios anseios individuais.

-
2. Escola de Chicago² e segregação social: “Segregação e dominância, onde os habitantes são demarcados por “tipos” e as áreas dominantes (com maior valor) terão usos distintos umas das outras, a segregação, entra como a chamada dos “segregados” os separados. As “áreas dos homens sem lar” são as primeiras a serem descritas, até porque elas, mesmo espacialmente separadas em três direções radiais, são as mais próximas ao distrito comercial central. Estes homens sem lar têm características de estar em constantes viagens, quase sempre sozinhos (alta individualidade), têm poucos vínculos, vocábulos próprios (criados a partir de constante interação entre os membros da área) e pouco tratam de seus passados. Em comum, vivem com pouco dinheiro e, portanto, são precárias as condições de alimentação e habitação. São classificados pelo autor entre *oshoboes* migratórios (ou ainda trabalhadores que permaneciam apenas por dias na metrópole); os *homeguards* (em geral, eram os pobres mais velhos e que mal saíam da cidade); e o “tipo radical ‘intelectual’” (QUINN, 1950:1 apud COLÓ, 2011)”. Ver: COLÓ, E. V. *A Presença da Teorização da Escola de Chicago Observada em Estudos Empíricos Seleccionados*. São Paulo: 2011 e QUINN, J. *Descrições Resumidas de Algumas Sub-áreas Residenciais da Cidade*. Trad. Mário Eufrásio (Apostilado). 1950.

Como também ficou evidente que nenhum processo civilizador transmitiu a civilidade de saber conviver com o “estranho”, nessa condição ele age para esse afastamento. Seguindo esse raciocínio conclui-se que o gérmen da fragmentação brota da postura de isolamento social, em que o indivíduo busca em seu casulo de convivência a identificação social com seus pares e, desta forma, estabelece um refúgio de suas relações, produzindo espaços “êmicos”.

Esses espaços despertam certa nostalgia, sensação de vazio, de falta de diversidade, emergindo o questionamento sobre a palavra “bairro”, tratando-se de um espaço “fechado” para as diversidades socioeconômicas da sociedade. Sugere-se também que, ao viver nesses espaços, o indivíduo alimenta um novo processo social que, desta vez, reconfigura o individualismo, levando às construções de “tribos” compostas pela autogestão, que o deixará ainda mais afastado do sentido real do que venha a ser “sociedade”.

Os reflexos do Processo Civilizador (*a ordem, a limpeza, a beleza*) enquanto influenciadores na formação do espaço urbano vieram precedidos pela preconceituosa forma do anseio por distinção social, desenvolvendo o pensamento equivocado de que, se um espaço for “particularizado”, seguirá as tais exigências civilizadoras, que evoluiu para uma estratégia “êmica” polida do individualismo contemporâneo.

A partir desses raciocínios permitiu-se pensar que o abismo entre o indivíduo e a sociedade, tratado por Elias, torna-se agora mais profundo, tendo o individualismo contemporâneo consolidado suas ações no espaço urbano e os bairros planejados constituem a concretização da reformulação dos valores morais da sociedade em relação ao ambiente urbano, como dito inicialmente, criando agora “ilhas” para “viver na cidade”, estar na cidade, mas proteger-se de forma apática e individual dos problemas urbanos enfrentados pela sociedade como trânsito, violência, descasos do poder público com as questões sociais.

CAPÍTULO I

A sociedade que tantas vezes se opôs mentalmente ao indivíduo; É composta inteiramente de indivíduos...
(Norbert Elias)

1. O INDIVIDUALISMO À LUZ DE TRÊS IMPORTANTES PENSADORES

1.1.O INDIVIDUALISMO OCIDENTAL SEGUNDO DUMONT

De início, é interessante ressaltar que o antropólogo Louis Dumont (1911-1998), nascido na Grécia (naturalizado francês), analisou o processo histórico que deu origem à ideologia moderna do individualismo numa perspectiva antropológica. O conceito dumontiano de “individualismo” é frequentemente utilizado por antropólogos e sociólogos brasileiros, “especialmente frente a um arcabouço teórico com tamanho poder explicativo” (PEIRANO, 1987, p. 109), como também bastante esclarecedor em relação à origem do individualismo.

Em seu livro *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia Moderna* [1983] (1985), Dumont desenvolve a metodologia comparativa entre a sociedade ocidental capitalista e a sociedade de casta tradicional holística indiana, buscando explicar a origem do individualismo a partir do distanciamento das heranças clássicas tradicionais. Ele designa essas sociedades tradicionais como organizadas com base na hierarquia de valores³, nesse caso, a valorização suprema dessas sociedades está na própria sociedade e não nas ações individualistas, como nas Ocidentais capitalistas. Dumont sugere que:

se o individualismo deve aparecer numa sociedade do tipo tradicional holista será em oposição à sociedade e como uma espécie de suplemento em relação a ela, ou seja, sob a forma de indivíduo-fora-do-mundo. Será possível pensar que o individualismo começou desse modo no ocidente? É precisamente isso o que vou tentar mostrar; quaisquer que sejam as diferenças no conteúdo das representações, o mesmo tipo sociológico que encontramos na Índia - o indivíduo-fora-do-mundo - está inegavelmente presente no cristianismo e em torno dele no começo da nossa era. (DUMONT, 1985, p. 21).

3. Hierarquização de Valores³: “A hierarquização não se prende à modalidade, mas à capacidade de satisfazer com maior plenitude e durabilidade aos anseios humanos. Embora se possa reconhecer a existência de uma hierarquia de valores, não é fácil definir com clareza qual a melhor nem a mais perfeita.” Ver: Novos valores ou nova hierarquia de valores. Meta: Avaliação - Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 73-86, jan./abr. 2010.

Dumont contribuiu de maneira significativa para a formulação da noção de individualismo no Ocidente. Para Dumont, o individualismo emergiu de um longo processo ideológico, que surgiu a partir da decadência do Império Romano, momento histórico em que a concepção do que era a sociedade se apresentava como valor absoluto – marcando a sociedade medieval –, desenvolvendo-se a partir daí a concepção “extra mundo” segundo a qual o indivíduo renunciava ao mundo e obtinha sua salvação pela fé. A Igreja, constituída por um sistema hierárquico espiritual expressava o poder representado na figura papal, sendo sua autoridade suprema na sociedade ocidental da Idade Média, dessa forma aproximava-se da sociedade holista indiana. Assim, Dumont diz que:

Se tentarmos ver em paralelo a situação cristã medieval e a situação hindu tradicional a primeira dificuldade está em que, ao passo que na Índia, os brâmanes contentavam-se com sua supremacia espiritual, a Igreja no ocidente exercia também um poder temporal, sobretudo na pessoa de seu chefe, o Papa. Vendo as coisas grosso modo, a Idade Média parece ter conhecido uma dupla autoridade temporal. Além, disso, uma vez que a instância espiritual não desdenhava revestir-se de poder temporal, podia-se perguntar até se a temporalidade não desfrutava, de fato, de uma certa primazia. (DUMONT, 1985, p. 80)

Após o predomínio do holismo⁴ social da cultura greco-latina, o cristianismo finalmente equilibra a relação do individualismo extramundano com o holismo da vida social. Percebe-se, então, que, segundo o autor, este tipo sociológico de “indivíduo fora mundo” surge na era Cristã no Ocidente, período em que os homens assumiam posturas de passantes terrenos, sem grandes intensões de desenvolver uma vida terrena gloriosa.

E a partir daí inicia a predominação do abandono da hierarquização, uma vez que Cristo deliberou a todos a salvação unicamente pela fé, sem que houvesse necessidade de nenhum mediador, entre o homem e Deus, além da fé em Cristo. Uma nova concepção de mundo nasce com a Renascença, quando se deu a transição do *indivíduo fora do mundo* para o *indivíduo no mundo*. Tal perspectiva nasce com a Reforma Protestante de Martinho Lutero e foi alavancada por Calvino.

4. Holismo⁴: “O precursor do paradigma holístico foi Jan Smuts (1870-1950). Foi o criador do termo Holismo, quando divulgou seu livro em 1926. O filósofo sustentou a existência de uma continuidade evolutiva entre matéria, vida e mente. Seu conceito avança para uma visão sintética do universo e propõe a totalidade em oposição à fragmentação”. (p. 287). <http://www.scielo.br/> TEIXEIRA, E. Reflexões sobre o paradigma holístico e holismo e saúde. *Rev. Esc. Enf. USP*, v. 30, n.2, p. 286-90, ago. 1996. “A sociologia comparada de Dumont nos ensina que, há quase cinco mil anos, na sociedade indiana tem predominado uma ideologia hierárquico-holista, em que ocorre uma interdependência obrigatória para os indivíduos por meio de um conjunto de relações sociais” Carvalho Filho, A. A. Elementos para uma política cultural pós-individualista. *Pensando – Revista de Filosofia* Vol. 1, Nº 1, 2010.

Entende-se, assim, que nessa concepção o indivíduo deveria buscar sua salvação espiritual dentro do mundo, participando da vida na terra, valorizando a ação individual no mundo e ao mesmo tempo abandonando valores como o de “sociedade suprema”. Desse modo, então, assim diz Dumont:

O que acontecerá na história é que o valor supremo exercerá uma pressão sobre o elemento mundano antitético que contém. Por etapas, a vida mundana será assim contaminada pelo elemento extramundano até que finalmente a heterogeneidade do mundo por completo se desvaneça. Então, todo o campo estará unificado, o holismo terá desaparecido da representação, a vida no mundo será concebida como podendo conformar-se inteiramente com o valor supremo, o indivíduo-fora-do-mundo ter-se-á transformado no moderno indivíduo-no-mundo. (DUMONT, 1992, p. 41)

É importante observar, ainda, que, ao tomar rumos, as instâncias políticas sociais, esta nova forma de rejeitar a hierarquização de valores e a distinção de níveis hierárquicos, culminou na inversão desses mesmos valores, fazendo surgir o individualismo nas relações. Este fato passou a marcar o desapego às relações sociais e às instituições, desta forma, conduzindo-se à instância política, e, posteriormente, para a supremacia econômica expressada pela busca do progresso e da ideologia moderna, surgiu o individualismo, como forma de uma evolução progressista desse valor.

Ao falar da renúncia do mundo nesta ideologia individualista, Dumont diz que:

O homem que procurava a verdade última abandona a vida social e as suas imposições para se consagrar ao seu progresso e ao seu destino próprios. Quando olha o mundo que deixou para trás, vê-lo à distância, como algo sem realidade, e a descoberta de si confunde-se para ele, não como salvação no sentido cristão, mas como libertação dos entraves da vida tal como ela é vivida neste mundo”. (DUMONT, 1992, p. 35)

É interessante observar, ainda, que Dumont analisou a história do Cristianismo ao longo da Idade Média no Ocidente, passando para as esferas da Política e do Direito e aponta que, nessas novas esferas, a problemática social vai sendo cada vez mais subordinada à instância da Igreja e da Política. Surgindo, desse modo, a necessidade urgente de se estabelecer o Estado Moderno de Direito, alimentando-se o declínio da ideia de sociedade.

Dessa forma, Dumont anotou que as sociedades ocidentais através do Estado democrático garantiram contratualmente os direitos e deveres aos indivíduos livres e responsáveis por seus próprios atos, possibilitando ao indivíduo ter sua liberdade conferida em leis. Envolvido nesta nova ordem social, o homem estabeleceu-se enquanto indivíduo responsável por si, dentro de uma sociedade regida por um Estado de Direito.

Ao comparar as sociedades regidas por princípios hierarquizados e as Sociedades Ocidentais, que tiveram seus princípios ora regulados pela primazia religiosa, ora pela consagração do indivíduo em seu progresso individual, Dumont percorreu caminhos antropológicos e sociais, para apontar o nascimento histórico do individualismo. Nesses caminhos, particularmente, construiu uma minuciosa explicitação real de que, apesar do individualismo na modernidade ter sido substancialmente elevado em níveis questionáveis, e, de um modo geral, ter se apresentado mais forte ainda na contemporaneidade, ficou claro que sua origem remonta à Idade Média, tendo sido guiado por princípios religiosos e, posteriormente, capitalistas, formando o princípio do individualismo ocidental.

Na concepção apresentada, a ideia de individualismo foi construída socialmente, então, verificou-se que as ações baseadas no individualismo não são de origem da natureza humana, enquanto que o egoísmo sim. Sendo assim, fica claro, também, que o individualismo foi uma criação da vida em sociedade a partir dos processos sociais, bem como da forma em que os sujeitos se colocaram no sistema social ocidental capitalista.

1.2. O INDIVIDUALISMO E O SUBJETIVISMO EM SIMMEL (ATITUDE BLASÉ)

O sociólogo alemão Georg Simmel (1858-1918) dedicou especial atenção à relação indivíduo/sociedade, como fruto de um processo dinâmico caracterizado de ações e reações dos indivíduos. Nesse contexto, ele desenvolveu uma discussão sobre a liberdade e a igualdade presentes no individualismo, apontando as formas de individualismo que passam a entrar em conflito no espaço urbano.

Simmel defendia a ideia de que a unidade entre personalidade e círculo social é rompida quando associações às quais os indivíduos pertencem são distanciadas, provocando, assim, a constituição de novos isolamentos sociais e que, em contrapartida, o mesmo capital que separa, também vincula através das relações necessárias estabelecidas pelas trocas exigidas para a vida urbana.

Segundo Simmel, é durante a Renascença, com o sentimento antropocêntrico, que o individualismo emerge entre os europeus. Durante o século XVIII, eclodem as revoluções das massas em busca da liberdade e, principalmente, no fim do referido século, o advento da Revolução Francesa, definindo a liberdade universal como ideologia social.

É importante compreender, portanto, que Simmel pontua dois momentos principais do individualismo.

O primeiro deles foi nomeado de *singleness ou quantitativo*, um individualismo que surgiu no momento em que a vida social era marcada pelos valores da Revolução Francesa, com ideias dos princípios do iluminismo que se baseavam nas ideias revolucionárias de igualdade, liberdade e fraternidade. É fundamental perceber, então, que se tratava do momento em que o individualismo se apresenta como uma expressão de liberdade.

O segundo momento do individualismo tem início no século XIX e Simmel chamou esse momento de *uniqueness ou qualitativo* e se deu em um momento em que a desigualdade social estava em ênfase, em que o indivíduo estava livre para buscar, planejar e articular seu crescimento pessoal seja no campo espiritual ou no campo material. O autor observou que, depois de o indivíduo parecer ter se libertado da Igreja, ele procura se destacar dos demais pelo culto à diferença e pelo cultivo da dimensão interior.

Na passagem do século XIX para o século XX, as ideologias igualitárias perdem espaço para a ascensão do liberalismo e a expansão da sociedade de consumo. A constituição dos princípios econômicos uniu esses dois individualismos para favorecer a livre concorrência através da ideologia de liberdade e igualdade, para a divisão do trabalho com a ideologia da personalidade única individual e autônoma, afastando-se cada vez mais da ideologia igualitária do século XVIII.

Na obra *A Filosofia do Dinheiro* ([1900]1977), Simmel destaca que a economia monetária facilita a separação do elemento pessoal das relações entre os seres humanos através de sua essência objetiva e, assim, o indivíduo alimenta “a indiferença em relação com as pessoas e a liberdade de intercâmbio com elas”. (SIMMEL, [1900]1977, p. 356) Portanto, o individualismo, para o autor, decorre de condições externas, como o pertencimento a diversos círculos sociais separados entre si e, ao mesmo tempo, do trabalho interior, íntimo da subjetividade humana. É no ambiente urbano que Simmel observa a supremacia da ideologia da liberdade em ascensão que objetivava um indivíduo singular e insubstituível. Dessa maneira, a cidade constitui o cenário onde as duas formas de individualismos se conflitam. Na vida urbana, a segunda forma de individualismo prevalece:

A vida compõe-se cada vez mais de conteúdos e programas impessoais, que pretendem recalcar as colaborações verdadeiramente pessoais e o que é incomparável. Para salvar o que é pessoal é preciso convocar o que há de extremo em peculiaridade e particularização, e é preciso exagerá-las para que possa tornar audível, inclusive para si mesmo (SIMMEL, [1903]2005, p. 588).

A vida urbana durante as primeiras décadas do século XX pairava sobre um clima de hostilidade, indiferença, e a liberdade, em seu aspecto negativo, aprisionou o indivíduo em seu mundo particular.

Procurando dar enfoque aos aspectos subjetivos causados pela vida urbana, Simmel elaborou brilhantemente o texto *As grandes cidades e a vida do espírito* [1903]. O autor defendia, com propriedade, a tese de que os comportamentos que intitulava *blasé* (indiferença, recolhimento, anestesiado), adotado pelos indivíduos metropolitanos, tendiam a lhes conferir estabilidade psíquica num momento de expansão da economia monetária e da excitação causada pela correria da vida moderna. Sendo assim:

O caráter *blasé* surge desse modo como um fenômeno psíquico de *adaptação*, por meio do qual os nervos, esgotados pela dinâmica da vida moderna e numa última tentativa de se acomodar às suas exigências, renunciam a qualquer reação às pressões externas – o que conduz, diz Simmel, a uma desvalorização do mundo objetivo como um todo e degrada, finalmente, “*a própria personalidade em um sentimento de igual depreciação*”. (SIMMEL, 2005, p. 122 apud BUENO, 2013, p. 157)

Em outras palavras, este mecanismo *blasé* funciona como um transistor mental, uma vez que, exposto aos mais variados estímulos nervosos que podem desestabilizá-los emocionalmente, os indivíduos metropolitanos criam uma fuga dessa desestabilidade, adotando, então, certa “vida mental”, para que possam continuar a viver em sociedade. Isso diz respeito, principalmente, ao distanciamento das relações afetivas. Simmel definiu este fenômeno social metropolitano, assim:

Não há talvez fenômeno psíquico que tenha sido tão incondicionalmente reservado à metrópole quanto a atitude ‘blasé’. A atitude blasé resulta em primeiro lugar dos estímulos contrastantes que, em rápidas mudanças e compressão concentrada, são impostos aos nervos. Disto também parece originalmente jorrar a intensificação da intelectualidade metropolitana. (...) Uma vida em perseguição desregrada ao prazer torna uma pessoa blasé porque agita os nervos até seu ponto de mais forte reatividade por um tempo tão longo que eles finalmente param de reagir. (...) Surge assim a incapacidade de reagir a novas sensações com a energia apropriada. (SIMMEL, [1903]1987, p. 16)

Provavelmente, Simmel valeu-se de sua sensibilidade de pesquisador e bom observador quando relacionou a cidade e o psiquismo, momento em que o indivíduo apresentou-se perante a sociedade tomada pelo individualismo. E, como disse Simmel, “a liberdade se torna a bandeira universal por meio da qual o indivíduo protege seus mais variados desconfortos e tenta se auto afirmar perante a sociedade” ([1903], 2005, p. 108).

Entra, então, nesse contexto a constituição de sujeito do desejo, “momento propício para o surgimento da psicanálise”, como indicam diversos autores, embora Simmel não mencione a psicanálise em seus textos, em contrapartida menciona os sentimentos humanos

(simpatia e antipatia) para fundamentar seu pressuposto de que a indiferença tinha uma origem inconsciente.

Assim, como bem disse Leitão (2011), a “extraordinária intuição de Simmel”, referindo-se à sensibilidade presente na articulação entre cidade e vida psíquica, bem como à constatação do “desenraizamento” do indivíduo. Era um momento de alta sensibilidade teórica e extrema capacidade de predizer os problemas urbanos que estariam se formando a partir do individualismo moderno.

O individualismo *uniqueness*, momento em que o indivíduo alimenta o culto à diferença e à dimensão interior, já indicava a fragilização das instituições tradicionais como o Estado, a família e a Igreja, abrindo caminho para o individualismo libertário contemporâneo que favorece a expansão da sociedade de consumo.

Houve, de certo modo, uma reconfiguração desse individualismo *uniqueness* na contemporaneidade. Observa-se que, ao fim do século XX, já estava instalado na sociedade ocidental a ausência de referências dos “cidadãos” com suas “sociedades” e nascendo novas referências sociais grupais analisadas por Michel Maffesoli [1987]. Segundo Maffesoli, a experiência cotidiana tende ao compartilhamento grupal e não mais individual, o individualismo agora anda reeditado na contemporaneidade, faz o indivíduo buscar grupos identitários, talvez pela necessidade de recuperar o sentimento de pertencimento, visto que a experiência de desenraizamento agora fora transferida para buscas simbólicas que podem ser definidas como “Tribos” urbanas.

1.3. O PROCESSO SOCIAL DO INDIVIDUALISMO NA SOCIEDADE, EM ELIAS

O sociólogo alemão Norbert Elias (1897-1990) procurou entender o processo que caracterizou o individualismo moderno com um novo “olhar sociológico”. Utilizando-se metodologicamente da comparação entre as sociedades tradicionais e as modernas (ocidentais).

Segundo Elias, não seria viável entender a sociedade tratando o indivíduo como singular e isolado dela, pois correríamos o risco de cometer-se uma análise de sobrevoo. Como entender tal sociedade por intermédio dos indivíduos? Ou tais indivíduos, pelo estudo da sociedade ao qual pertencem, sem mencionar sua trajetória histórica civilizatória?

Observa-se, portanto, que Elias compreende que o papel dos grupos organizados é a base do delineamento que traça a direção dos processos sociais e que tal delineamento

constitui o que ele chama de *ofensivas civilizatórias*, sendo essas ações influenciadoras do comportamento social, que introduzem as mudanças como parte dos processos sociais.

Em *O Processo Civilizador I* ([1939] 2011), publicado pela primeira vez na Suíça em 1939, valeu-se de uma discussão valorativa a respeito das mudanças sociais que provocaram cada vez mais o desequilíbrio na relação “eu – nós”⁵, no sentido indivíduo e sociedade. A abordagem sociológica de Elias facilitou a compreensão do desequilíbrio na balança dessa relação eu/nós nas sociedades modernas, em que o “indivíduo” assumiu cada vez mais seu peso nessa balança. O autor problematizou o conceito de civilização, contudo esta dissertação não pretende esmiuçar este conceito, como já foi dito, mas tão somente ater-se ao processo civilizador que alimentou o individualismo, segundo o autor.

É válido salientar que, segundo Elias, a transformação e a transição da visão do indivíduo que compõe o todo social dando início ao encapsulamento das emoções fez nascer o individualismo, que tomou força a partir da Renascença.

Nesse caso, o autor concorda com Simmel, em termos cronológicos, ao apontar a época do Renascimento como o ponto crucial do desalinhamento entre o “eu e nós”, que resultou no individualismo moderno, lembrando também que, segundo Dumont, foi neste mesmo período que houve a passagem do “indivíduo-fora-do-mundo” para o “indivíduo-no-mundo”.

É importante observar, também, que Elias utiliza o termo configuração ou figuração como contraponto à noção de *homo clausus*, expressão que, segundo o autor, refletia-se nos estudos das ciências sociais no final do século XIX e início do XX. A noção de *homo clausus*, pode ser entendida como a dualidade entre sujeito e objeto e, consequentemente, refletia-se entre indivíduo e sociedade. Elias discorre sobre o assunto, afirmando que:

A concepção do indivíduo como *homo clausus*, um pequeno mundo em si mesmo que, em última análise, existe inteiramente independente do grande mundo externo, determina a imagem do homem em geral. Todo ser humano é igualmente como algo nele que está separado por uma parede invisível de todo que é externo, incluindo todos os demais seres humanos. (ELIAS, [1939] 2011, p. 230)

5. “eu” da Sociologia⁵: O “eu” da sociologia refere-se ao indivíduo em sua constituição social individualista, o “eu” singular, assim como o “nós” plural que representa a sociedade em seu caráter coletivo social. Elias indica, inclusive, que o processo social do individualismo se inicia com o desequilíbrio na balança “eu” e “nós”, em que o “eu” passa a prevalecer sobre os objetivos do “nós”, constituindo a presença dos objetivos individuais sobre os coletivos. No texto utilizar-se-á “eu” para definir o sujeito social e “Eu” para a estrutura da mente na psicanálise.

O princípio de uma vida comunitária mais livre de perturbações e tensões seria possível, segundo Elias, se todos os indivíduos dentro da sociedade tivessem plena satisfação, ocasionada por uma sólida estrutura social que fosse livre de conflitos. Mas lamenta o fato de que nenhuma dessas proposições pudesse ocorrer, como se existisse sempre um conflito considerável, que abre um abismo entre o indivíduo e a sociedade, devido à contradição entre as exigências sociais e as necessidades individuais. Deve-se ressaltar que, para o autor, algumas teorias sociológicas “tentam harmonizar as duas concepções, geralmente sem indicar como é possível reconciliar a ideia de um indivíduo inteiramente independente e livre com a de uma “totalidade social” igualmente independente e livre, e não raro sem perceber por inteiro a natureza do problema”. (Idem, [1939] 2011, p. 227).

Apesar de todas as dificuldades de inserir conceitualmente o indivíduo como núcleo da sociedade, a sociologia passou a investigar essa lacuna. Elias reconheceu que a forma para minimizar essa lacuna entre o indivíduo e a sociedade seria, no máximo, “justapor as duas concepções sem ligá-las, a do indivíduo como *homo clausus*, como (eu), como indivíduo para além da sociedade, e a sociedade como um sistema externo e para além do indivíduo”. (Idem, p. 231). O autor atenta sobre a dualidade existente dificultar sua análise sobre o processo civilizador, embora sua hipótese fosse que as configurações de comportamento seguissem alterando-se e, ao mesmo tempo, assimilando-se, num contínuo processo social que conduziu ao individualismo moderno.

Convém lembrar ainda que, na sequência de suas análises, Elias dedicou um trabalho exclusivamente à questão conceitual de indivíduo e sociedade, visto que já tinha apontado esse problema na sua obra anterior. Dessa forma, em *A Sociedade dos Indivíduos* ([1987]1994) analisa e aponta exatamente a dificuldade analítica sobre indivíduo e sociedade. Segundo o autor, essa dificuldade ocorre porque “temos uma noção mais ou menos distinta do que queremos dizer ao pronunciar o termo “sociedade”. Mas essas duas ideias – a consciência que temos de nós como sociedade, de um lado, e como indivíduos, de outro – nunca chegam a coalescer inteiramente”. (ELIAS, [1987]1994, p. 67).

Em suma, percebe-se que a posição do indivíduo na sociedade foi o tempo todo tratada como “um sempre separado do outro”, ou seja, pares antagônicos.

Porém, sabe-se que se trata de um equívoco uma vez que um só existe em função da existência do outro, assim, complementa o autor:

Sem dúvida temos consciência, ao mesmo tempo, de que esse abismo entre indivíduos e sociedade não existe na realidade. Toda sociedade humana consiste em indivíduos distintos e todo indivíduo humano só se humaniza ao aprender a agir, falar e sentir no convívio com outros. A sociedade sem indivíduos ou o indivíduo sem sociedade é um absurdo. Mas, quando tentamos reconstruir no pensamento

aquilo que vivenciamos cotidianamente, é constante aparecerem lacunas e falhas em nosso fluxo de pensamento, como num quebra-cabeça cujas peças se recusam a compor uma imagem completa. (ELIAS, [1987]1994, p. 67)

Importante enfatizar, que as psicologias do indivíduo e da sociedade comportam-se como instâncias separadas, fortalecendo um abismo conceitual entre indivíduo e sociedade, embora haja uma cobrança universal para que o indivíduo pertença de fato à sociedade. Compreende-se, portanto, que essa relação alimenta no indivíduo uma percepção pessoal de que há uma lacuna entre os desejos individuais e as necessidades sociais, que, de um modo geral, delineando a consolidação do individualismo a partir daí. Elias esclareceu isso ao dizer que para algumas pessoas:

... a palavra “indivíduo” pode estar associada ao orgulho por sua posição independente na sociedade. Pode simbolizar aquilo que a pessoa isolada é capaz de realizar, independentemente de todas as demais e em concorrência com elas, por energia e mérito próprios. Nela podem encontrar eco todas as valorações positivas dos ideais dessas pessoas, o “individualismo”. (ELIAS, [1987]1994, p. 75).

Desse modo, consolida-se a liberdade de buscar seu próprio caminho. E, nesta perspectiva, o indivíduo passa a alimentar a indiferença quanto aos assuntos referentes ao interesse da sociedade, constrói-se, também um desligamento das tradições e busca-se, agora, constantemente o conforto individual que pode ser apontado por Elias como batalhar por si mesmo. Assim diz Elias:

Nas sociedades estatais maiores, centralizadas e urbanizadas, o “indivíduo” tem que batalhar muito mais por si. A mobilidade das pessoas no sentido espacial e social aumenta. Seu envolvimento com a família, o grupo de parentesco, a comunidade local e os outros grupos dessa natureza, antes inescapável pela vida inteira, vê-se reduzido. [...] Tanto a possibilidade quanto a necessidade de maior individualização constituem um aspecto de transformação social que ultrapassa e muito o controle do “indivíduo”. (ELIAS, [1987]1994, p. 102)

Por essa lógica, Elias diz que o grande desafio em definir a responsabilidade individual ou da sociedade, nas transformações sociais, é o de compreender até que ponto pode-se ser responsabilizado, enquanto indivíduos, por uma gama de ações da sociedade da qual se faz parte, e que, ao mesmo tempo, não se é esclarecida qual o significado dessa participação. Isso ocorre porque, segundo ele:

Existe hoje uma padronização muito difundida de autoimagem que induz o indivíduo a se sentir e pensar assim: “Estou aqui, inteiramente só; todos os outros estão lá, fora de mim; e cada um deles segue seu caminho, tal como eu, com um eu interior que é o seu eu verdadeiro, seu puro ‘eu’ e uma roupagem externa, suas relações com as outras pessoas”. (ELIAS, [1987]1994, p. 32)

A partir daí, pensa-se, no montante de informações individuais que vão definir o conceito de “meu espaço” para o indivíduo e Elias verificou esta tendência ao afirmar que:

É esse conflito no interior do indivíduo, essa “privatização” ou exclusão de certas esferas de vida da interação social, e a associação delas com o medo socialmente instalado sob a forma de vergonha e embaraço, por exemplo, que levam o indivíduo a achar que “dentro” de si, ele é algo que existe inteiramente só, sem relacionamento com os outros, e que só “depois” se relaciona com os outros “do lado de fora”. (ELIAS, [1987]1994p. 32).

Na medida em que as sociedades, cada vez mais, tornavam-se complexas, o indivíduo seguia desenraizando-se de valores coletivos e tendo de “decidir mais por si mesmo”. Neste momento, segundo Elias, “a mobilidade das pessoas no sentido espacial e social, aumentou”, e tanto a possibilidade quanto a necessidade de maior individualização constituem um aspecto de uma formação social que ultrapassa em muito o controle do indivíduo. *Grifos meus* (ELIAS, [1987]1994, p. 102, 103).

Em linhas gerais, Elias percebeu que o individualismo é produto desse processo civilizador e que, em contrapartida, dada a natureza humana, o homem viveria em grupos menores, acolhedores, como as famílias, as tribos, os grupos religiosos. Fica claro, portanto, que o indivíduo se fez livre e arcou com a separação em graus mais elevados nas sociedades complexas. Como diz Elias comparando os dois tipos de sociedade:

Os indivíduos inseridos por toda vida em comunidades de parentescos estreitamente unidas foram e são tão separados entre si quanto os membros das sociedades nacionais complexas. O que emerge muito mais nestas últimas são o isolamento e a encapsulação dos indivíduos *em suas relações uns com os outros*”. (ELIAS, [1987] 1994, p. 103)

Confere-se, nesse caso, que Elias mantém o foco de sua investigação no processo social, tendo este culminado no desenvolvimento do individualismo nas sociedades modernas.

Observa-se que, claramente, Elias argumenta que os processos sociais não são planejados, eles são respostas das ações individuais em sua configuração social.

Por essa lógica, o autor desenvolve a ideia de *ofensivas civilizatórias*, sendo estas ações que visam a influenciar o comportamento social e introduzir mudanças na sociedade e, conseqüentemente, nas ações individuais dos que compõem esta sociedade, numa dinâmica contínua: eis a essência desse problema, que pode partir de um raciocínio equivocado e confundir sintoma com causa. A causa é a vertente do individualismo, em que o indivíduo é direcionado ao abismo e a um intenso conflito, entre ele e a sociedade. Dessa maneira, o “eu interior” e o “eu social” entram em crise, sendo esse o sintoma, “desse modo, perpetua-se o

símbolo metafísico do individualismo crescente, a ideia que o indivíduo tem de que seu interior está isolado do mundo lá fora como que por um muro invisível”. (ELIAS, [1987]1994, p. 106).

Elias abordou justamente que o individualismo nasce também da carência de reformulação dos conceitos-chave sobre “indivíduo e sociedade”, e assim, sugeriu que, para que fosse possível definir claramente que o indivíduo só existe em função da sociedade e vice-versa, seria necessário primeiro encontrar o ponto de equilíbrio entre esses conceitos. Segundo Bauman, ao substituir o “e” e o “versus” pelo “de”, Elias: “deslocou o discurso do imaginário das duas forças, travadas numa batalha mortal mas infindável entre liberdade e dominação, para uma “concepção recíproca”: a sociedade dando forma à individualidade de seus membros, e os indivíduos formando a sociedade a partir de suas ações na vida, enquanto seguem estratégias plausíveis e factíveis na rede socialmente tecida de suas dependências” (BAUMAN, [2000] 2014, p. 43). Bauman conclui que “Pode-se dizer que, assim Elias historicizou a teoria de Sigmund Freud do “indivíduo civilizado”, explorando a civilização como um evento na história (moderna)” (BAUMAN, [2000] 2014, p. 44).

O objetivo deste capítulo foi mostrar o individualismo ao mesmo tempo como moeda e matriz no processo social, e que este retoma novas formas de influenciar os comportamentos sociais. No capítulo seguinte podemos observar que esse processo também é moldado pelo individualismo, sendo dimensionado pela condição psicossocial do desamparo e do narcisismo presente nas ações humanas, e que, entre outras coisas, também é paralelamente influenciado pelo processo civilizador e pelo fator econômico.

CAPÍTULO II

2. INDIVIDUALISMO E SOCIEDADE

2.1. O INDIVIDUALISMO CONTEMPORÂNEO E O DESAMPARO PSICOSSOCIAL

Quando o caminhante canta na escuridão, recusa seu estado de angústia, mas nem por isso pode ver mais claramente. (Sigmund Freud)

Primeiramente, é necessário esclarecer sobre qual desamparo se refere esta dissertação, dessa forma, esclarece-se que o “desamparo psicanalítico”⁶ não é o desamparo que alimenta o individualismo, mas sim, o desamparo social. Visto que o desamparo “psicanalítico” é parte da natureza humana, sendo inacessível à consciência humana e não passível de modificações.

Além desse desamparo “psicanalítico” presente na condição humana sugerido por Freud, este que não tem possibilidade de ser sanado, ou sequer percebido pelo indivíduo, uma vez que se refere a questões do inconsciente humano, existe também o desamparo psicossocial, que parte de uma instância psíquica, contudo revela-se pela constante sensação de medo do “algo externo”, esta situação pode piorar dependendo das circunstâncias ameaçadoras que assolam o sujeito.

6. Desamparo Psíquico: Ao longo de seus escritos Freud refere-se ao desamparo, tanto no “Projeto” de 1895, no qual afirma que “o desamparo inicial dos seres humanos é a fonte primordial de todos os motivos morais” (Freud, 1895, p. 422), quanto em “Inibições, sintomas e ansiedade”, de 1926, no qual ele esclarece que a angústia está relacionada a um sentimento de desprazer que “é um produto do desamparo mental da criança, o qual é um símile natural de seu desamparo biológico” (Freud, 1926, p. 162). Dessa forma, o próprio fator biológico, segundo Freud, sugere a causa da primeira experiência de desamparo da espécie humana. Isso ocorre devido ao curto período da experiência intrauterina do bebê humano, revelando-se em forma de sentimento de perda deste amparo biológico a partir do nascimento. Neste contexto, inicia-se então a busca pelo objeto perdido que lhes causava conforto e proteção e que, segundo Freud, fará com que, durante toda sua existência, o indivíduo produza reações inconscientes provocadas subjetivamente pela falta desse objeto perdido. Além da constatação da falta simbólica do peito materno que substitui inicialmente o papel de amparo oferecido pelo útero materno, segundo Freud, por mais que o indivíduo tenha tido um satisfatório contato com o peito materno, o objeto perdido ficará registrado em seu inconsciente (Inconsciente Ics: Inconsciente somente acessível pela psicanálise. Inconsciente (Pcs)- Pré-consciente, uma instância que fica entre o consciente e o inconsciente. Ver: GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.)

O medo, enquanto, sentimento da natureza humana, se apresenta dominador nas atitudes. Resta ao homem lutar pela possibilidade de tentar eliminar alguns medos e atenuar outros quando se pensa em amenizar o desamparo psicossocial provocado por esse “medo” com o contato com o mundo externo numa sociedade individualista. O medo pode ser intensificado pelas condições externas e, nesse caso, a ausência da proteção intensificada pelo processo social do individualismo na Modernidade fez emergir o “desamparo social”.

O desamparo social é fruto do processo de construção do individualismo, que tanto mostrou a figura de uma sociedade que cria opressões e regras inibidoras, quanto que, posteriormente, pretende livrar-se dessas opressões e inibições; e que, também, buscou incessantemente a liberdade, porém, ao conquistar essa liberdade, mergulha no sentimento do desamparo, além do que a sua natureza humana já lhe conferia, como revelou Freud. Logo, pensa-se se esses conflitos nos indivíduos representam na verdade uma inquietude presente na “natureza humana”, além de suas pulsões⁷ que podem ser traduzidas como incompletude, a sensação de que algo falta, fazendo o indivíduo estar sempre insatisfeito, e nem mesmo suas conquistas privilegiadas e tão almejadas conseguem reparar essa falta na psique do indivíduo.

Observa-se ainda que, ao identificar outra forma de desamparo ocasionado pelo processo social de construção do individualismo na sociedade, fica evidente então que, a partir do momento em que o indivíduo se viu desprovido da ilusória proteção que os antigos vínculos tradicionais lhes garantiam, a forte sensação de liberdade errante lhes causou uma maior vulnerabilidade psicossocial. Desta maneira, ele passou a criar meios, mesmo que de suportes simbólicos, para suprir o desamparo social.

7. Pulsão⁷ na espécie humana é representada psiquicamente através das manifestações primitivas. Freud escolheu um termo alemão com múltiplos significados para representar essas manifestações, o *Trieb*. Este termo “é usado em diversas acepções próximas umas das outras: vontade intensa, ímpeto, impulso, necessidade, carência, desejo, disposição, tendência/inclinação, energia”. (HANNS, 2004, p. 137). Na tradução do alemão para o inglês *Trieb* ficou “instinct” que, traduzindo para o português, é instinto. O termo *instinkt* existe no Alemão, inclusive é utilizado por Freud, mas não referente à pulsão, e sim a “intinto” propriamente dito. Contudo, “Freud optou por utilizar o termo *Trieb*, visto que tem ampla abrangência, que incluía também a história da espécie (a pulsão como depósito da evolução filogenética e sua fixação na fisiologia), as leis da natureza (a pulsão como expressão de princípios e leis) e a noção de vontade, como “herdeira da pulsão” no âmbito psíquico”. (Idem, p. 137). Se faz necessário ressaltar, ainda, que “pulsão” é o termo utilizado no português, como no francês (*pulsion*). Entende-se este termo viável devido à amplitude do termo pulsão, que adequa-se aos impulsos e que vem do ato de pulsar, além do que, “instinto” enfatiza o aspecto imperativo da biologia sobre os comportamentos sendo, no caso, um termo reducionista, que definitivamente não era a pretensão de Freud neste caso. Diante da complexidade sobre a definição de pulsão, se faz necessário aqui somente descrever a distinção dada por Freud entre pulsão sexual e pulsão do Ego (Eu) ou de autoconservação. Assim, Garcia-Roza descreve o que Freud definiu que “enquanto o objetivo de uma pulsão de autoconservação seria “uma ação específica”, isto é, aquela que eliminaria a tensão ligada a um estado de necessidade, o objetivo de uma pulsão sexual seria menos específico por ser sustentado e orientado por fantasias”. (GARCIA-ROZA, 2014, p. 121).

Considera-se que de alguma forma esse “desamparo social” é intensificador do individualismo contemporâneo na sociedade. Isso se deve, principalmente, pelo fato de o indivíduo agora ver-se livre para buscar a sua proteção de forma individual nas cidades e, assim, os bairros planejados entram erroneamente na cena urbana como uma forma de amenizar o “desamparo psicossocial” frente aos problemas gerais de caráter social e urbano presente nas cidades.

Esses bairros são ancorados na promessa de garantias de “segurança” e “tranquilidade”, conforme mostra o anúncio abaixo:

Segurança e Tranquilidade são algumas das Vantagens de Morar em um Bairro Planejado



Já imaginou morar ao lado de tudo o que você precisa e ainda contar com **segurança e tranquilidade** para toda a família? Essa é a ideia do **bairro planejado**, **um novo tipo de empreendimento que está conquistando as cidades**. Para conhecer melhor sobre como funciona esse projeto, confira alguns pontos importantes que **o diferencia dos condomínios fechados tradicionais**.

Figura 1: Anúncio de Bairro Planejado pela Paysage Empreendimentos
 Fonte: <http://www.paysage.com.br/bairro-planejado> Acesso em: 12 abr. 2015.

Bauman lembra que nosso mundo social foi organizado na laboriosa busca de proteção e segurança e cita que “a aguda e crônica experiência da insegurança é um efeito colateral da convicção de que, com as capacidades adequadas e os esforços necessários, é possível obter uma segurança completa” (BAUMAN, [2005] 2009, p. 15). Mesmo sabendo que logo após muitos esforços a ideia de proteção e segurança cai por terra, uma vez que segurança completa não existe, assim como indica o próprio embate entre vida e morte presente na condição humana, e é neste ponto cego apontado por Freud que Bauman elabora suas análises

sobre o medo do indivíduo em sua vida urbana, um incessante medo da morte e do estranho que representa para ele essa ameaça.

Bauman então mencionou o medo como o principal carro chefe do novo mal-estar, em que as conquistas pessoais, através do consumo, tornam-se a saída encontrada pelos indivíduos. Assim, conforme o autor, “a proteção pessoal se tornou um grande ponto de venda, talvez o maior, nas estratégias de *marketing* de mercadorias de consumo, a garantia da “lei e ordem”, cada vez mais confinada à promessa de proteção pessoal” (BAUMAN, [2006] 2008, p. 188). Embora se saiba que o medo, que traduz a insegurança, será uma constante na vida, afinal o indivíduo nunca estará seguro, enquanto a morte lhe complementar, é interessante lembrar que essa busca é a linguagem da luta entre *Eros* e *Thanatos* na vida do indivíduo.

Convém lembrar ainda Leitão em A Cidade de Simmel, a cidades dos homens (2011). O texto refere-se a uma leitura de A metrópole e a vida mental (1903), desenvolvido à luz da teoria psicanalítica, no qual a autora associa o des(enraizamento) apontado por Simmel à noção freudiana de desamparo. No discorrer do texto vem a seguinte hipótese elaborada pela autora: “Quem sabe talvez busquemos na cidade muito mais do que ela tem a oferecer. Buscamos segurança e felicidade quando a condição humana implica falta, incompletude, desamparo” (LEITÃO, 2011, p. 467). Em sua hipótese, “a cidade desempenha uma função psíquica de natureza substitutiva”. Dessa forma, a autora diz que:

A experiência de desamparo assinala, pois, para o sujeito humano, sua condição de refém, para sempre, do amor – da atenção, do reconhecimento do outro – sobre o qual se sustentam as relações humanas. É, portanto, essa circunstância psíquica que faz o estado de desamparo uma experiência própria da condição humana, repito, e, do outro, um elemento essencial na construção da subjetividade. (LEITÃO, 2011, p. 467)

Ao evidenciar o desamparo do indivíduo na cidade, a autora, abre um leque de possibilidades sobre a experiência do desamparo em seu caráter psicossocial. Que, por exemplo, pode ser causador de um conflito, que na maioria das vezes resulta na indiferença e na hostilidade. Sendo assim, associando o desamparo presente na natureza humana aos processos sociais nos quais o ser humano está inserido, o indivíduo inicia sua jornada social já em situação de desamparo psíquico, agravado muitas vezes mediante os processos sociais.

É neste momento que o espaço construído, a escolha do habitar, simbolicamente, confere-lhe “a ideia de acolhimento, muito além do abrigo físico que o ambiente construído efetivamente propicia”. (LEITÃO, 2014, p. 144) Dessa forma, a busca da proteção parece

orientar as ações humanas por caráter individual, agindo em prol de si mesmo garantindo sua condição humana que visa amparo e proteção.

O desamparo que guia o indivíduo em busca de sua proteção é intensificado na contemporaneidade, como já foi dito, principalmente pela atual configuração da sociedade caracterizada pela autogestão que visa a proteção do indivíduo das ameaças externas, de um modo geral, sejam elas quais forem. A partir do momento em que o indivíduo tem sua liberdade de escolha e luta por sua individualidade, ele busca incessantemente proteger essa situação existencial e qualquer situação de ameaça o faz buscar um refúgio simbólico protetor.

Interessante que, logo no primeiro capítulo do texto, Simmel assinala que o indivíduo metropolitano “[...] cria um órgão protetor contra o desenraizamento com o qual as correntes e discrepâncias de seu meio exterior o ameaçam: ele reage não com o ânimo, mas sobre tudo com o entendimento [...]” (SIMMEL, 2005 [1903], p. 578). Segundo Simmel, os valores da modernidade que garantiram ao indivíduo a liberdade estimularam as vias mais complexas do comportamento baseado no individualismo, os efeitos indesejáveis dessa liberdade demandando o desenraizamento, o afastamento das tradições, dos costumes e das relações mais intimistas na vida urbana.

Esse “desenraizamento” foi ancorado nessa autonomia do indivíduo centrado e racional – que repercute na vida cotidiana e nos valores sociais – podendo ser suscitar do “desamparo psicossocial”. Nas palavras do autor, o preço dessa liberdade, que culminou no individualismo, trouxe consequências psíquicas que reverterem o caráter positivo dessa liberdade:

Pois a reserva e indiferença mútuas, as condições espirituais de vida dos círculos maiores, nunca foram sentidas tão fortemente, no que diz respeito ao seu resultado para a independência do indivíduo, do que na densa multidão da cidade grande, porque a estreiteza e proximidade corporal tornam verdadeiramente explícita a distância espiritual. Decerto é apenas o reverso dessa liberdade se, sobre certas circunstâncias, em nenhum lugar alguém se sente tão solitário e abandonado como precisamente na multidão da cidade grande; pois aqui, como sempre, não é de modo algum necessário que a liberdade do ser humano se reflita em sua vida sentimental como um sentir-se bem (SIMMEL, [1903], 2005, p. 585).

Percebe-se que Simmel inovou com suas constatações críticas sobre as conquistas na cidadania promovidas pela democracia. O autor não hesitou em criticar e ressaltar a expressão opressora sobre a valorização da liberdade individual e apontou o efeito psíquico no sujeito, a partir do então consequente distanciamento e do anonimato dos indivíduos da metrópole. Essa constatação de Simmel se deu há mais de um século e continua atual, em forma do reflexo

contínuo da liberdade de escolhas e de outras formas de comportamentos condescendentes do caráter *blasé*. Considera-se que, assim como o caráter *blasé* parte de uma modificação das condições sociais dos habitantes do espaço urbano, essa situação pode estar vinculada à “consciência moral” do indivíduo. Isso explica porque os indivíduos idealizam a cidade de um jeito e a habitam de outra maneira. E, como indagou Leitão (2014) sobre o fato de que talvez o indivíduo busque na cidade formas de amparo, para suprir o desamparo insuperável de sua condição humana, ficando, assim, permanentemente criando “amparos” simbólicos.

É fato que também existe uma forte pressão da sociedade contemporânea, reforçada impiedosamente pelas estratégias de mercado, meios de comunicação e política, para que o indivíduo lute a fim de ter sua vida protegida. Para este fim intensificaram as leis, construíram inúmeros muros e sistemas de segurança, os sistemas de segurança dos veículos tomaram forma de SUV (*Sport Utility Vehicle*) ou veículo utilitário esportivo e todas as outras formas de garantias que o mercado possa oferecer em termos técnicos e materiais.

A cultura lucrativa com base no individualismo contemporâneo vai moldando-se às situações criadas pelas estimulações dos anseios de proteção, conforto e pela liberdade de escolha. Cita-se o exemplo do veículo para frisar que seu uso particular é também a constituição da característica própria do individualismo contemporâneo e da cultura do capital do medo. Sobre o uso dos SUV, Bauman diz que:

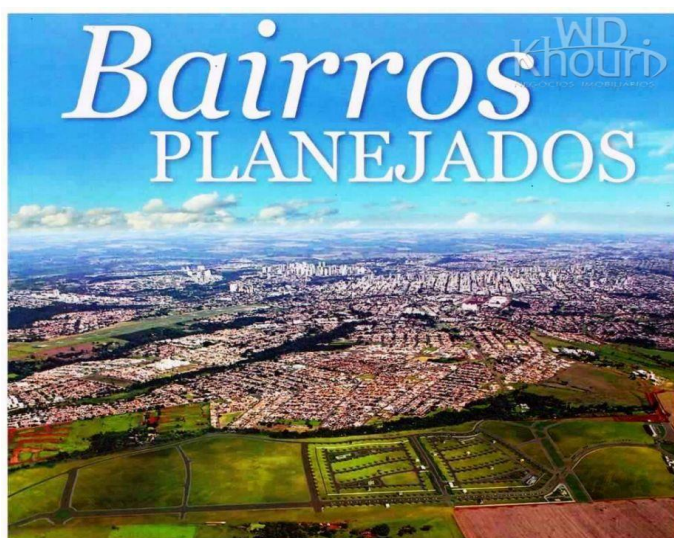
O SUV é apenas um exemplo dos possíveis usos comerciais dos medos, desde que permaneçam “desacoplados” de suas fontes, flutuantes, difusos, indefinidos e sem foco. Muitas pessoas darão um braço e uma perna pelo conforto de saber do que devem ter medo e pela satisfação de terem feito todo o possível para agir de acordo com esse conhecimento. Tal como o dinheiro líquido, pronto para qualquer tipo de investimento, o capital do medo pode ser direcionado a qualquer tipo de lucro – comercial ou político. E o é (BAUMAN, [2006] 2008, p. 187).

O mesmo ocorre com a segurança, que passa a ser individualizada, e a consolidação das vertentes do medo passa a desenvolver-se também onde o controle de acesso ao espaço torna-se cada vez mais intenso. A segurança toma também agora uma configuração de “distanciamento espacial”, e a tendência dessa configuração alimenta instintivamente a *mixofobia* (o medo de misturar-se). A partir desse momento, os indivíduos negligenciam conviver com as diferenças, principalmente, neste caso, a diferença socioeconômica:

É possível que o impulso para criar um ambiente homogêneo, territorialmente isolado, tenha origem na *mixofobia*: no entanto, colocar em prática a separação territorial só fará alimentar e proteger a mixofobia (embora seja importante dizer que ela não é o único elemento em jogo no campo urbano) (BAUMAN, [2005] 2009, p. 46).

Sendo assim, o “inimigo” ao lado é oculto e silencioso, e esse inimigo nasce lentamente, ao longo de décadas de negação do convívio. Essa negação está formulada nas ações que privatizam e particularizam, marcadas pelo individualismo.

Geralmente a segurança que um bairro planejado oferece não basta. Dentro desse bairro os moradores também se “aninham” em condomínios fechados, como mostra a proposta do residencial fechado Araçari, no Bairro Planejado do Parque Tauá em Londrina, visto que nos bairros planejados, mesmo que em um nível extremamente reduzido, ainda existe a “diversidade” provocada pelas necessidades laborais e de serviços, então esses condomínios fechados se apresentam como proposta para “privatizar” mais ainda, o que já é privatizado como propões o anúncio abaixo:



A Paysage chega à Londrina com uma proposta de urbanismo planejado, em um bairro completo para satisfazer todas as suas necessidades, oferecendo segurança e bem-estar para a sua família. Para viver ou empreender, o bairro planejado do Parque Tauá é o lugar certo para você encontrar a felicidade. Você ainda pode optar por viver no Residencial Fechado Araçari, um lugar único que você encontra toda a

infraestrutura planejada para sua família esbanjar conforto e tranquilidade. **O Residencial possui muros altos** e um clube de lazer completo para que os seus momentos se tornem ainda mais especiais. Acesse o site, conheça um pouco mais sobre o Parque Tauá e entenda porque ele é perfeito para você

Figura 2: Anúncio do Bairro Planejado em Londrina
Fonte: www.parquetaua.com.br Acesso em: 12 jun. 2015

Como diz Bauman: “Suspeitamos dos outros e de suas intenções, nos recusamos a confiar, (ou não conseguimos fazê-lo) na constância e na regularidade da solidariedade humana”. (Bauman, [2005] 2009, p. 16)

A diferença social é, talvez, a mais aceita pelos valores sociais de todas as diferenças entre os indivíduos na sociedade (religiosas, raciais, sexuais), e se faz mais “politicamente correta” na materialização dessa diferença a partir das justificativas plausíveis, entre outras,

de segurança e de valorização econômica dos seus esforços pessoais, garantidos pelo processo social democrático.

Controlar os acessos, como nos condomínios ou nos bairros planejados, caracteriza-se de certa forma como o “encapsulamento” ao qual se referiu Elias ao mencionar o casulo protetor. Muitas vezes esses controles intencionam “distanciar” as pessoas desprovidas de recursos e, também, normalmente, esse distanciamento é ocasionado pelos sintomas de insegurança.

Nessa perspectiva, percebe-se que o indivíduo cuida de si próprio. “Tudo por assim dizer, corre agora por conta do indivíduo. Cabe ao indivíduo descobrir o que é capaz de fazer, esticar essa capacidade ao máximo e escolher os fins a que essa capacidade poderia melhor servir – isto é, com a máxima satisfação concebível”. (Bauman, [2000] 2014, p. 80)



Figura 3: Pedágio de acesso ao bairro planejado do Paiva
Fonte: Arquivo Pessoal (21 de abril de 2015)



Figura 4: Acesso à praia do bairro planejado do Paiva
Fonte: Arquivo Pessoal (21 de abril de 2015)

Nesse fazer por si pode-se questionar o quanto o “Eu⁸” acalenta-se ilusoriamente e temporariamente em garantir seu conforto da proteção individual e, neste sentido, o bairro planejado parece ofertar ao indivíduo essa possibilidade da autogestão do seu espaço habitado garantindo-lhe uma equivocada sensação de proteção dos problemas urbanos.

As mediações psíquicas humanas permitem momentos de libertação da consciência moral, promovem momentos ilusórios de “consciência tranquila” no indivíduo, as tensões entre estas instâncias psíquicas fazem surgir o sentimento de culpa que dilacera o indivíduo (adoecendo-o) ou o faz retomar o caminho da consciência, redimindo suas atitudes em prol da moralidade. Sendo assim, Freud diz que “o sentimento de culpa (e o sentimento de inferioridade) também pode ser compreendido como expressão da tensão entre o Eu e o ideal” (FREUD, 2013 [1921], p. 138). Os processos de culpa e remorso ganham seu espaço, visto que o eu ideal apresenta certa severidade e não lhes deixa passar nem os pensamentos.

O Eu⁸, a partir daí, passa a sentir uma espécie de sentimento de valor e é fortalecido quando consegue resistir a situações que desapontem o Eu ideal⁹.

Compreende-se que os conflitos psicossociais envolvidos neste processo são de natureza dissociativa, podendo, então, originar diversas ações desestabilizadoras na sociedade, que tanto são guiadas pelas incoerências sociais quanto pela forma com a qual cada indivíduo lida com o desamparo de sua natureza humana.

De um modo geral, a defesa do mundo exterior se dá pela capacidade do “Eu⁸” em enfrentar as pressões externas e a tarefa da consciência moral será de grande relevância nesse processo, pois é a partir dela que o “Eu⁸” formula sua harmonia com o mundo externo, “Eu ideal”.

Segundo Freud (2013 [1921], p. 10), no indivíduo “surge a tendência a isolar do “Eu⁸” tudo que pode se tornar fonte de tal desprazer” [...] “formando um puro Eu-de-prazer, ao qual se opõe a um desconhecido, ameaçador de “fora”. Complementando o seu raciocínio, ele conclui que “o indivíduo, utiliza-se dos mesmos métodos de defesa aos desprazeres vindos do seu interior, para defender-se dos desprazeres vindos do mundo exterior”. (FREUD, 2013 [1921], p. 11) Considera-se que, mediante a necessidade do indivíduo em fortalecer suas justificativas para a escolha de proteger-se em ambientes fechados, o “desamparo psicossocial” representa a mediação necessária para que o indivíduo não desenvolva o sentimento de culpa.

E, assim, sua consciência moral iludida é fatalmente guiada por valores morais reconfigurados pelo individualismo contemporâneo, vivendo-se numa sociedade de valores voláteis, descuidada do futuro.

Dessa forma, parece revelar que proteger-se em “bairros fechados” não seria necessariamente algo ancorado pelo “medo”, mas, na verdade, um afago ou ilusão criada pelo indivíduo por sua consciência moral para justificar suas ações baseadas no individualismo.

Contudo, em relação aos sentimentos de desamparo provenientes dos processos sociais, que intensificam os medos e provocam outros, algo pode ser feito pelo homem: nesse contexto, ele constrói e reconstrói em sua incansável busca de proteção e, assim, “tudo o que foi feito pelo homem também pode ser refeito. Não aceitamos imposições de limites para esse refazer”. (Bauman, [2005] 2009, p. 14)

-
8. “Eu”⁸ da Psicanálise: O “Eu” da psicanálise refere-se à segunda estrutura da mente, conhecido também como Ego (em Alemão *ich*). É fundamental entender que o Eu desenvolve a harmonização inicialmente entre os desejos do Id e a realidade repressora do Superego. Interessante observar, ainda, que nesta configuração interna da mente há muitos conflitos entre o Id e o Ego, pois os “impulsos não civilizados do Id” estão sempre querendo expressar-se. Freud destacava que os impulsos do Id são muitas vezes reprimidos pelo Ego por causa do medo e pelo sentimento de culpa. Ou seja, o Ego pode coibir os impulsos inaceitáveis do Id, agindo de forma oscilante entre o consciente e o inconsciente, porém seus mecanismos de defesa são de natureza inconsciente. Ver: HANNS, Alberto Luiz. *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

9. “Eu ideal”⁹Superego (em Alemão *Überich*): Essa instância estrutural do psíquico do indivíduo é constituído pelo *Eu ideal* que dita o melhor caminho a ser procurado e apoia-se na *consciência moral* recebida pelos valores sociais. O Eu ideal age com três objetivos específicos, o primeiro deles é inibir (através de punição ou sentimento de culpa) qualquer impulso contrário às regras e ideais por ele ditados (consciência moral), o segundo é forçar o ego a se comportar de maneira moral (mesmo que irracional) e o terceiro é conduzir o indivíduo à perfeição - em gestos, pensamentos e palavras desenvolvendo um *Ego ideal* ou *Eu ideal*. Segundo Freud, “apesar de todas as renúncias e restrições que são impostas ao Eu, a violação periódica das restrições é regra”, neste caso, o ideal do eu pressiona o eu para que aconteça o “comportamento ideal”, a suspensão mesmo que passageira desse ideal é uma espécie de libertação para o Eu, e “resulta sempre numa sensação de triunfo quando algo no Eu coincide com o ideal do Eu”. (FREUD, (1921) 2013, p. 137). Ver: *Psicologia das Massas e análise do eu*. Trad. Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, 2013.

2.2. O INDIVIDUALISMO A PARTIR DE UM “NARCISISMO” PSICOSSOCIAL

Sob a égide do individualismo, instala-se o império do Narciso, que habita o sujeito moderno, fazendo com que o mundo – e com ele o espaço edificado – seja apreendido a partir de si mesmo (Lúcia Leitão)

Compreende-se que a sensação de desamparo, muitas vezes confundida com o medo, pode servir diversas vezes como justificativa equivocada para a escolha de morar em um bairro planejado, mas é no “*status narcísico*”¹⁰ que se constatou a alimentação do prazer em ocupar esses espaços urbanos. Esse prazer se dá pela garantia de privilégios, como o conforto, que alimentam a vaidade narcísica do indivíduo, em que o “olho” narcísico almeja o bem como representa a figura abaixo, na qual o olho foca na imagem da bela casa. (Jardim das Perdizes - SP).



Figura 5: O espelho de “Narciso” e a escolha de morar

Fontes: www.meureflexonoespelho.blogspot.com & www.fotos-jardim-das-perdizes. Acesso: 10 abr. 2015.

O termo “narcisismo”¹¹ é utilizado por Freud em 1908, após uma revisão do texto Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). A partir daí, a construção do conceito de narcisismo evoluiu e contribuiu para a psicanálise e, em 1914, Freud escreveu *Introdução ao Narcisismo*, a partir do qual o narcisismo ganha posição importante para o estudo da mente humana, compreendido como uma importante etapa do desenvolvimento humano.

10. *Status narcísico*¹⁰: O narcisismo presente na expressão social do indivíduo. Ver: GUSMÃO, Paulo Dourado. *Manual de sociologia*. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

11. Narcisismo¹¹: Conta a mitologia grega (Ménard, 1991) que Narciso, jovem de rara beleza, fatigado pelo calor, foi repousar à beira de um regato. Impressionado pela própria imagem, vista no espelho das águas, arrebatado pela própria beleza, apaixonou-se por si mesmo. O mito de Narciso retrata valores e atitudes que dominam a sociedade contemporânea, caracterizada como idade do narcisismo. Sigmund Freud e o incluiu ao vocabulário da psicologia para designar o amor à própria imagem e à fase infantil, na qual a criança faz do próprio eu o objeto prioritário de seu amor.

Compreende-se que os conflitos psicossociais envolvidos neste processo são de natureza dissociativa podendo, então, originar diversas ações desestabilizadoras na sociedade, que tanto são guiadas pelas incoerências sociais quanto pela forma com a qual cada indivíduo lida com o desamparo de sua natureza humana.

Em *Psicologia das Massas e análise do Eu* (1921), o narcisismo novamente é referido por Freud ao mencionar sua importância na vida do indivíduo ao mundo externo, sobre o processo de identificação com o “objeto”, servindo como base para as identificações desenvolvidas pelas relações dos indivíduos com as outras pessoas e com os objetos. Nesse viés, Freud esclareceu que seu trabalho de psicologia das massas (das multidões ou social) “trata o indivíduo como membro de uma tribo, um povo, uma casta, uma classe, uma instituição ou como elemento de um grupo de pessoas que em certo momento e com uma finalidade determinada, se organizam numa massa”. (FREUD, [1921] 2013, p. 138).

A lógica relacional dos bairros planejados obedece à homogeneidade e à afirmação de uma “tribo” de iguais, um espaço fragmentado da cidade exclusivo para a “primeira classe”, essa lógica segue a ideia de relações de identidade social. Simone Lisniewski associa o comportamento narcísico a essa tendência de alguns indivíduos em preferir espaços homogêneos, assim diz:

A tendência à homogeneidade aliena os indivíduos de suas diferenças levando a estabelecer com o diferente uma relação de expurgação. O sacrifício subjetivo para a homogeneidade não permite a aceitação da diferença do outro. Os indivíduos que se adequam ao imaginário comum passam a supervalorizar e se devotar para a afirmação do grupo, para suas crenças, suas práticas, suas rotinas e sua visão de mundo.(...) Quando o indivíduo escolhe o grupo para fazer seu investimento narcísico, ele vislumbra uma possibilidade de satisfação, e esta satisfação está associada a busca de certezas, amenização das culpas persecutórias, repressão das fantasias de castração, pois o grupo reforça seu comportamento narcísico ao se manifestar como um fenômeno de massa, no sentido da homogeneidade e do compartilhamento de um ego comum. (LISNIEWSKI, 2007, p. 08)

Ao relacionar a psicanálise e os fenômenos sociais, Freud concede permissão para estudos sociológicos se beneficiarem de sua teoria psicanalítica, principalmente porque ele tratou os impulsos sociais (*der soziale Trieb*) na vida psíquica humana. A partir de suas análises sobre narcisismo e suas implicações na vida humana, esse conceito associa-se aos estudos sobre o indivíduo enquanto parte da sociedade.

A pedra de toque do individualismo contemporâneo, no qual o narcisismo personalizado volta-se para atender ilusões de autoconfiança e autogestão baseadas na realização pessoal de privilégios individuais. Uma tendência narcisista iniciada a partir da década de setenta na sociedade norte americana foi criticada por Christopher Lasch, em seu

livro *A cultura do narcisismo* [1979], apropriando-se de um referencial psicanalítico, “o narcisismo”, o autor elabora uma reflexão desse fenômeno social que prevalece nos traços dos indivíduos urbanos. Assim, o autor discorre:

O narcisismo significa uma perda da individualidade e não a autoconfirmação: refere-se a um Eu ameaçado com a desintegração e sentido de vazio interior. A vida cotidiana passou a pautar-se pelas estratégias de sobrevivência impostas aos que estão expostos à extrema adversidade. A apatia seletiva, o descompromisso emocional frente aos outros, a renúncia ao passado e ao futuro, a determinação de viver um dia de cada vez. (LASCH, [1979]1983, p. 47)

Quando Lasch fala sobre a “renúncia ao passado” citada acima, refere-se ao enfraquecimento de uma vida mais intimista que, segundo o autor, foi sendo substituída por relações distantes na sociedade norte-americana. O autor refere-se às situações em que o indivíduo não está voltado para o mundo e suas necessidades, e sim, para as suas necessidades no mundo, fugindo, assim, de tudo que possa ameaçar seu prazer de ter “privilégios” que conferem sua sobrevivência e conforto. Neste sentido, Lasch diz que:

A ética da autopreservação e da sobrevivência psíquica está, então, radicada não meramente nas condições objetivas da guerra econômica, nas elevadas taxas de crimes e no caos social, mas na experiência subjetiva do vazio e do isolamento. (Idem, [1979]1983, p. 77)

Ao olhar o passado, o autor indaga “(...) por que as relações pessoais se tornaram tão instáveis e precárias?” (LASCH, [1979]1983, p. 37). Interrogava para que sua inquietação pudesse elaborar uma reflexão sobre a perda de uma sociedade que lembrava uma vida mais simples e comunitária apagada pela industrialização. O avanço econômico e suas diversificadas opções de privilégios acenderam no indivíduo o narcisismo que sempre esteve na natureza humana, mas ainda não tinha tomado forma tão visível como a partir da década de 1960, como sugere o autor. A partir de então, as ações dos indivíduos estavam cada vez mais refletidas pelas excessivas “preocupações puramente pessoais”. (LASCH, [1979]1983, p. 24)

Dessa forma, Lasch apontou a contemporaneidade como a Era da cultura do narcisismo, que se define por uma sociedade formada por indivíduos extremamente preocupados consigo próprios. O autor defendeu o ponto de vista de que o indivíduo contemporâneo, ao se desfazer dos laços tradicionais, que roubavam sua atenção, agora estaria livre para alimentar a preocupação excessiva consigo mesmo, discorrendo o assunto sobre a retração da atividade política e sobre a imbricação das esferas pública e privada nas sociedades contemporâneas.

Observa-se, portanto, que a elevada preocupação pessoal revela a insegurança do indivíduo na contemporaneidade. Nesse contexto, a preocupação com a segurança, o bem-estar, a saúde e todas as formas possíveis de preservar a vida do indivíduo caracteriza-se por esse “amor próprio” desmedido. Percebe-se que esse momento de “viver para si” faz da contemporaneidade a Era da reconfiguração do individualismo na sociedade. Lasch argumenta que “o homem contemporâneo se volta para novos cultos e terapias, não para liberta-se das obsessões, mas para encontrar sentido e finalidade na vida, encontrar algo pelo que viver, abraçar precisamente uma obsessão”. (LASCH, [1979]1983, p. 32)

Além de tudo, o indivíduo narcisista carece de admiração, entra em evidência o indivíduo “vitorioso” e que tem “prestígio”, que conquistou seu crescimento pessoal e material. Nesse raciocínio, vê-se claramente a dependência do indivíduo narcisista, ele é muito mais dependente do que ele possa aceitar em seu pensamento ilusório de independência e liberdade. Assim, Lasch esclarece que:

O narcisismo representa a dimensão psicológica dessa dependência. Não obstante suas ocasionais ilusões de onipotência, o narcisista depende de outros para validar sua autoestima. Ele não consegue viver sem uma audiência que o admire. Sua aparente liberdade em laços familiares e dos constrangimentos institucionais não o impedem de ficar só consigo mesmo, ou de se exaltar em sua individualidade. Pelo contrário, ela contribui para sua insegurança, a qual ele somente pode superar quando vê seu ‘eu grandioso’ refletido nas atenções das outras pessoas, ou ao ligar-se àqueles que irradiam celebridade, poder e carisma. Para o narcisista, o mundo é um espelho. (LASCH, [1979]1983, p. 30)

Como consequência dessa situação de excessivo amor próprio contemporâneo e de individualismo, inevitavelmente, o poder econômico se torna importante. Uma vez que é através das aquisições materiais que a nova configuração do individualismo se revela ao mundo, há um paradoxo entre a independência financeira e a dependência econômica que lhe garante o *status*.

O indivíduo agora busca sua melhor imagem, projeta-se no melhor produto, instala-se nesse preenchimento de “privilégios” e “prestígio” para alimentar o vazio interior, como uma constante busca pela novidade que alimenta seu desejo de exclusividade.

Existe no narcisista certa superficialidade emocional. A experiência narcísica faz com que ele não se preocupe de forma individualista com a paisagem, com o meio ambiente, com o passado, ou com o futuro, e mais, ele pensa no momento presente, precisamente no seu presente e principalmente no prestígio de sua aquisição.

Isso explica o fato de tantas obras urbanas ignorarem essas questões e, mesmo assim, encontrarem tantos adeptos, porque nada é mais gratificante para o “narcisista” que sentir que

seus desejos foram atendidos, nem que, para isso, a burocracia, as leis e as emoções e respeito pela cidade sejam burladas.

UM BAIRRO PLANEJADO E SEGURO DENTRO DA CIDADE

O Prestige Alta Vista, nasce uma nova referência em viver bem traz toda comodidade e prestígio de viver ao lado do Jundiaí Shopping.



O parque do Alta Vista foi cuidadosamente planejado para proporcionar momentos agradáveis. É uma área exclusiva aos moradores com jardins, recantos e espaços específicos para diversas atividades. Projetado pelo renomado paisagista Benedito Abbud, além de preservar o verde, o parque guarda surpresas em seu percurso. Cercado por árvores de floração abundante, esse caminho ainda reserva área de lazer com pista de cooper, passeio e caminhada, o que estimulará à prática de esportes. Um boulevard central e uma linda alameda arborizada completam os espaços verdes deste ambiente preservado.

Figura 6: Anúncio de Bairro Planejado em São Paulo (Prestige Alta Vista)
Fonte: www.teixeiraduarte.com.br/altavistaprestige. Acessado: 12/06/2015.

O individualismo é expressão de um processo social, sendo assim, atinge a sociedade independentemente da classe econômica dos indivíduos. Porém, é no “polo riqueza” que este fenômeno social se revela mais nitidamente, justamente pela garantia do indivíduo, em sua manter sua condição narcisista, poder escolher o espaço em que se quer habitar e garantir seus privilégios. Considera-se, que o individualismo está presente nas escolhas e ações que visam atender seu “status narcísico”, como é o caso da escolha de morar em um bairro planejado, que garante privilégios para poucos, conferindo-lhes um endereço de que possam se orgulhar e receber um “elogio” dos admiradores desse “*status narcísico*”, como expressão da vaidade.

2.3. O INDIVIDUALISMO E O PROCESSO CIVILIZADOR (BELEZA, LIMPEZA E ORDEM)

A cidade do sonho de Hazeldon é como uma versão atualizada, high-tech, da aldeia medieval que abriga detrás de seus grossos muros, torres, fossos e pontes levadiças uma aldeia protegida dos riscos e perigos do mundo. Uma cidade feita sob medida para indivíduos que querem administrar e monitorar seu estar junto. Alguma coisa, como ele mesmo disse, parecido com o Mont Saint-Michel, simultaneamente um claustro e uma fortaleza inacessível e bem guardada. (Zygmunt Bauman)

O processo civilizador é um processo dominante na construção da identidade e o conceito da civilização é normalmente tomado como discriminatório, ou seja, o que não é civilizado é selvagem e precisa ser civilizado. Preconceituosamente, conceitos *etnocêntricos* sobre *homem civilizado* serviram para confirmar a consciência que os ocidentais tinham de si, definindo-se ilusoriamente como homem civilizado por ser moderno, polido, e erudito, que “estranha” seus semelhantes. Como descreve Bauman, “a principal característica da civilidade é a capacidade de interagir com estranhos sem utilizar essa estranheza contra eles e sem pressioná-los a abandoná-la ou a renunciar a alguns traços que os fazem estranhos”. ([2000] 2014, p. 133)

Freud, afirmava que a psicanálise cuidou “de não concordar com o preconceito de que civilização é sinônimo de aperfeiçoamento, de que constitui a estrada pré-ordenada para os homens”. (Freud, [1930] 2011, p.77)

Na conceituação freudiana, civilização é sinônimo de controle da natureza humana. O termo “polido” até se encaixaria bem, tratando-se de uma espécie de polimento da natureza primitiva humana, porém o tal polimento alterou também os cursos da sociedade e trouxe em termos, algumas consequências negativas ao convívio dos indivíduos.

De certa forma, Elias associa na sociologia a conceituação de Freud, e faz isso ao constatar que os autocontroles civilizadores do indivíduo “mostram as marcas da transição para um estágio ulterior de autoconsciência” (ELIAS, [1939] 2011, p. 237), resultando na personalidade individual que impedem que os impulsos espontâneos se manifestem. O autor lembra que pode ser um equívoco desconsiderar a sociedade da qual se faz parte quando se

pretende olhar para o indivíduo, olhar o indivíduo separado do conjunto ao qual pertence dificulta compreender suas ações, impostas pelo processo civilizador:

Enquanto encararmos o ser humano individual como um continente fechado, com uma casca externa e um núcleo escondido no seu interior, não poderemos compreender um processo civilizador que se prolonga por várias gerações. No curso das estruturas da personalidade do ser humano individual muda sem que mude a natureza dele. (ELIAS, p. 238, 239)

Na verdade, Elias descreve que o indivíduo desenvolve novos padrões de comportamentos com a finalidade de diferenciar-se das outras classes sociais e, com o passar do tempo, são adotados também por outras classes. Contudo, os novos padrões de comportamento deixam de ser conscientes para tornarem-se o que o autor chama de uma “segunda natureza”, que vai ocasionando a mudança na estrutura da personalidade, sem deixar de lado sua “primeira natureza”, esta última, que está presente nos processos inconscientes do ser humano.

Desta forma, percebe-se que, ao adicionar as mudanças na estrutura da personalidade ao autocontrole, o Eu passa a ter um papel cada vez mais importante, em detrimento da necessidade de um controle externo. Ao longo do processo da civilização, ocorre uma mudança na balança entre controle externo e autocontrole. Em favor do último, assim discorre Elias:

Os autocontroles individuais autônomos criados dessa maneira na vida social, tais como “o pensamento racional” e a “consciência moral”, nesse momento se interpõem mais severamente do que nunca entre os impulsos espontâneos e emocionais. [...] Esse é o núcleo da mudança estrutural e das peculiaridades estruturais do indivíduo que se refletem na autopercepção, da Renascença em diante, na noção de “ego” individual fechado em seu receptáculo, no “ser” separado, por uma parede invisível, do que acontece “no lado de fora”. São esses autocontroles civilizadores, funcionando em parte automaticamente, que agora são experimentados na auto percepção individual como uma parede, quer entre o “sujeito” e o “objeto”, quer entre seu próprio “eu” e as demais pessoas (sociedade) (ELIAS, [1939] 2011, p. 237).

Os indivíduos lançam suas raízes e recebem as informações como uma coisa natural, dessa forma, todo material cultural de um povo é transmitido desde a infância, aprendendo a ver o mundo através dos conceitos e valores que lhes são ensinados. Elias destacou que são transmitidos principalmente de forma inconsciente, como acontece com os valores culturais linguísticos, em que

[...] uma geração os transmite a outra sem estar consciente do processo como um todo, e os conceitos sobrevivem enquanto essa cristalização de experiências passadas retiver um valor existencial, e uma função na existência concreta na sociedade – isto é, enquanto gerações sucessivas puderem identificar suas próprias experiências no significado das palavras (ELIAS, [1939] 2011, p. 26).

Conforme foi apontado por Elias, a partir do momento que o indivíduo foi inserido na sociedade, ele desperta para a necessidade da autorregulação adquirida para se adequar aos controles e manter a sobrevivência de sua natureza humana primitiva. Isso porque, para Elias, sem esse processo, os indivíduos ficariam irremediavelmente sujeitos aos altos e baixos das próprias pulsões, paixões e emoções. Atento a esses sentimentos individuais, Elias faz análises já bastante freudianas, que toma corpo em seus escritos sobre civilização, e forma sua sociologia na qual a ação individual não é o foco, mas, as *interdependências* entre os indivíduos, a partir do próprio indivíduo. Com isso, expressou que:

Aquilo que, visto por um aspecto, se apresenta como um processo de individualismo crescente é, visto por outro, um processo de civilização. Pode-se considerar característico de certa fase desse processo que se intensifique as tensões entre os ditames e proibições sociais, internalizados como autocontrole, e os impulsos espontâneos reprimidos. (ELIAS, [1987] 1994, p. 103)

Interessante que, enquanto processo civilizador criado pelo próprio homem, esse mesmo processo o torna neurótico e também o direciona a um conflito entre ele e as imposições da sociedade, desenvolvendo e transformando o “homem selvagem”, dentro da evolução do conceito de civilização. Os pensamentos e comportamentos ocidentais corporificam-se na ciência, tecnologia e arte e começaram a se espalhar. A vida social apresenta-se sempre sob o aspecto da mudança, absorvendo valores nas associações entre os indivíduos.

2.3.1. A “*beleza*” narcísica refletida no espaço urbano materializado

Entre os processos civilizadores, estão: a beleza, a ordem, a limpeza, as relações sociais e a justiça. Freud trata desses processos no seu ensaio *O Mal-estar na Civilização*, [1930]. Inicialmente, antes de tratar questões das relações sociais dos indivíduos, iniciaremos com u

ma exigência do processo civilizador que provém de um mundo psíquico humano e transfere-se para outras instâncias da vida humana, refletindo principalmente no espaço urbano materializado.

Pode-se dizer que a beleza como exigência civilizadora é, antes de tudo, um traço narcísico, porém, a partir do momento em que esta passa a ser uma condição para se pertencer

ao “mundo civilizado”, ela induz o indivíduo a conviver com conflitos de permanente aceitação do que é útil ou do que é belo. Freud diz que “o fato de a civilização não considerar apenas o que é útil já se mostra no exemplo da beleza, que não desejamos ver excluída dos interesses da civilização”. (FREUD, [1930] 2011, p. 38) Ao moldar o espaço construído, o homem busca também para si o que julga belo e o que lhe confere prestígio.

É importante ressaltar que o homem age para si em toda a sua trajetória existencial. Existe, assim, a ação constante em desenvolver meios para sua sobrevivência e objetos para suas necessidades, o homem “civilizado” aprendeu a dominar o fogo, a fabricar instrumentos e a construir moradias. Por outro lado, o homem não abre mão de sensações que lhes garantam o prazer, mesmo que seja algo sem real necessidade. Sendo assim, Freud diz que “não há utilidade evidente na beleza, nem se nota uma clara necessidade cultural para ela; no entanto, a civilização não poderia dispensá-la”. (FREUD, [1930] 2011, p. 27).

Para Freud, esses aprendizados são a própria cultura, assim ele diz que “todas as atividades e valores que são úteis para o ser humano, colocando a terra a seu serviço, protegendo-o da violência das forças naturais etc, são culturais”. (Idem, p. 34). Dentro desse universo de necessidades, o homem se consolida historicamente, psiquicamente e socialmente indivíduo de si. Envolvidos em todos os mecanismos, sejam sociais, econômicos ou psíquicos, o homem alimenta os processos sociais.



Figura 7: Bairro Planejado do Paiva (Beleza natural aliada ao conforto)
Fonte: Arquivo Pessoal (21 de Abril de 2015)



Figura 8: Bairro Planejado do Paiva (Beleza natural aliada à organização)
Fonte: Arquivo Pessoal (21 de Abril de 2015)

Na Europa sempre se reverenciou a beleza que fora projetada nas mais diversas formas da ação humana, como nos parques, nas esculturas, nas construções e noutros feitos. Freud encontra na veneração do homem pela beleza uma das possibilidades de buscar a felicidade.

Assim, o autor diz que:

Podemos transitar para o caso interessante em que a felicidade na vida é buscada sobretudo no *gozo da beleza*, onde quer que ela se mostre a nossos sentidos e nosso julgamento, a beleza das formas e dos gestos humanos, de objetos naturais e paisagens, de criações artísticas e mesmo científicas. Essa atitude estética para com o objetivo da vida não oferece muita proteção contra a ameaça do sofrer, mas compensa muitas coisas. A fruição da beleza tem uma qualidade sensorial peculiar, suavemente inebriante. (FREUD [1930] 2011, p. 27)

Falando sobre beleza, a expressão narcísica é evidenciada, visto que muitas obras realizadas pelo homem tem como intenção a produção da beleza em sua projeção, na forma de expressão de sua natureza. Não há como falar de beleza sem fazer referência ao narcisismo presente na natureza humana e que é transferido à identificação com o espaço construído, assim Leitão explica que isso ocorre:

[...] porque, ao olhar o ambiente construído, o sujeito vê a si mesmo, como num espelho, que esse sujeito *como que se encontra* nele e por meio dele, isto é, reconhece a si mesmo na casa, na cidade, no espaço que, uma vez edificado, reflete os valores que lhes são mais caros, suas crenças mais íntimas, sua cultura, enfim. (LEITÃO, 2009, p. 145)

Ao tratar “beleza” e ambiente construído vale lembrar que o ensaio Onde coisas e homens se encontram: cidade, arquitetura e subjetividade, esclarece a ligação do psiquismo humano na formação da cidade e da arquitetura. Nele, a autora evidencia o narcisismo enquanto projeção do Eu no ambiente construído. Assim, ela define o narcisismo:

O Narcisismo é, portanto, o fenômeno psíquico a partir do qual o eu se forma. É o processo psíquico a partir do qual o “eu” constitui sua autoimagem, tendo como referência a relação com o outro, relação essa que lhe permite a representação de si, isto é, a construção e apropriação da autoimagem. (LEITÃO, 2014, p. 103)

É necessário perceber, portanto, que na construção desse ambiente o homem transmite a extensão de si e o que lhe serve de espelho. Nesse momento em que, na projeção de si mesmo, o indivíduo define o espaço como sua imagem pessoal, esta reflete em seu contexto social, que está interlaçada na construção do seu mundo.

É interessante abordar que este fenômeno “narcísico” na concretização material da beleza no espaço construído já foi exposto também no ensaio O Recife espelho de Maurício (MENEZES, 2004). Um texto poético, que faz o leitor se apaixonar pelo Recife. Ele lembra que os traçados urbanísticos do “Recife” se assemelham aos de Amsterdã, cidade em que Maurício de Nassau viveu parte de sua vida. É possível compreender esta passagem de Maurício de Nassau, que esteve presente em sua memória, através da concepção narcísica, em que a imagem da corte serviu-lhe de espelho. “Sua ideia de cidade bela, tão presente no Renascimento, o acompanharia durante toda a vida” (MENEZES, 2004, p. 72).

Amsterdã era uma das cidades comerciais mais importantes da Europa no século XVII, onde a expansão de técnicas urbanísticas e valorização estética influenciaram o desenho urbano:

Era a busca da *beleza* a partir de uma composição determinada por uma relação perfeita entre as partes. As concepções do Renascimento, tais como *ordem* e *equilíbrio*, além de um planejamento realizado com o uso dos traçados geométricos, dominavam, em grande estilo, a busca da *beleza*. [...] O Centro Antigo de Amsterdã, naquele século XVII, era lugar de grande *beleza*, onde, desde os canais que cortavam a cidade, se contemplava um casario bem delineado. Uma forma de ver que valoriza o conjunto e as partes. (MENEZES, 2004, p. 71)

Nesse caso, a partir daí vê suas “conquistas” como forma de representar sua imagem diferenciando-o pela beleza e status. Pontua-se que “O *status* social está intimamente ligado à vida social do homem, cuja “personalidade social” espelha o status que ocupa”. (GUSMÃO, 1973, p. 139). Compreende-se, conseqüentemente, que as garantias de ocupar um espaço na sociedade que preserve o “*status* narcísico” são representadas por suas referências enquanto *habitat*, persegue-se, nesse caso, a ideia de um processo social construído em princípios (pre)formulados. Tal situação é tão cotidiana na sociedade que se ouve constantemente expressões do tipo “gente bonita, produz lugares bonitos e também reside em lugares bonitos”. Nessa intercorrência reacional o indivíduo traçará o caminho que adapte o ambiente à sua conquista e na constituição psíquica do indivíduo.

2.3.2. Medida civilizadora da “*Limpeza*” e o jogo entre utilidade e garantias de “privilégios”

Freud diz que a humanidade falhou ao buscar proteção, falhou ao criar instituições que, em tese, serviriam para proteger. Várias instituições foram criadas com intuito de proteger o indivíduo, assim, se requer limpeza para garantir a saúde, num embate entre vida e morte. Para Freud, as medidas civilizadoras, nas quais tanto se empenharam os indivíduos, também provinham de conjecturas da busca incessante pela utilidade e obtenção de prazer e, muitas vezes, as ações coletivas correspondiam em atender as necessidades de apenas uma minoria. Ele diz que:

Quanto a limpeza devemos considerar que é também requerida pela higiene, e podemos conjecturar que esse nexos não era inteiramente desconhecido antes da época das prevenções das doenças. Mas a utilidade não explica de todo esse empenho; algo mais tem de estar em jogo. (FREUD, [1930] 2011, p. 39).

Antes de seguir, é importante lembrar que na Idade Média o crescimento populacional das cidades e a falta de saneamento causaram epidemias que dizimaram parte da população.

Essa realidade perdurou até o início do século XIX, porém, mesmo em meados do século XVIII, as ações médicas já se desenvolviam em toda a Europa, promovendo estudos sobre a influência que o espaço habitado exercia sobre a sociedade:

A ideia de que as reformas urbanas – vale dizer, o saneamento e embelezamento das cidades – constituem a via pela qual é possível atingir a melhoria social, elevando-se o padrão moral das classes populares, surge como princípio comum tanto a higienistas sociais, quanto a sociólogos ou partidários da “ciência das cidades”. (ANDRADE, 1992, p. 25)

Convém lembrar a obra do médico William Harvey, de 1628, cujas descobertas sobre a circulação deram início a uma revolução científica. Seus estudos contribuíram significativamente para o desenvolvimento da saúde pública e para as mudanças urbanísticas posteriores, já que os reformadores urbanos do século XVIII passaram a pensar a cidade como um corpo, em que as artérias e veias eram as vias por onde seus habitantes locomoviam-se, não podendo ficar obstruídas:

A revolução de Harvey favoreceu mudanças de expectativas e planos urbanísticos em todo o mundo. Suas descobertas sobre a circulação do sangue e a respiração levaram a novas ideias a respeito da saúde pública. No iluminismo do século XVIII, elas começaram a ser aplicadas aos centros urbanos. Construtores e reformadores passaram a dar maior ênfase a tudo que facilitasse a liberdade do trânsito das pessoas e seu consumo de oxigênio, imaginando numa cidade, artérias e veias contínuas, por meio das quais os habitantes pudessem se transportar tais quais hemácias e leucócitos no plasma saudável. (SENNETT, 2008, p. 263)

As descobertas de Harvey coincidiram com o advento do capitalismo, contribuindo para as transformações sociais que deram origem ao individualismo. Adam Smith, filósofo e economista escocês, em *A riqueza das nações* reconhece que esse paralelo feito pelos reformadores urbanos entre o corpo humano e a cidade beneficiou o mercado livre de trabalho e de mercadorias. Assim, os fluxos de trabalho e de capital seriam os fluxos de sangue nas veias do corpo, prenunciando a necessidade de se abrir grandes ruas e avenidas, não só para a circulação de pessoas, mas para a intensa circulação do capital. Para o pensamento econômico, “...a circulação econômica nutria todos os membros da sociedade, assim como a livre corrente do sangue nutria todos os tecidos orgânicos”. (SENNETT, 2008, p. 262)

Havia, então, um sentimento de reconstrução na Europa do século XIX, onde a medicina já propunha soluções para amenizar a incidência das epidemias que surgiam, ameaçando a *ordem* urbana. No fim da Idade Média iniciou-se o incentivo das práticas sanitárias preventivas e modificadoras do espaço urbano: a distinção entre água limpa e suja para o consumo humano e a prática do banho.

A partir daí essas mudanças foram responsáveis pela transformação dos hábitos e maneira de construir as cidades dentro das novas configurações civilizatórias e desenvolvimentistas. A Inglaterra foi a primeira a sentir, já na virada do século XVIII para o XIX, as graves consequências da industrialização, principalmente no que diz respeito aos contingentes de trabalhadores que conviviam com a falta de habitações, higiene, serviços sanitários, causando epidemias, como a de cólera em 1831. Na França, esses reflexos foram sentidos um pouco mais tarde. À medida que o nível de industrialização aumentava, as condições de vida nas cidades francesas se agravavam.

O reflexo era o caos urbano, ambientes “feios” e insalubres, miséria e falta de higiene física. Tudo isso agravou a qualidade de vida da maior parte da população, fazendo surgir a reestruturação urbana com *ordem e beleza*, essa situação favoreceu as práticas do urbanismo tecnocrático, como aponta Freitag:

Uma outra ótica é introduzida pelo urbanismo “tecnocrático reformador” do Barão de Haussmann, prefeito de Paris, nomeado por Napoleão III, preocupado com o saneamento de Paris. Suas reformas radicais no centro histórico daquela cidade geraram um novo termo para as reformas urbanas: a hausmanização das cidades. (FREITAG, 2010, p. 47)

O processo civilizador garantiu a busca por novas formas e novos padrões de comportamentos sociais, que ensinavam novos preceitos com a domesticação de seus comportamentos, estabelecendo também a separação entre o público e o privado, na medida em que se idealizava a cura da cidade. Entende-se, dessa forma que surgiam, nestes processos

sociais, outras doenças da sociedade (de caráter psíquico e moral), provocadas pela imposição da ordem de um processo civilizador e, assim, Pechman pontua este fato:

Limpendo a rua da presença popular e elevando a vida privada a uma conquista da humanidade, o urbanismo quer ter, com suas práticas de intervenções e suas representações legitimadoras da ordem urbana, organizado cientificamente a cidade, colocando cada coisa em seu lugar e em cada lugar uma coisa, evitando os aglomerados por um lado, e os perigos do vazio por outro. (PECHMAN, 1993, p. 33)

Logo, constata-se que estas medidas visavam interesses próprios de uma classe, assim combatia-se os problemas sanitários: a proliferação de doenças apenas nas classes desfavorecidas. Porém, na medida em que crescia a sociedade urbana, as epidemias atacavam sem escolher classe social, resultando a partir daí a preocupação da burguesia em dar início às obras sanitárias, seguindo obviamente uma ordem social.

Assim, quando as iniciativas públicas sanitárias foram criadas a partir do caos no século XIX, na Europa, almejando a ordem nas cidades, ocorreram grandes obras urbanas e estas foram apoiadas pela ideia de saneamento e embelezamento das áreas deterioradas.

O que parecia ser apenas um processo civilizador que possibilitava a proteção à saúde do homem era, na verdade, mais uma artimanha da *mixofobia* social.

O posicionamento de Freud em relação aos problemas subjetivos das medidas desse progresso gerou comentários negativos em alguns estudiosos da época, como bem resume Bauman: “diziam que Freud profanou o passado, envenenou o presente e matou o futuro”. (BAUMAN, [1991] 1999, p. 178) Isso ocorreu porque Freud pôs em questão esses princípios civilizadores progressistas e, como complementa Bauman, é a partir das investigações de Freud que se é revelado que:

As separações tidas como naturais não passavam de convenções promovidas e revividas por coerção; a assim chamada norma da saúde social não passava de um artefato de repressão com a assistência do poder. Excetuando o usurpado direito do poder de narrar a realidade, não haveria qualquer diferença óbvia de status entre atos “normais” de pessoas “normais” e “sintomas neuróticos”, entre os sonhos e a “coisa real”, entre a razão louvável e as paixões mórbidas, entre a superfície luminosa e as profundezas em trevas, entre o aconchegante interior e o intimidante exterior. Não haveria id sem o superego. (BAUMAN [1991]1999, p. 185)

Dessa forma percebe-se que, segundo Bauman, Freud pôs em cheque a normalidade aparente das coisas. Nessa concepção, a psicanálise “desconstruiu esse mundo” e questionou sua estrutura. Nessa perspectiva analítica, Bauman diz que “a própria essência da psicanálise não era privilegiar nenhum código de interpretação, não escolher nenhum sentido à exclusão dos outros”. Assim ele complementa dizendo que, a partir daí, quebram-se verdades tidas

como absolutas e “as coisas não são o que nos disseram que são ou o que fomos forçados a acreditar que devem ser” (BAUMAN, [1991] 1999, p. 186).

A ordem civilizadora se espalhou pelo mundo e não demorou muito para essa nova ordem mundial repercutir em países de outros continentes, entre eles, o Brasil. Entre outras formas de imposições ou transformações, as obras sanitárias também já pediam passagem por causa das epidemias. Dessa forma, na medida em que se aumentava a sociedade urbana, as epidemias atacavam sem escolher classe social. Resultando-se a partir daí a preocupação da burguesia em dar início às obras sanitárias.

No Brasil a busca pela limpeza também veio aos tropeços, não especificamente a “limpeza”, mas ações que muitas vezes vão além das medidas sanitárias, que serviram de pretexto para acentuar as disparidades ambientais entre o “polo riqueza e o polo pobreza”.

É válido lembrar, então, a atuação do engenheiro Saturnino de Brito, considerado pai do urbanismo sanitário no Brasil, sendo responsável por intervenções sanitárias em dezenas de cidades brasileiras. Saturnino de Brito defendia a implantação de melhoramentos sanitários para viabilizar a qualidade de vida das pessoas e acreditava que, pelo intermédio do conhecimento e da educação, a população obteria a consciência precisa sobre os benefícios da higiene para a saúde.

Porém, apesar de seus esforços, houve significativa predominância de interesses particulares nas obras de saneamento frente aos interesses públicos. Não é para menos que até hoje as cidades brasileiras ainda sofrem com a falta de saneamento e as políticas públicas continuam direcionadas para atender aos interesses de particulares.

Não é intenção entrar em detalhes sobre a “saúde pública” e outras questões ligadas à limpeza, ou depósitos de dejetos nas cidades. Esta abordagem é para fecharmos o raciocínio de que o indivíduo, independentemente de consciente ou não de suas ações, segue todas as premissas para justificar o individualismo numa onda de privilégios individuais, inclusive nas obras sanitárias fundamentais à sociedade. Correndo o risco da repetição, pode-se dizer que Freud pontuou que o homem considera a busca da limpeza no espaço, requerida pela higiene, e que não era inteiramente desconhecida antes da época das prevenções das doenças. “Mas a utilidade não explica de todo esse empenho; algo mais tem de estar em jogo” (FREUD, [1930] 2011, p.39). Entende-se que a preocupação pública era garantir alguns privilégios para indivíduos do “polo riqueza”, utilizando-se a justificativa de medidas de saúde pública.

2.3.3. A “Ordem” dos indivíduos no espaço urbano

Ordem e limpeza estão sempre interligados um ao outro. E, segundo Freud, “a ordem é uma espécie de compulsão de repetição que, uma vez estabelecida, resolve quando, onde e como algo deve ser feito...”, de um modo geral acredita-se que o efeito da ordem é representado no desejo do indivíduo de organizar sua vida no espaço e no tempo. Nesse caso, a ordem reverenciada pelo individualismo presente no processo civilizador desviou “o benefício inegável da ordem que permite ao ser humano o melhor aproveitamento de espaço e tempo, enquanto poupa suas energias psíquicas”. (FREUD, [1930] 2011, p. 38)

Dessa forma, nasce nessa ultrapassagem de limite entre o benefício de organizar e o equívoco de estabelecer a “ordem” da separação no espaço físico de uma sociedade conflituosa, cujos sintomas mais prejudiciais perpassam pela separação/distinção dos indivíduos, seja pela cor, pela raça, pela classe social, ou pelo *status*, ou seja, é o mundo urbano seguindo a palavra de “ordem” civilizadora.

Com base no exposto, percebe-se que a ordem é uma exigência do “homem civilizado”, não é um processo natural, e sim, imposto pelo próprio homem para manter-se livre do caos da desorganização. O que se apresenta natural é o processo de organizar. Contudo, a partir do momento em que a ordem tomou forma de problema social, nasceu a preocupação do homem em conceituá-la. Para Hobbes apud Bauman, (1999, p. 13), “a ordem tornou-se uma questão de poder e o poder uma questão de vontade, força, cálculo”. Dessa forma, acredita-se que também é válido citar Bauman, referindo-se à *ordem*:

A ordem está continuamente engajada na guerra pela sobrevivência. O outro da ordem é o miasma do indeterminado e do imprevisível. O outro é a incerteza, essa fonte e arquétipo de todo medo. Os tropos do outro da ordem são: a indefinibilidade, a incoerência, a incongruência, a incompatibilidade, a ilogicidade, a irracionalidade, a ambiguidade, a confusão, a incapacidade de decidir, a ambivalência. O caos “o outro da ordem” é pura negatividade. É a negação de tudo que a ordem se empenha em ser. É contra essa negatividade que a positividade da ordem se constitui. [...] sem a negatividade do caos não há positividade da ordem; sem o caos, não há ordem. (BAUMAN, [1991] 1999, p. 15)

Presente em todas as esferas da vida humana, desde ciências médicas às ciências sociais, a ordem foi envolvida no processo de produção espacial e na construção da sociedade. O viés principal deste fundamento civilizador tem uma característica de separação, como bem aponta Bauman:

A maioria dos problemas que hoje enfrentam os administradores das ordens locais é produto da atividade para resolução de problemas.[...] Os problemas são criados pela resolução de problemas, novas áreas de caos são geradas pela atividade ordenadora.

O progresso consiste antes e sobretudo na obsolência das soluções de ontem. [...] O horror à mistura reflete a obsessão de separar. (Ibidem, p. 22)

Então, percebe-se que as táticas da ordem são apoiadas e sustentadas pelo individualismo, uma vez que “a ordem e a ambivalência são produtos da prática moderna”. Complementa-se o raciocínio com a afirmação de Bauman de que “a construção da ordem coloca os limites à incorporação e à admissão. Ela exige a negação dos direitos e das razões de tudo que não pode ser assimilado a deslegitimação do outro”. ([1991] 1999, p. 15) Assim, o homem separou e manteve ao lado os diferentes, provocando conflitos sociais que são refletidos na imposição da ordem.

Como diz Bauman, “a modernidade orgulha-se da fragmentação do mundo como sua maior realização. A fragmentação é a fonte primária de sua força”. ([1991] 1999, p. 20)

A criatura dominou o criador e, neste raciocínio, a compulsão pela ordem provocou “desordem social” na civilização. Das exigências civilizadoras criadas pelo homem, a ordem foi a mais complicada no sentido de o indivíduo não saber dosá-la onde e quando de forma correta. Pôr ordem apresentou-se como uma exigência do homem civilizado para o mundo e, para atingir esse fim, criou-se mecanismos que selecionam e separam os indivíduos no espaço.

Segundo Bauman ([1991] 1999, p. 9), “classificar é dar ao mundo uma estrutura: manipular suas probabilidades, tornar alguns eventos mais prováveis que outros, comportar-se como se os eventos não fossem casuais ou limitar ou eliminar sua casualidade”. A ordem como preceito civilizador tem sido uma prática em que “a consciência” de si organiza a presença do outro, como um complexo organizador de vidas nos espaços, sobressaindo-se o poder determinante do “eu, homem civilizado”. Sendo assim, diz Collins apud Bauman (*Idem*, p. 13): “a consciência surge como qualidade de perceber ordem nas coisas”.

Dessa forma percebe-se que a vida humana, as relações sociais e o espaço construído passaram a ser subordinados, dominados e reajustados pela ordem, por intermédio de conceitos e funções estabelecidas pelo grupo dominante da sociedade civil.

A repressão, a utilização da força e do poder capital colocaram a “ordem” aos ambientes, como bem disse Sennett, transformando-os em “prateleiras”, conforme já citado anteriormente.

Bauman diz que os indivíduos do mundo pós-moderno seguem a tendência de alimentar esses conflitos, que já se mostraram negativos no mundo moderno:

O mundo moderno é um mundo de conflito; é também o mundo de um conflito que foi interiorizado, que virou um conflito interior, um estado de ambivalência e

contingência pessoais. Este é um mundo que dá à luz a loucura da mesma maneira que um jardim faz nascer ervas daninhas. O jardineiro pode diferenciar as plantas do jardim e as ervas daninhas – porque ele tem o poder de defini-las como tais; seu veredito é impositivo enquanto durar sua autoridade para definir. O que acontece no entanto se a autoridade for desafiada, como deve ser o caso mais cedo ou mais tarde quando as “planta” e “ervas daninhas” são humanos chamados a se tornar plantas de jardim e se vacinar contra o canceroso crescimento das inferiores “ervas daninhas”? Como podem *eles* distinguir o normal do anormal, o certo do neurótico, a razão da loucura? (BAUMAN, [1991] 1999, p. 188)

Observa-se, ainda, que a consciência moral do indivíduo necessita de uma recarga de valores sociais que sejam reformulados a partir de uma crítica à atual configuração social. Em algum momento, perdeu-se de vista o valor da vida em sociedade, como bem colocou Bauman, sobre a comparação das “ervas daninhas” do jardim.

Expressando seu sentimento diante da frieza que nos é transmitida em muitos locais urbanos, onde o convívio que deveria fazer parte de um todo fora dificultado por concreto armado numa “ordem” que separa as pessoas como objetos em prateleiras, a exemplo dos prédios em condomínios fechados, Richard Sennett, em seu livro *Carne e Pedra*, diz que: “o corpo se move de maneira passiva, anestesiado no espaço, para destinos estabelecidos em uma geografia urbana fragmentada e descontínua”.

A ordem nesses ambientes não é somente a “ordem” de organização, mas, também, de pôr cada indivíduo em seu devido “local”, através de estratégias “êmicas” se faz o papel de afastamento: não falar com estranhos, falar somente o necessário, ignorar aqueles que sejam visivelmente pertençam a outro “polo social”, um espaço anestesiado e asséptico. Na figura 9 é possível observar um funcionário solitariamente trabalhando, revelando que pode haver entre um morador e um funcionário uma relação de serviço, mas que não caracteriza diversificação de relações sociais econômicas diferentes neste espaço urbano, e sim, uma relação estritamente necessária. E na figura 10 revela o aspecto aséptico de um condomínio fechado fastando as possibilidades de interações sociais de classes diferentes.



Figura 9: Funcionário da jardinagem no bairro planejado do Paiva
Fonte: Arquivo Pessoal (21 de abril de 2015)



Figura 10: Condomínio fechado no bairro planejado do Paiva
Fonte: Arquivo Pessoal (21 de abril de 2015)

Sabe-se que a individualização do espaço construído produz barreiras invisíveis, impedindo os indivíduos de perceberem a verdadeira função da cidade, e isso, para Sennett, é a própria difusão da incivilidade, se entendermos que civilidade é a possibilidade de reforçar laços sociais independentemente da distância social. Ele contribui com este raciocínio dizendo que:

[...] “as pessoas somente podem ser sociáveis quando dispõem de alguma proteção mútua; sem barreiras, sem limites, sem a distância mútua que constitui a essência da impessoalidade, as pessoas são destrutivas, não porque a natureza do homem seja malévola”. [...] “mas, porque o efeito último da cultura gerada pelo capitalismo e pelo secularismo modernos torna lógico o fratricídio, quando as pessoas utilizam as relações intimistas como bases para as relações sociais”. (SENNETT, 1999, p. 379)

Perseguindo as definições de Freud, essa situação de insistência em lutar contra a diversidade nos espaços aqui entendida como uma “miséria psicológica das massas”, segundo Freud, uma situação que pode ser perigosa, “sobre tudo, quando a ligação social é estabelecida principalmente pela identificação dos membros entre si, e as individualidades que podem liderar não adquirem a importância que lhes deveria caber na formação da massa”. (FREUD, [1930] 2011, p. 62)

Convém admitir que, na formação do espaço construído em nome da “beleza”, da “ordem” e da “limpeza”, instaurou-se silenciosamente o retrato social que representa a força do individualismo e, mais que isso, que retrata a dimensão do inconsciente nas ações humanas em busca da obtenção do prazer, que pode ser expresso por felicidade. Freud afirma que nessa busca “há diferentes caminhos que podem ser tomados, seja dando prioridade ao conteúdo positivo da meta, a obtenção de prazer, ou ao negativo, evitar o desprazer. Em nenhum desses caminhos podemos alcançar tudo que desejamos”. (FREUD, [1930] 2011, p. 28)

É imprescindível observar, portanto, que o indivíduo, em sua dimensão inconsciente de busca do prazer, de realização de privilégios, esquece-se do maior traço característico da “civilização”, em outras palavras, da constituição da sociedade, que são as relações uns com os outros, tudo foi garantido em permanecer nos processos, a limpeza, a beleza, a ordem, porém, como bem diz Freud:

Resta-nos apreciar o último dos traços característicos da civilização, que certamente não é dos menos importantes: o modo como são reguladas as relações dos homens entre si, as relações sociais, que dizem respeito ao indivíduo enquanto vizinho, enquanto colaborador, como objeto sexual de um outro, como membro de uma família e de um Estado. (FREUD, [1930] 2011, p. 40)

As relações sociais e o espaço construído passaram a ser subordinados, dominados e reajustados pelo individualismo, como também possibilitados pelo poder individual das classes dominantes da sociedade civil. A situação contemporânea revela a força do poder do indivíduo em relação aos interesses da sociedade, parecendo um distanciamento entre o homem e sua evolução, Freud (p. 40) já denunciava há quase um século esta situação ao constatar que “a substituição do poder do indivíduo pelo da comunidade é o passo cultural decisivo”. Ele queria dizer decisivo para o fortalecimento da cultura. No entanto, não se vê nada mais comum hoje que os interesses de alguns indivíduos serem postos à frente dos interesses da sociedade.

A partir disso, é importante lembrar que a busca do indivíduo pelos caminhos que garantam seu privilégio e o poder irresistível do *status* social dominou a formação do indivíduo brasileiro, e se de um lado está o prestígio, ao lado dele está a hostilidade.

Freud refere-se ao prestígio como algo capaz de hipnotizar o homem e guiá-lo em suas decisões comportamentais:

O “prestígio” é uma espécie de domínio que o indivíduo, uma obra ou uma ideia exige sobre nós. Ele paralisa toda nossa capacidade crítica e nos enche de assombro e de respeito. Ele seria capaz de produzir um sentimento semelhante ao da fascinação da hipnose (FREUD, [1921] 2013, p. 53)

As ideias listadas denunciam que os processos sociais que foram formulados através do sistema de transmissões culturais seguiram, acima de tudo, as conjecturas do individualismo e estas conjecturas foram determinantes para o planejamento urbano das cidades, onde prevaleceram os interesses individuais da minoria pertencente ao “polo riqueza” em detrimento ao bem comum social. Lembrando que, segundo Freud, os interesses da sociedade devam prevalecer aos interesses individuais. E assim dizia que “a vida humana em comum só se torna possível quando há uma maioria que é mais forte que qualquer indivíduo e se conserva diante de qualquer indivíduo”. (FREUD, [1930] 2011, p. 40)

Percebe-se, ainda, que a ligação entre todos os processos, sejam sociais, econômicos e/ou psíquicos, conduziram às transformações espaciais. De um modo geral, o homem contemporâneo apresenta-se em forma do “*homo clausus*”, onde o indivíduo encontra conforto e proteção individual – “*homo clausus*” é uma designação dada por Elias ([1939] 2011, p. 230) ao homem que não aceitou a perda de seu casulo original. Esta não aceitação o transportou para o mundo individual de forma bastante equivocada, a superestimação ao “eu”, como uma possível autossuficiência – dessa forma, ele rejeita também sua natureza expressa na dimensão social da vida em comunidade e diversidade, sendo esse o ponto principal do desequilíbrio da balança entre o eu/nós. Outra característica que impera nesse caso é que o indivíduo passa a selecionar sua convivência espacial baseado em ações individualistas, que são fortalecidas pelos anseios de “beleza” enquanto expressão narcísica, e pela “ordem” enquanto estratégia êmica de afastamento entre os indivíduos. A partir de então, as relações são baseadas naquilo ou naqueles os quais o indivíduo espelha-se, criando um mundo social de ilusão através de um “pequeno mundo em si mesmo”. (Elias, [1939] 2011, p. 230)

Em suma, como dizia Lévi-Strauss, “só há o social porque há o simbólico”, sendo assim, o espaço planejado apresenta-se como conforto simbólico para um indivíduo que desenvolveu – a partir do seu contato com o mundo externo – novos padrões de modos, costumes e comportamentos, que formularam sua “segunda natureza”, de modo que as atitudes inerentes ao individualismo já se integraram ao modo de viver e habitar no espaço urbano atual.

Resgatando a constituição psíquica do indivíduo contemporâneo, percebeu-se que ele desenvolveu a partir do seu contato com o mundo externo novos padrões de modos, costumes e comportamentos, ocasionados pelo processo civilizador, e que estes reformularam sua “natureza social”. Freud, referindo-se ao processo civilizador, abriu as possibilidades investigativas para Elias definir que o indivíduo desenvolve a “segunda natureza”, ele constatou que os processos sociais se tornam familiares e que modificam algumas disposições instintivas humanas. “Alguns desses instintos são absorvidos de tal modo que em seu lugar aparece o que no indivíduo descrevemos como traço de caráter”. (FREUD, [1930] 2011, p. 42)

Em hipótese alguma esta dissertação pretende fechar as portas para as possibilidades das mudanças, trata-se apenas de reflexões apoiadas na observação da história social do processo civilizador, que parece revelar um “desassossego” no indivíduo, como mostra a citação abaixo, com palavras que parecem encaixar-se ao momento atual, embora mencionadas a quase um século, em que Freud diz:

Atualmente os seres humanos atingiram um tal controle das forças da natureza, que não lhes é difícil recorrerem a elas para se exterminarem até o último homem. Eles sabem disso; daí em boa parte, o seu atual desassossego, sua infelicidade, seu medo. Cabe agora esperar que a outra das duas “potências celestiais”, o eterno Eros, empreenda um esforço para afirmar-se na luta contra o adversário igualmente imortal. Mas quem pode prever o sucesso e o desenlace? (FREUD, [1930] 2011, p. 93)

Freud não fora pessimista, na verdade, ele conhecia a natureza humana como ninguém, assim dizia: “[o homem é o lobo do homem]”; quem, depois de tudo que aprendeu com a vida e a história, tem coragem de discutir essa frase?” ([1930] 2011, p. 57), sabendo-se que nada é tão novo para o homem, afinal, revive-se a história, sem conseguir muitas vezes evitar no presente o que poderá vir a ser um problema no futuro.

2.4. O INDIVIDUALISMO E O FATOR “ECONÔMICO” NA PRODUÇÃO MATERIAL DO ESPAÇO

Está perfeito que os filósofos nos exortem, ao longo dos séculos, com seu “conhece-te a ti mesmo!”; mas talvez a maioria das pessoas, ao ouvir essa injunção, pense e sintam: “Não queremos saber muita coisa a esse respeito. (Nobert Elias)

Para Bauman, o individualismo tem como sustentação o capitalismo, e esta sustentação toma força total na contemporaneidade. Em seu livro *Modernidade Líquida* [2000], Bauman trata a contemporaneidade como um período líquido, sem forma e escorregadio. Importa enfatizar a mudança dos comportamentos sociais, assumindo a fluidez própria dos líquidos, deixando para trás a solidez tradicional e o espírito de coletividade e, conseqüentemente, acentuando o individualismo. Bauman pontua que:

Já foi dito que o *spiritus movens* da atividade consumista não é o conjunto mensurável de necessidades articuladas, mas o *desejo* – entidade muito mais volátil e efêmera, evasiva e caprichosa, e essencialmente não referencial as “necessidades”, um motivo autogerado e autopropelido que não precisa de outra justificação ou “causa”. Apesar de suas sucessivas e sempre pouco duráveis reificações, o desejo tem a si mesmo como objeto constante, e por essa razão está fadado a permanecer insaciável qualquer que seja a altura atingida pela pilha dos outros objetos (físicos ou psíquicos) que marcam seu passado. (BAUMAN, [2000] 2014, p. 96)

Em alguns momentos, diz Bauman, o indivíduo reconhece que, ao consumir, por exemplo, “vidros duplos para proteger-se do ruído”, não resolverá o problema de ruído que o persegue nos grandes centros urbanos, contudo, ele precisa tomar uma atitude individual para livrar-se de um problema de caráter social, e o faz. A questão é, faz por si, mas o problema inerente à sociedade continua a existir.

Da mesma forma, ao comprar um ambiente privado “livre de problemas urbanos”, problemas esses, muitas vezes, provocadores de neuroses. Mesmo sabendo que, ainda assim, não consegue livrar-se por completo desses problemas, uma vez que estão inseridos no conjunto da cidade – embora em espaços fragmentados –, desenvolve-se a crescente sensação de ter garantido a segurança e o conforto individual. Conforme pode ser observado nas figuras 11 e 12, tanto os moradores, quanto os hóspedes de hotéis e prestadores de serviços alocados nos bairros planejados são contemplados por um ambiente que convida e confere o “privilegio”.



Figura 11: Segurança e conforto a caminhar no “Bairro Planejado do Paiva”
Fonte: Arquivo Pessoal (21 de abril de 2015).



Figura 12 Segurança e conforto aos hóspedes do Hotel no “Bairro Planejado do Paiva”
Fonte: Arquivo Pessoal (21 de abril de 2015).

É importante lembrar, nesse caso, que o consumidor não consegue permanecer em um isolamento por completo, cedo ou tarde sofrerá consequências pelo fato de negligenciar a convivência com as diferenças.

Vale ainda lembrar que Bauman menciona a discussão analítica de Max Weber, uma vez que ele deixa claro que era impossível atingir a satisfação plena e, exatamente no momento capitalista atual – apregoando que as satisfações individuais, constituem a base do status social no qual o prêmio é justamente o espaço habitado com alta valorização comercial e homogeneidade social (polo riqueza) –, o indivíduo adentra na grande armadilha do individualismo contemporâneo capaz de recodificar as relações no espaço urbano.

Em sua análise, Weber utilizou-se da intuição, traçando caminhos para explicar como a racionalidade dos vínculos sociais estaria ligada às condutas individuais. Weber lembrava como a racionalidade econômica do capitalismo dependia fundamentalmente da disposição

dos indivíduos em adotar os tipos de conduta ligados a um modo de ser, que remetia à ética protestante do trabalho. Desta forma, em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Weber traz à baila que o capitalismo ganhou força justamente em um terreno propício que envolvia o caráter espiritual do indivíduo, isso porque era justamente a ética incubada nos indivíduos que alimentava a disposição para trabalhar, poupar e acumular, exatamente do modo que o capitalismo exigia.

Em outras palavras, para Weber, a ética protestante foi a força motriz necessária para a competitividade capitalista, de modo que o indivíduo fortalece o pensamento que: o que tenho me foi dado por Deus, assim, sou um ser muito especial. Nesse contexto, a força dessa ética internalizada na mente do indivíduo seria capaz de levá-lo a conseguir a força necessária para trabalhar e alavancar o capitalismo. Assim, desenvolveu sabiamente seus estudos das ações sociais, considerado, mesmo que discretamente, o subjetivo, ao considerar a força da ética internalizada no indivíduo.

Convém lembrar, ainda, que Bauman seguiu a concepção de Simmel de que o processo de individualismo é central na modernidade, assim como o processo de racionalização das relações sociais. Nesse contexto, as rápidas transformações econômicas influenciaram decisivamente a geração dos conflitos sociais, visto que abriram portas, cada vez mais, ao consumo baseado na individualização espacial, responsável pelas transformações urbanas das grandes cidades. Sendo assim, o indivíduo permanece anestesiado numa relação de causalidade circular, que gera relações sociais específicas (relacionadas ao dinheiro), em seu meio de troca universal.

Cita-se abaixo o que Simmel escreveu, apontando a impessoalidade do dinheiro como fonte da impessoalidade das relações humanas:

As correntes da cultura moderna deságuam em duas direções aparentemente opostas: por um lado, na nivelação e compensação, no estabelecimento de círculos sociais cada vez mais abrangentes por meio de ligações com o mais remoto sob condições iguais; por outro, no destaque do mais individual, na independência da pessoa, na autonomia da formação dela. E ambas as direções são transportadas pela economia do dinheiro que possibilita, por um lado, um interesse comum, um meio de relacionamento e de comunicação totalmente universal e efetivo no mesmo nível e em todos os lugares à personalidade, por outro lado, uma reserva maximizada, permitindo a individualização e a liberdade. (SIMMEL, 1998, p. 28- 29).

É válido lembrar que em *Modernidade e Ambivalência*, de 1999, Bauman faz menção a Simmel como sendo ele um prenunciador de tudo que a ânsia pela vida moderna traria ao futuro e de como o indivíduo estabeleceria sua relação com o mundo fora de si, alimentando sonhos que viriam satisfazer seu individualismo:

Simmel observou também, muito antes que os outros sequer percebessem, que a realidade da vida moderna havia desafiado os sonhos da totalização; mais precisamente, que os sonhos eram auto derrotistas. Sob o impacto do poder universalizante, a condição humana desenvolveu-se numa direção exatamente oposta à intenção: “em toda era moderna, a busca do indivíduo é por si mesmo, por um ponto fixo e não ambíguo de referência. [...] Todas as relações com os outros são portanto em última instância meras estações no caminho pelo qual o ego chega ao seu eu”. (BAUMAN, 1999, p. 198)

A partir dessa compreensão, Simmel previu que o espaço urbano seria, portanto, um espaço de relações sociais suprimidas. Ao invés de relações pessoais de dependência, os indivíduos teriam relações distantes e apenas quando estritamente necessárias às suas necessidades. E assim, Simmel diz que:

[...] sendo o equivalente a todas as múltiplas coisas de uma e mesma forma, o dinheiro torna-se o mais assustador dos niveladores. Pois expressa todas as diferenças qualitativas das coisas em termos de ‘quanto? O dinheiro, com toda a ausência de cor e indiferença, torna-se o denominador comum de todos os valores; arranca irreparavelmente a essência das coisas, sua individualidade, seu valor específico e sua incomparabilidade. [...] as grandes cidades, principais sedes do intercâmbio monetário, acentuam a capacidade que as coisas têm de poderem ser adquiridas muito mais notavelmente do que as localidades menores. É por isso que as grandes cidades também constituem a localização (genuína) da atitude blasé. (Simmel, 1998, p.16-14)

Para Simmel, esse comportamento *blasé* não era comum no campo, e sim, predominantemente na vida da metrópole, guiada pelo individualismo estimulado e calçado pelo capitalismo. Caminhando lado a lado com uma maior impessoalidade, libertando o homem dos laços estreitos da vida em comunidade, tornando, desta forma, as relações sociais mais objetivas e impessoais.

Nesse contexto, os espaços privados são tidos como mercadorias e “isso exige que o produto tenha valor de uso que justifique seu valor de troca.” A escolha da moradia nasce em todas as formas de conexões entre querer *versus* necessidade, sonho *versus* realização, e busca da proteção, por meio dessa compra. O consumidor sonha, e realiza seu sonho, por intermédio desse consumo, essa atitude torna-se então compreensível e justificável. Então qual é o problema? O problema não se mostra tão fácil, visto que segundo Bauman: “O “querer” é o substituto tão necessário; ele completa a libertação do princípio do prazer, limpando e dispondo dos últimos resíduos dos impedimentos do “princípio da realidade”. (Bauman, [2000], 2014 p. 98) Então, caracteriza-se nesse ambiente mais que uma necessidade em busca de um ambiente protegido de violência, de sujeira, de desorganização e de qualquer deficiência proveniente dos problemas da cidade grande, as possíveis perturbações psíquicas

causadas pela metrópole tendem a dar lugar a uma falsa ilusão de alívio, que provém de um “querer” e cada um “em particular” faz a sua parte, na busca desse “privilégio” prazeroso.

Na medida em que se busca sair de um ambiente estressado, o consumidor encanta-se pelas possibilidades de viver nos ambientes privados, que prometem um possível “conforto”. Este conforto vai além de luxo. É um conforto psicológico. Porém, esse conforto distorce a realidade e renega as responsabilidades humanas enquanto cidadãos. Sennett afirma que as separações dos polos econômicos da sociedade acompanharam definitivamente as intervenções urbanas. Assim, ele diz que:

Ao planejar uma via pública, por exemplo, os urbanistas frequentemente direcionam o fluxo de tráfego de forma a isolar uma comunidade residencial de uma área comercial, ou dirigi-lo através de bairros de moradia, separando zonas pobres e ricas, ou etnicamente diversas... As comunidades fechadas, com portões que as protegem são vendidas como ideais de qualidade de vida... (SENNETT, 2008, p.17)

Percebe-se que, embora mencionada em alguns projetos de intervenções, o tema diversidade deixou por vezes muito a desejar, até porque um projeto com parques, ciclovias e calçadas não é o suficiente para aplicar a concepção de multiplicidade de valores agregados que possibilitem o diálogo entre as relações sociais e os usos da cidade, na verdade o que faz a concretização da interligação entre os fragmentos realmente são os serviços e relações laborais.

Pode-se complementar o pensamento de Sennett referente à possibilidade de mudança em relação ao foco da cidade, mesmo que pareça uma proposição utópica para uma sociedade individualista, em que as relações com as classes diferentes são acalentadas pela supremacia da oferta de emprego e de transporte público na área:

A cidade deveria ser [...] o fórum no qual se torna significativo unir-se a outras pessoas sem a compulsão de conhecê-las enquanto pessoas. Não creio que esse sonho seja inútil; a cidade surgiu como foco para vida social ativa, para o conflito e o jogo de interesses, para a experiência das possibilidades humanas, durante a maior parte da história do homem civilizado. Mas hoje em dia essa possibilidade civilizada está adormecida. (SENNETT, 1999, p. 414)

Em virtude dos fatos apresentados, conclui-se que, ao se falar que a dominação do capital é a verdadeira condução dos processos sociais em suas diversas exposições, podia se dizer que seria razoável, isso se antes do capital não viesse o indivíduo com toda a sua fragilidade psíquica, inclusive desconhecida por ele próprio. As tentativas, por vezes repetidas, de se construir, desenvolver ou ampliar os espaços urbanos, em repetições de erros, ratifica essa falha perceptiva no indivíduo.

Em menção à força do capitalismo na produção material do espaço, a professora Suely Leal diz que “o mercado imobiliário é a fração capitalista de maior influência na produção e organização territorial da Metrópole”. Então, nesse caso, é importante ressaltar que é fato realmente que o capital financeiro e a influência que exerce nas cidades por meio do mercado imobiliário constituem a mola propulsora da estruturação das cidades.

Nessa perspectiva o individualismo e a “estranheza” se fazem presentes na formação e no planejamento do espaço urbano brasileiro, este que, desenvolve-se numa base de fraca estrutura social e em uma hierarquia desorganizada voltada ao capital, nos bairros planejados há estrutura para atender o uso de transporte público e ciclovias, conforme observa-se nas figuras 13 e 14, contudo trata-se de uma alternativa para os que prestam serviços nestes espaços visto que os moradores utilizam transporte privado e as ciclovias apenas para passeios.



Figura 13: Passear nas ciclovias
Fonte: Arquivo Pessoal (21 de Abril de 2015)



Figura 14: Guarita para atender transporte público
Fonte: Arquivo Pessoal (21 de Abril de 2015)

Convém compreender, portanto, que a propriedade e uso do solo são algumas das possibilidades encontradas pelos indivíduos que estão na busca de seus prazeres individuais, que são refletidos em sua identificação com o poder, o privilégio e o *status*. Estas possibilidades são traçadas e inseridas nos processos sociais de forma tão delicada e bem elaborada, que os indivíduos que estão alimentando esse processo, enquanto consumidores com as mesmas intenções de buscar prazer, visualizam no mercado financeiro nos empreendimentos imobiliários como uma forma de investimento para seu capital individual, que lhes garantirá a perpetuação desse prazer, constituído nas mesmas formas de identificação de poder e privilégio, condições claramente expressas nos bairros planejados.

CAPÍTULO III

3.O INDIVIDUALISMO E A FRAGMENTAÇÃO PLANEJADA PARA SEGREGAR

3.1.FRAGMENTAÇÃO PLANEJADA: UMA FORMA DE “SEGREGAR”

Ao usar o termo fragmentação referindo-se às formas de organizações do espaço urbano do tipo bairro planejado tem-se em mente que esses espaços são também “predominantemente justificados pelo aumento da insegurança urbana e pela idealização desses novos habitats como parte de uma “cultura global”. (JANOSCHKA e GLASZE, 2003, p. 14 apud DAL POZZO, 2008, p. 29).

Sugere-se que um bairro planejado pode ser caracterizado por uma forma de fragmentação físico material da cidade e/ou um pequeno fragmento da grande área metropolitana. Dessa forma “surtem rupturas no tecido urbano estabelecendo uma determinada homogeneidade social em que a contiguidade se estabelece em detrimento da continuidade espacial”. (SPOSITO, 2002 apud DAL POZZO, 2008, p. 26) Santos (2013) dá sua definição ao que venha ser a fragmentação físico-material que divide os espaços em ambientes em seu caráter socioeconômico, porém não especificamente por funções. Assim, ele diz que:

A fragmentação físico-material caracteriza-se pela expansão articulada da dispersão das áreas residenciais destinadas à população com níveis de rendimentos superiores (loteamentos fechados e condomínios horizontais), e da dispersão dos espaços de consumo, com mudanças na estrutura das cidades, alterando a antiga estrutura centro-periferia, pois, atualmente, além da periferia “pobre”, há também as periferias “ricas”. Outra alteração fundamental na estrutura é que a cidade deixa de ter uma área central única, surgindo novas áreas de concentração de importantes atividades comerciais e de serviços, constituindo novas centralidades, acompanhando, sobretudo, as características das áreas residenciais próximas e o sistema viário da cidade. (SANTOS, 2013)

A concepção aqui é que o ambiente fragmentado contemporâneo é composto por uma mistura funcional e uma fluida movimentação, trazendo desde sua formação a mescla estrutural entre habitação, serviços e comércio, permitindo, assim, uma relativa construção social nas relações locais. Em contrapartida, nessa configuração, o espaço permanece homogêneo em seu caráter ocupacional, limitando os padrões sociais de habitação.

Segundo a urbanista brasileira Rosane Araújo, “o espaço é produzido de acordo com os sintomas de uma época”, nesse caso, o bairro planejado é fruto das relações e serviços contemporâneos. Assim, a autora ainda esclarece que:

O espaço, enquanto suporte material de práticas sociais, adquiriu a característica de poder se transformar continuamente através da flexibilidade de sua utilização, da simultaneidade de usos e significados, da justaposição de informações. Essa maleabilidade de transformação, efemeridade e transitoriedade confere um caráter fluido, movente, indiferenciado para o espaço urbano contemporâneo. (ARAÚJO, 2011, p. 26)

A autora também desenvolve sua tese dizendo que “a cidade – como local de troca, de comunicação, de interação, de moradia, de trabalho – está potencialmente em qualquer lugar”. “Os espaços e suas funcionalidades disseminadas por toda parte” (ARAÚJO, 2011, p. 27). Nessa posição, não podemos afirmar que os espaços urbanos estão fragmentados e interligados ao mesmo tempo, considerando-se a multifuncionalidade dos espaços contemporâneos. Contudo, existe a constatação da separação material ou simbólica das pessoas na ocupação espacial. Dessa forma, o termo *segregação* tomou força e seguiu na concepção de separação das classes sociais.

Pode-se dizer que a palavra “segregação” tem tomado conta dos estudos urbanos quando se fala das formas de apropriação e produção da desigualdade socioespacial. Mais ainda, segundo Marcuse (2004, apud Santos, p. 54), este termo enfoca um campo de separação que abrange várias formações sociais e, para esclarecer as diversas situações que normalmente são definidas por segregação, citam-se as três formas de divisões apresentadas por ele:

1. Divisão Cultural - língua, religião, características étnicas, estilos arquitetônicos, nacionalidade;
2. Divisão Funcional - resultante da lógica econômica, ocasionando divisão entre bairros residenciais e comerciais, áreas rurais e industriais, como diz o nome, divisão pela função;
3. Divisão por diferença no status hierárquico - reflete e reproduz as relações de poder econômico na cidade, conhecido também como segregação residencial socioeconômica.

Vale lembrar que, após 1970, com o aumento da mobilidade, a organização urbana tende a evoluir para uma maior fragmentação, processo que caminha para uma mistura de

usos e serviços nos espaços, e de uma valorização que surge ou no centro, ou em áreas degradadas, fruto do processo especulativo de valorização do solo. Consequentemente, grupos sociais diferentes passam a partilhar o mesmo espaço em determinadas áreas da cidade, como no caso de um condomínio “nobre” instalado numa área já ocupada por pessoas de poder aquisitivo menor (polo pobreza), a cidade torna-se, então, simples projeção aleatória de condições sociais.

A partir do fim da década de 1980 do século XX inicia-se, então, um processo de mudança social nos bairros, resultando em algumas concentrações do “polo riqueza”, ou em grandes condomínios afastados.

A referência de fragmentação espacial tem uma abordagem a partir da análise da urbanista brasileira Norma Lacerda, que trata as formas de produções urbanas ditas “*segregadas*”. Em seu artigo Fragmentação e integração (2012), Lacerda verificou que o processo de reestruturação espacial evoluiu de um passado em “que as cidades brasileiras já nasceram fragmentadas desde o período colonial”. (LACERDA, 2012, p. 22) A autora considerou a evolução da formação urbana através de uma análise minuciosa da história da formação urbana brasileira.

Seguindo o seu raciocínio, a autora remete à ideia de que a fragmentação pode ser caracterizada por um processo em que os fragmentos se conectam entre si através das relações sociais de produção, o que os fazem, desta forma, interagir na manutenção social. Assim, cita-se o entendimento sobre fragmentação apresentado por Norma Lacerda:

Entende-se por fragmentação espacial a divisão da cidade em partes (fragmentos), que podem ser individualizadas, a partir da identificação dos diversos padrões de uso e ocupação do solo, bem como dos níveis de provimento das infraestruturas, mais particularmente das redes de mobilidade de matéria (pessoas e bens) e informação. Esses níveis, por sua vez, definem o grau de integração de cada uma das partes com as demais e, até mesmo, com as de outras cidades do país e exterior. (LACERDA, 2012, p. 22)

De tal forma, sendo o espaço urbano fragmentado e articulado, como também reflexo e condicionante social, pode-se afirmar, então, que configura nada mais que a própria sociedade, nas suas variadas dimensões materiais no espaço e, talvez, até dizer que estar excluído ou segregado, instaure uma análise já carregada de preconceitos analíticos.

Convém esclarecer que, devido ao processo social do indivíduo na busca pela diferenciação, a fragmentação planejada entra como peça fundamental na distinção social, resultando numa segregação social em forma de guetos urbanos bem definidos em sua ocupação urbana. Dessa forma, é preciso aprofundar-se nas lacunas existentes entre a relação indivíduo e sociedade e/ou cidade (enquanto objeto), para compreender a formação do

processo de fragmentação do espaço a partir dos processos psicossociais que são responsáveis pela ligação que cada ser é capaz de desenvolver com o ambiente e como é capaz ou não de identificar esse processo do qual faz parte, e que, desta forma, define os padrões de estruturas do espaço.

Quando se fala de fragmentação e articulação, a ideia de espaço urbano passa a ser relacionada naturalmente à sociedade capitalista e suas trocas materiais de serviços. Como bem interpretou Lefebvre, 2010, “A produção ativa da própria consciência pelo homem intervém no processo natural de seu crescimento sem, entretanto, lhe retirar o caráter de um processo natural”. (LEFEBVRE, 2010, p. 46)

Torna-se, então, cada vez mais claro que há insistentes formas de separações entre as relações humanas. Percebendo-se que os motivos racionais que envolvem a fragmentação planejada estão na valorização econômica espacial, isso seguindo uma análise macroeconômica de mercado e capital, porém indo à análise da psicologia social, percebendo-se, também, que existem alguns processos inconscientes que guiam as ações dos indivíduos, e é nesses processos que se deve focar a reflexão sobre os bairros planejados. Assim, no conjunto das análises de Keller (1979) por Serpa, ele aponta que as expressões de individualismo são crescentes e mais destacadas em bairros de classe média alta e dentro desse contexto, também são mais fragmentadas nos centros urbanos metropolitanos. Como bem descrito abaixo:

As relações humanas tendem a ser mais fragmentadas, nos grandes centros urbanos, onde a impessoalidade é uma marca registrada nessas relações caracterizadas pelo individualismo: Nos bairros de classe média, as relações entre vizinhos são mais seletivas e pessoais e, na maioria dos casos, o maior poder aquisitivo faz diminuir a necessidade de ajuda mútua e aumentar a necessidade individual de espaço. (KELLER, 1979 apud SERPA, 2011, p. 153)

A questão intrigante da fragmentação planejada é o objetivo incluso de auto-segregar, consistindo na pouca ou nenhuma diferenciação social nesses espaços onde “as elites promoveram a criação de novos sistemas de identificação, refletindo na produção de espaços de circulação controlados e com acesso restrito”. (CALDEIRA, 2000, p. 325 apud DAL POZZO, 2008, p. 29)

Simmel (1987), por exemplo, também esclarece que a sociedade é como uma realidade de duplo sentido onde, de um lado, estão os indivíduos, tal qual se percebe nos processos de associação, unidos em uma “sociedade”; de outro lado, os interesses dos indivíduos, que motivam a união de interesses econômicos ou ideais, bélicos ou eróticos, religiosos ou beneficentes. Nesse caso, a sociabilidade se dá pelas necessidades e interesses especiais

acompanhados da satisfação em associar-se com outros de interesses iguais e de identificação. Em alguns casos, a associação pode ser um “fardo”, mas é mantida através da ação recíproca entre os indivíduos.

3.2. FRAGMENTAÇÃO PLANEJADA: NÃO É “NOVO URBANISMO”

É pertinente ressaltar que o perfil de uma sociedade pode ter dois modos principais de transmissão: por tradição (quando o comportamento não é expresso, e sim, impresso na maneira de pensar, através de elementos subjetivos) e/ou por costumes (comportamento manifesto por ações passíveis de serem vistas).

Teoricamente, adotar costumes já estabelecidos em um grupo significa dizer que houve um processo de assimilação, este pode permanecer no âmbito do consciente ou deixar suas marcas no inconsciente. É importante pontuar, portanto, que esse processo de assimilação ocorreu em grande escala na expansão e colonização de outras terras, e garantiu a confirmação da identidade dos povos colonizadores através da imposição de suas culturas de “homens civilizados”. Conforme já dito em capítulo anterior, o processo civilizador carregou todas as formas de ações que causaram os distanciamentos sociais. Nesse sentido, segundo Elias, o Ocidente se julga superior às sociedades mais antigas ou às sociedades contemporâneas “mais primitivas”, e complementa:

[...] “a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou a visão do mundo, e muito mais”. (ELIAS, [1939] 2011, p. 23)

Entende-se que, de alguma forma, a presença do individualismo instaurou-se nas absorções dos valores morais que definem as relações sociais na modernidade da vida brasileira, com a contribuição da influência norte-americana a partir dos anos setenta, com significativa participação nos processos de urbanização na atualidade, e essas influências estão fortemente presentes em muitos espaços brasileiros, em gradações de intensidade diferenciadas.

Assim, além da influência europeia no passado colonial, sobre os modos e costumes no Brasil, pode-se destacar na modernidade e contemporaneidade a significativa infiltração do modelo americano, seja na constituição de novos costumes, hábitos de consumo ou na produção material do espaço. O uso do carro particular já se configura em si como a presença

do individualismo e a sua contribuição na fragmentação se dá pela facilidade de mobilidade aos bairros mais distantes, como o caso dos planejados que normalmente ocupam áreas mais distantes do centro da cidade, assim como o bairro planejado do Paiva. Dessa forma, a fragmentação do espaço foi viabilizada pelo uso do automóvel:

Para o advento dessa cidade mais fragmentada, foi fundamental a difusão do uso do automóvel particular e a concessão e/ou construção de autopistas, em que se promoveu um maior dinamismo nos fluxos entre Regiões Metropolitanas e algumas cidades de porte médio permitindo um maior espraiamento do tecido urbano. Nesse sentido, o tecido urbano, antes contínuo e consolidado, passou por um processo de extensão territorial modificando o conteúdo social e espacial da periferia das cidades brasileiras em função das transformações econômicas das últimas décadas. (SPOSITO, 2002, p. 408-409 apud DAL POZZO, 2008)

A influência americana na produção material do espaço e na tendência à particularização do transporte é apontada por Freitag, em seu ensaio *Teorias da cidade* (2010):

Na virada do século XX para o XXI, já podemos afirmar que a influência das teorias e práticas urbanas americanas no Brasil é hegemônica. Isso se reflete na introdução dos arranha-céus, ou seja, na verticalização das construções, na introdução de elevados e túneis, que favorecem o transporte urbano voltado para o automóvel, em detrimento de bondes, metrô e trens, típicos da paisagem europeia, especialmente a francesa. Os franceses aperfeiçoaram os transportes públicos recorrendo às vias férreas, ao passo que o Brasil, a partir da segunda metade do século XX, deu preferência ao transporte público rodoviário, multiplicando o uso de carros particulares, que começaram a congestionar centros urbanos e zonas industriais. (FREITAG, 2010, p. 131)

Percebe-se, portanto, que se seguiu no passado e continua-se a seguir, um modelo de desenvolvimento voltado para o individualismo e para a fragmentação do espaço, assumindo a “ordem” da separação espacial entre “pobres” e “ricos”. Assim, complementa Freitag, sobre os contrastes inseridos na sociedade brasileira:

A adoção de formas urbanas de viver (baseadas no carro particular, nos condomínios em bairros nobres ou em casas individuais de subúrbio, acrescidas do comércio em supermercados e *shoppings*) permitiu a recepção e absorção, no Brasil, do *american way of life* e, com ele, de todas as formas de materialização da vida, que Sennett chamou de “pedra” em contraste com a “carne”. (FREITAG, 2010, p. 133)

O Brasil seguiu algumas ideias do modelo urbano americano, adaptações e remendos de projetos, que resultaram em estruturas urbanas sem o devido planejamento. Ao passo que, no espaço americano, apesar dos desvios de percurso, as estruturas sociais e os indivíduos de um modo geral, não saem tão afetados negativamente, como no espaço brasileiro, seria mais uma vez, a velha tática distorcida, ou seja, a de tentar fazer duas coisas diferentes, se tornarem iguais, como já se fez no passado.

Dessa forma, o urbanista Adilson Macedo esclarece que o Brasil absorveu as práticas urbanistas americanas, porém, não se conseguiu absorver os pontos positivos que apoiavam a estrutura urbana. Assim, ele diz que:

As cidades americanas, apesar dos efeitos desastrosos do automóvel nas áreas centrais, da construção de autoestradas levando muito pouco em conta aspectos locais, e do zoneamento mono funcional, nunca deixaram de ter sua estrutura regional apoiada em uma mistura de áreas comerciais, residenciais e de setores de indústrias leves, articulados pelo sistema de faixas verdes, estradas, vias secundárias e vias locais. Os bairros residenciais em geral formam um núcleo constituído pelas moradias, escolas, centros esportivos, com calçadas largas e tudo perto das moradias. (MACEDO, 2007, p. 06)

Lembra-se, portanto, que os indivíduos da sociedade brasileira, passaram a adaptar seu modo de viver, impregnados por novos comportamentos. Eles evoluíram para a busca do *status*, da segurança (amparo) e da qualidade de moradia. A necessidade de uma cidade planejada para todos é substituída pelo desejo de se ter melhor qualidade de vida individual, a nova fase de processo social parte de uma ideia controversa de “urbanismo”. Mais uma vez tenta-se adaptar no Brasil ideias que não conseguem ser totalmente reproduzidas em seu caráter idealizador ou utópico em outras realidades sociais.

Após a guerra, já se falava numa nova forma de produzir os espaços urbanos não apenas recuperando áreas, mas também criando novas áreas mais eficientemente planejadas. No início dos anos setenta já se falava no Novo Urbanismo (*New Urbanism*), que surgiu numa tentativa de reinventar o conceito de Urbanismo americano, caracterizado por projetos urbanísticos que não atendem a um plano regional e que estão direcionados à concretização do individualismo autogestor.

No início dos anos oitenta, as ideias do novo urbanismo claramente retratavam uma tentativa do indivíduo emancipado em autogerir as questões do Poder Público, sendo totalmente amparado pelo capital e interesses econômicos de alguns indivíduos.

Convém perceber, entretanto, que a apresentação teórica do Novo Urbanismo é diferente em detalhes importantes, do que está sendo implantado em algumas cidades brasileiras, se dizendo baseado no “Novo Urbanismo Americano”.

Interessante lembrar que, se os anúncios dos bairros planejados no Brasil dizem estar conduzindo os indivíduos ao resgate do convívio social e que se estimulam à convivência da vida em comunidade, “esqueceram” então de aplicar um dos princípios do Novo Urbanismo. Trata-se do Princípio 13, proposto na “Carta do Novo Urbanismo”:

Nos bairros, deve haver uma grande variedade de tipos de moradia e preços, deve facilitar a interação no dia a dia de pessoas de diversas idades, raças, e níveis de

renda, reforçando os vínculos pessoais e cívicos, essenciais para o crescimento de uma autêntica comunidade. (MACEDO, 2007, p. 07)

Ora, pois, os bairros planejados são direcionados para um grupo específico que tem condições de adquirir tal propriedade, pode variar os níveis de renda para a obtenção dos imóveis nesses espaços, contudo o “polo pobreza” não é inserido, em absoluto, em nenhum projeto de alto padrão que visa atender o “polo riqueza”, nem que seja com a intenção “bem elaborada” de promover a aproximação dos que ali desenvolvam atividades gerais.

A consolidação dos serviços privados nasceu quando o processo social do individualismo envolveu os “valores” de conquista e luta pelos direitos individuais, que eram garantidos em constituição para a “sociedade” brasileira. A partir daí, os indivíduos passaram a aceitar a condição, de não se ter serviços públicos de qualidade como saúde, educação, segurança e transporte público, abrindo precedente para a situação tal como se apresenta para a sociedade hoje. Lembrando o princípio 10 do Novo Urbanismo, que fala dessa autogestão dizendo que “O bairro, o setor urbano (1) e o corredor são os elementos essenciais para o desenvolvimento ou o (re)desenvolvimento da metrópole. Eles formam áreas identificadas que encorajam as pessoas a ter responsabilidade sobre sua manutenção e sua transformação”.

Portanto, é fundamental ressaltar que são evidentes as tendências sociais e econômicas; é também evidente que o indivíduo agora batalha por si mesmo; talvez o que não esteja evidente é que, embora inseridos na sociedade, os indivíduos se encontram na verdade em busca daquilo que os façam retornar ao seu casulo protetor individual, e “aquilo que se refere ao conceito de sociedade volta repetidamente como algo que existe fora e além do indivíduo”. (ELIAS, [1987] 1994, p. 230)

As privatizações dos serviços e espaços urbanos é a principal característica desse tipo de formação urbana contemporânea, sempre com diversas justificativas, entre elas a falta de segurança, a falta de espaços urbanos limpos, organizados, entre outras justificativas, dessa forma as privatizações tomam destaque principal na era do individualismo “privatizado”.

3.3. BAIRROS PLANEJADOS: INDIVIDUALISMO NA SOCIEDADE E AUTOGESTÃO DO ESPAÇO URBANO

No Brasil, alguns novos empreendimentos apresentam um falso “Novo Urbanismo” a fim de garantir a ideia de “bom urbanismo” com a implantação dos Bairros Planejados. Os projetos multifuncionais (serviços, comércio, residências) e de homogeneidade social, denominado “bairro planejado”, trata-se de fato de uma evolução de um condomínio fechado, que inclusive tem seu embrião no empreendimento imobiliário “Alphaville de Barueri”.

Assim, vale lembrar que esse conceito de ocupação ordenada no Brasil, nasceu no ano de 1973 com a instalação de um empreendimento voltado inicialmente às indústrias não poluentes. Sediado num terreno de 500 hectares no município de Barueri na grande São Paulo, esse empreendimento evoluiu pela necessidade de moradias para os executivos das empresas ali alocadas, contudo, na sequência foi lançado o *AlphaVille Residencial*, em 1975, consolidando o conceito de ocupação em condomínio fechado como princípio de um bairro planejado.

Posteriormente outros empreendimentos multifuncionais foram elaborados, os intitulados “Novos Bairros Planejados”, e atualmente estão reconfigurando o espaço urbano brasileiro e difundindo a ideia de autogestão do espaço pelo indivíduo contemporâneo. Assim discorre Dal Pozzo:

Para a difusão desses novos sistemas de identificação, foi fundamental a desregulamentação do mercado imobiliário por meio da qual se permitiu uma ampliação da oferta de novidades imobiliárias. Através da instalação de uma autogestão privada, foi proporcionada uma diminuição dos riscos dos investimentos ao mesmo tempo em que se aumentaram as taxas de lucros. (JANOSCHKA e GLASZE, 2003, p. 14 apud DAL POZZO, 2008 p. 29)

A diferenciação básica do bairro planejado e de um condomínio fechado - e também do loteamento -, é que no “bairro” de empreendimento imobiliário, uma grande área da cidade – em geral distante do Centro, sem ocupação nem infraestrutura – é urbanizada para receber a construção de uma variedade de produtos imobiliários, entre residenciais e comerciais.

A empresa que incorpora a área viabiliza a urbanização, infraestrutura de ruas, paisagismo e comercialização dos terrenos. Por se tratar de terrenos grandes e envolver obras de porte, incluindo integração ou demanda por transporte coletivo, além de promover o deslocamento de milhares de pessoas para novas moradias, os bairros planejados são feitos em acordo com as prefeituras locais, após consultas a regras e zoneamento da administração municipal.

Na sequência observa-se o anúncio da figura 15, em referência a um bairro planejado em Santa Catarina, argumentando estar inspirado no Novo Urbanismo, o que se trata de uma ideia controversa se considerarmos os princípios do Novo Urbanismo que defende a diversidade de classes no espaço urbano.

PAYSAGE E KLOK. UMA PARCERIA QUE LEVOU A SOFISTICAÇÃO E A QUALIDADE DE VIDA PARA SANTA CATARINA

O Parque Vale Verde em Palhoça –SC, surgiu da parceria entre a Paysage e a Klok, uma incorporadora com Know-How de mais de 20 anos de mercado e projetos em todo sul do Brasil. A soma de duas grandes referências no setor, resultou na construção de um empreendimento único que levou para Santa Catarina o conceito de uma vida com mais qualidade e bem-estar.



O Parque Vale Verde é um bairro planejado com infraestrutura, inspirado na estrutura do Novo Urbanismo. Perfeito para quem busca mais segurança para a família, o empreendimento possui áreas para escritórios, comércio, escola, universidade e restaurante além de uma ampla área de lazer.

Porque o seu melhor investimento é viver bem, em breve novidades para você.

Figura 15: Anúncio de um Bairro Planejado em Santa Catarina

Fonte: <[http:// www.paysage.com.br/parque-vale-verde/bairro-planejado](http://www.paysage.com.br/parque-vale-verde/bairro-planejado)>. Acesso em: 12 jun. 2015.

O diferencial principal é que em seu espaço é possível abrigar condomínios residenciais fechados que podem receber classes econômicas permeando entre a alta e média, entretanto, não existe de fato espaço para a classe de baixa renda “polo pobreza”, esses que dependem de espaços de lazer, praças, quadras de esporte, locais para convivência, associação de moradores, clubes e unidades comerciais. Toda a infraestrutura e segurança são geridas pelos moradores, existe também um controle ao acesso, não especificamente de impedimento, mas um constante acompanhamento.

Seguem alguns exemplos de imagens de anúncios de Bairros já implantados ou em fase de implantação:

- A Cidade Universitária de Pedra Branca começou a ser construída no ano de 1997, em uma antiga região agropecuária de Palhoça, em Santa Catarina. O projeto arquitetônico, com participação do Arquiteto e Urbanista Jaime Lerner, se aproximou um pouco mais da ideologia do “Novo Urbanismo”. (Representada pela Figura 16)



Figura 16: Cidade universitária Pedra Branca – SC
Fonte: cidadepedrabranca.com.br.> Acesso em: 15 mai. 2015

- Jardins Perdizes (Representada pela Figura 17), lançado em 2012 o maior empreendimento imobiliário atualmente em desenvolvimento na cidade de São Paulo. As incorporadoras Tecnisa e PDG planejam erguer um bairro inteiramente novo numa área de 250.000 metros quadrados na Barra Funda, na zona oeste da cidade. A intenção das empresas é renomear a região com o nome de “Jardim das Perdizes”. Serão construídos até 32 edifícios no local, sendo que mais de 80% deles vão abrigar apartamentos residenciais.

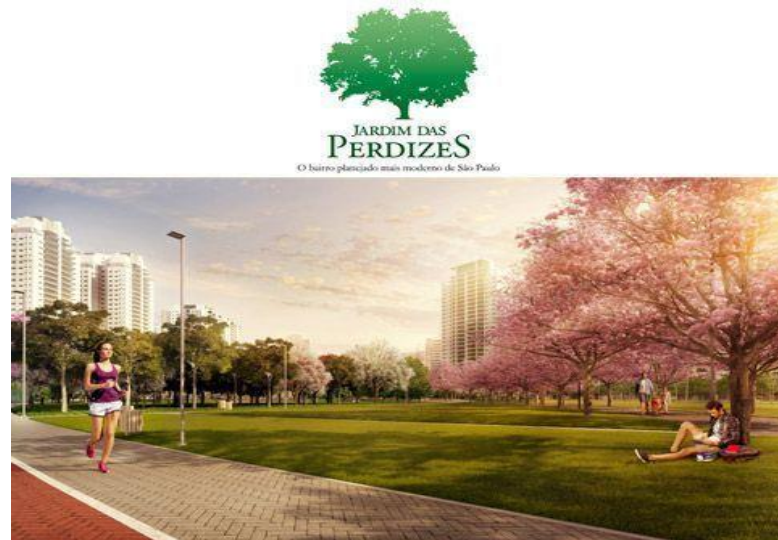


Figura 17: Jardim das Perdizes - SP
Fonte: ri.tecnisa.com.br Acesso em: 16 mai./2014.

- O Parque da Cidade é uma obra da Odebrecht Realizações Imobiliárias, (Representada pela Figura 18), localizado na cidade de São Paulo, Empreendimento da Odebrecht, iniciado em 2012, instalado numa área de 80 mil metros quadrados na região da Chucui Zaidan, zona sul de São Paulo. Um complexo multiuso inspirado no conceito de cidades compactas, onde tudo está concentrado em um mesmo espaço.



Figura 18: Parque da Cidade, bairro Planejado em São Paulo
Fonte: orealizacoes.com.br > Acessado em: 14.02.2015.

- O Ilha Pura, no Rio de Janeiro, (Representada pela Figura 19), também é uma obra da Odebrecht Realizações Imobiliárias em parceria com a Carvalho Hosken, responsáveis pela implementação desse bairro planejado na Barra da Tijuca.



Figura 19: Ilha Pura, bairro planejado na Barra da Tijuca no Rio de Janeiro.
Fonte: orealizacoes.com.br > Acesso em: 11 fev..2015.

Nesse contexto, a sociedade representada pelos indivíduos da cidade, seja na gestão, na execução ou na aquisição de bens, afasta-se cada vez mais dos valores de igualdade social, numa perspectiva em que a instância que fora estabelecida para defender os direitos da sociedade perdeu de vista sua atribuição de proporcionar uma melhor qualidade de vida para a população por meio do planejamento e da gestão urbana.

Além dos maiores interessados na implantação desses bairros planejados², também há aqueles que defendem essa prática urbanística. Porém, cabe analisar que os indivíduos hoje se colocam em dois lados distintos dos que apoiam os bairros planejados e os que acreditam que o Poder Público deva assumir suas atribuições no planejamento de cidade.

A ideia de trazer aos bairros planejados a segurança, agora vem atrelada também à sustentabilidade, esses quesitos somados fortalecem a justificativa de se escolher morar nesses espaços urbanos, faz nascer, dessa forma, um conflito entre opiniões contrárias.

Nesse caso, se faz interessante citar a Professora, Mestre na Área de Infraestrutura e Meio Ambiente, que se mostra favorável às práticas do Bairro Planejado no Brasil, apontando essa prática como a melhor alternativa para o urbanismo brasileiro, visto que, analisando por vias objetivas, o bairro planejado favorece a sustentabilidade. Assim diz:

A valorização do ser humano e do patrimônio é um ponto chave, leva-se em conta a perspectiva dos usuários em relação ao meio em que estão inseridos, e é proposto uma otimização do lugar, favorecendo a sustentabilidade e a interação social. Foi possível perceber que apesar das maiores referências deste novo urbanismo se localizarem nos Estados Unidos e Europa, o Brasil já está inserindo esta ideologia em projetos, mostrando ser uma prática benéfica e viável. (ROMANINI, Anicoli. 2014, p. 07)

Concorda-se no quesito “otimização do lugar” descrito pela professora, contudo, no quesito interação social, é, de fato, algo questionável do ponto de vista sociológico.



Um bairro planejado 100% sustentável e que reúne o que há de mais moderno em design e em diferenciais construtivos foi o cenário escolhido pelo BMW Group Brasil para anunciar à imprensa nacional, a chegada da linha BMW i ao país, divisão de veículos elétricos e híbridos da marca alemã. O Jardim das Perdizes, cujo projeto prevê vagas com estações de abastecimento para carros elétricos, recebeu o evento de apresentação de dois modelos revolucionários que representam visões complementares do BMW Group sobre o futuro

da mobilidade urbana individual – o BMW i3, que é 100% elétrico, e o BMW i8, esportivo híbrido plug-in da marca.

Figura 20: Anúncio do Jardim das Perdizes
Fonte: <http://ri.tecnisa.com.br> > acesso em: 16. Abr. .2014.

O argumento de que os bairros planejados são a melhor alternativa para o urbanismo brasileiro perde força uma vez que compreende-se que o bairro planejado é a busca do indivíduo por sua “saída de emergência”, para um convívio pacífico onde há a identificação entre os moradores. No entanto, não se configura dessa forma interação social, e sim identificação entre indivíduos que ocupam o mesmo espaço e sustentam os mesmos anseios sobre a cidade e sobre o desejo de afastar-se dos problemas que permeiam pelas áreas onde a mistura das classes são comuns.

Da mesma forma que os indivíduos se encantam prontamente com as “virtudes” do bairro planejado, há também indivíduos que desenvolvem uma consciência crítica mais sensível em relação ao individualismo contemporâneo e percebem o afastamento do poder público, e se manifestam sobre os fatos em ocorrência. Como um exemplo, entre muitos, pode-se citar um trecho de um artigo da advogada e mestre em desenvolvimento urbano Elvira Barroso, ao qual faz uma análise crítica à falta de planejamento da cidade e sobre as contratações das parcerias entre o setor público e o setor privado na produção do espaço urbano. Assim diz:

Cabe aos responsáveis pelo Planejamento e Gestão da cidade, levar em consideração, todos os fatores que influenciam na sua dinâmica, sejam eles sociais, arquitetônicos, densidade, econômicos, é a “proposta compreensiva ou integrada, que pressupõe um tratamento relacionado no diagnóstico e na proposição de problemas”. Exercendo uma postura de comando, gestão propriamente dita, e não ficando à mercê dos desmandes do mercado financeiro. (BARROSO, 2012, p. 06)

Faz-se importante entender que vários indivíduos que estão envolvidos no processo de busca do prazer confundem este último com busca pela vida “feliz”. A libertação da sociedade do controle do Estado foi comemorada pelo indivíduo, passando a defender seus prazeres individuais.

Convém lembrar, ainda, que, segundo Freud, o momento de grande importância para que os interesses dos indivíduos fossem regulados para que não se sobrepusessem aos interesses da sociedade, foi o da constituição de leis jurídicas. A sociedade passou a requerer a confirmação de seus direitos e deveres, com o individualismo “libertador”. “Portanto, a exigência cultural seguinte é a da justiça, isto é, a garantia de que a ordem legal que uma vez se colocou não será violada em prol de um indivíduo”. (FREUD, [1930] 2011, p. 40) Através dos mecanismos jurídicos, o indivíduo pode finalmente garantir seus direitos individuais, e estes nunca deveriam se sobrepor aos direitos da sociedade.

É interessante, portanto, lembrar que, através desse instrumento, os indivíduos em sociedade puderam regulamentar os devidos papéis das instituições que deveriam gerir a sociedade. Verifica-se que, a partir da Constituição Federal do Brasil, “o processo de planejamento passou a ser um mecanismo jurídico por meio do qual o administrador deverá executar sua atividade governamental na busca da realização das mudanças necessárias à consecução do desenvolvimento econômico-social”. (SILVA apud BARROSO, 2006, p. 01) Ora, pois, então, se as instituições estabelecidas para amparar estão sendo reconfiguradas em suas responsabilidades pela tendência ao atendimento dos privilégios individuais de parte da sociedade, obviamente a constatação é de que os laços que geriam e “protegiam” a sociedade foram rompidos. Assim complementa-se com as seguintes citações, para melhor definir esses processos:

Para a contemporaneidade, o novo paradigma de gestão é o do empreendedorismo urbano, que se caracteriza pela parceria entre o setor público e o setor privado. “A mitificação em torno da imagem da cidade como fenômeno de *marketing* e negócios urbanos passou a ser difundida em planos estratégicos que incorporaram os traços simbólicos do urbanismo empreendimento”. [...] A parceria público-privada constitui modalidade de contratação em que os entes públicos e as organizações privadas, mediante o compartilhamento de riscos e com financiamento obtido pelo setor privado, assumem a realização de serviços ou empreendimentos públicos. (LEAL & BARBOSA apud BARROSO, 2006, p. 06)

Sabe-se que os defensores das implantações dos bairros planejados normalmente são os mais interessados na sua execução, ou por caráter financeiro, como dos empreendedores, ou por plano de adquirir um imóvel no empreendimento, ou mesmo do Poder Público, para reduzir suas atribuições para com a sociedade. Seja qual for a razão, tal ação brota do individualismo.

A proposta do Novo Urbanismo é de uma autogestão, uma situação realmente de risco, pois cada vez mais as obrigações públicas são reduzidas e transferidas para o indivíduo em caráter privado e autorregulador. Uns agem revendo esses valores, outros lutando para justificá-los, mais do que isso, o poder de determinados agentes sociais permite inclusive modificar as leis que foram criadas para amparar a sociedade.

O indivíduo que procura seu próprio bem-estar absorve todos os tipos de propostas de garantias de serviços que se encontram na cidade, contudo, na cidade se vê sob a ameaça da “insegurança” e da “mistura” tão indesejada. Eis que surgem os **bairros planejados**, estruturados pensando no bem-estar e na “comodidade dos moradores”, ou, melhor dizendo, na “Tribo do polo riqueza”, com a proposta de administração pela “autogestão” sob uma taxa de administração.

Além da taxa de administração que cuida das estruturas do bairro, há também a taxa de condomínio e Imposto Territorial Urbano (IPTU). O lema é pagar para ter estrutura e serviços que garantam a “proteção” e os “privilégios” de um bairro para morar bem. Dessa forma, no anúncio que apresenta as características do bairro, há semelhanças com os anúncios de venda de veículo como mostra a página seguinte no anúncio representado pela figura 21.

Você já comprou seu Bairro? Está esperando o quê?

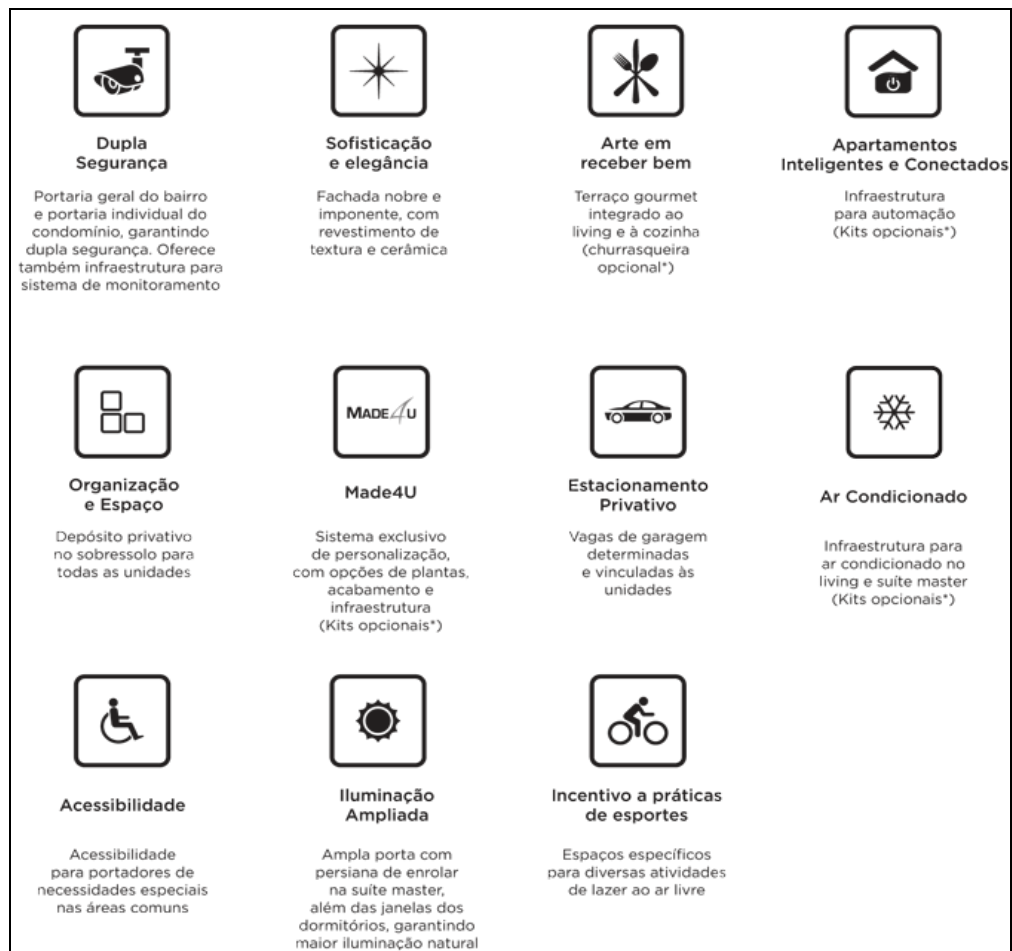


Figura 21: Panfleto de vantagens oferecidas no bairro planejado
 Fonte: <http://ri.tecnisa.com.br> > Acesso em: 16 abr. 2014.

3.4.UM BAIRRO PLANEJADO PARA A ELITE PERNAMBUCANA

É importante salientar o Bairro do Paiva, um bairro Jardim para a elite pernambucana, mais precisamente na Região Metropolitana do Recife (RMR), onde a fragmentação urbana firmou sua consolidação na última década, alimentada pela forte pressão do mercado imobiliário, a implantação de megaprojetos e de infraestrutura, somada a ausência de um Planejamento Urbano eficaz. Como consequência, esse quadro resultou na reestruturação da área urbana da metrópole, viabilizando a fragmentação dos espaços além dos limites da área urbana, anteriormente estabelecida pelo zoneamento dos municípios, resultando, dessa forma, na reorganização espacial da Região Metropolitana.

Em um processo de transformação recente no estado de Pernambuco, uma área de preservação particular, A Reserva do Paiva, na praia do Paiva no Cabo de Santo Agostinho, município do Estado de Pernambuco, também foi transformado em Bairro Planejado. O município tem um grande potencial turístico e concentra um dos maiores polos industriais do Estado, o Complexo Industrial de Suape. É válido admitir, então, que é extremamente relevante o fator econômico como determinante na produção espacial, principalmente a do capital de valorização imobiliário, e, nesse caso específico, salienta-se que o Porto de Suape trouxe o “desenvolvimento econômico” ao litoral sul de Pernambuco.

Assim, com o complexo industrial, abriu-se caminho aos outros projetos ambicionados, como o da urbanização do Paiva, por exemplo, ocasionando a valorização econômica da área em seu entorno. Também provocou transformações ambientais e estruturais para a viabilização do projeto, a exemplo da ponte Arquiteto Wilson Campos e da Via Parque (em regime de parceria entre o estado e empresas privadas), carro chefe destas transformações urbanas.

A área do Paiva é composta por 540 mil metros quadrados de área construída com aproximadamente 6.967 unidades imobiliárias, distribuídas entre casas e apartamentos; 784 unidades residenciais de hotéis; 80 estabelecimentos comerciais e de serviços; 32 lojas âncoras comerciais e 12 de âncoras de lazer, conforme representado pela figura 22.

A construção do Paiva é uma experiência inovadora no Estado de Pernambuco, do Programa Estadual de Parcerias entre o Estado e as Instituições Privadas, conferido direito pela Lei Estadual Nº 12.765 (Janeiro de 2005) em consonância com a Lei Nº 11.0079 (dezembro de 2004), instituidora de normas de licitação de contratação de parcerias público-privadas no âmbito dos Poderes da União dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios.



Figura 22: Vista aérea do condomínio de casas no bairro do Paiva e da Reserva do Paiva
Fonte: orealizacoes.com.br > Acesso em: 16 abr..2014.

A urbanização da Reserva do Paiva é fruto da parceria entre os proprietários fundiários, os grupos empresariais Ricardo Brennand e Cornélio Brennand, e a Odebrecht Realizações Imobiliárias. Constitui-se a primeira parceria entre o Poder Público e empresas privadas no Estado de Pernambuco, resultando inicialmente na construção da Ponte Arquiteto Wilson Campos, com 320 metros de extensão, sobre o Rio Jaboatão, ligando as cidades de Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho; e, da Via Parque, rodovia com 6,2 quilômetros e duas praças de pedágio interligando o bairro de Barra de Jangada, no Município de Jaboatão dos Guararapes, com a Praia do Paiva, no município do Cabo de Santo Agostinho.

Existia uma ideia de que os benefícios para o Estado com a construção da Ponte do Paiva e a Via Parque seriam inúmeros, visto que encurtou em 40 quilômetros a distância para o Complexo Industrial Portuário de Suape e para as praias do Litoral Sul, fornecendo uma rota alternativa. Porém, esta rota alternativa só é utilizada por quem está disposto a pagar o pedágio.

A Reserva do Paiva tem aproximadamente 8,5 km de praias e, pelo menos, 450 hectares de Mata Atlântica. Segue abaixo visualização de satélite da área e das praias adjacentes.



Figura 23: Reserva do Paiva e Praias vizinhas, vista do satélite
Fonte: earth google.com > Acesso em: 15 abr. 2014.

Para que esse bairro planejado pudesse existir, entretanto, foi preciso transpor um obstáculo natural: o Rio Jaboatão, que separa o continente da porção de terra que forma o Cabo. Para evitar que os veículos tivessem de dar uma volta de mais de 40 km para chegar, por terra, às praias do litoral sul e à Reserva do Paiva – o que inviabilizaria o surgimento do

bairro – era preciso erguer a Ponte Arquiteto Wilson Campos, com 320 metros de extensão, conforme mostra as figuras 24 e 25.



Figura 24: Início da Ponte Arquiteto Wilson Campos no bairro planejado do Paiva
Fonte Arquivo Pessoal (21 de abril de 2015)



Figura 25: Ponte Arquiteto Wilson Campos
Fonte Arquivo Pessoal (21 de abril de 2015).

Assim, construiu-se uma via litorânea com 6,2 km de extensão, chamada de Via Parque, e uma ligação entre o Município de Jaboatão e o Município do Cabo pela ponte Arquiteto Wilson Campos Júnior, com 320 m de extensão, projetada pelo arquiteto Luis Américo Gaudenzi, sendo inaugurada em junho de 2010.



Figura 26: Saída do bairro planejado do Paiva
Fonte: Arquivo Pessoal (21 de abril de 2015)



Figura 27: Via Costeira de acesso ao bairro planejado do Paiva
Fonte: Arquivo Pessoal (21 de abril de 2015)

No que diz respeito ao posicionamento social do projeto, teoricamente, procurou-se criar um ambiente livre de conflitos sociais, buscando a gestão compartilhada que envolvesse os moradores das áreas vizinhas. Nesse caso, foi elaborado então um programa desenvolvido pelo IADH – Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano, a partir da iniciativa da Odebrecht Realizações, objetivando contribuir para o desenvolvimento local sustentável na Reserva do Paiva e adjacências.

Esse projeto foi intitulado de Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local na Reserva do Paiva e Comunidades Vizinhas. Apesar dos “esforços” da assessoria do projeto, sabe-se que há uma insignificante relação entre os moradores do Paiva e as comunidades vizinhas, exceto pelas relações estritamente necessárias.

O projeto urbanístico é composto por condomínios residenciais e empresariais, hotéis, restaurantes, escolas particulares, supermercados, shopping, clubes esportivos, marina, campo de golfe e uma série de outras estruturas de alto padrão. incluindo o condomínio de apartamentos Vila dos Corais (lançado oficialmente em março 2010 e é formado por 132 apartamentos) e de casas Morada da Península. Na etapa seguinte, o “Novo Mundo Empresarial” e o residencial Terraço Laguna.

Segundo Barbosa (2013), a Reserva do Paiva evoca a ideia de “bairro-jardim”, com blocos de residências, lotes amplos e grandes áreas verdes nos intervalos entre as edificações.

O pedágio instalado no início da Via Parque se apresenta como início da diferenciação entre os ambientes, deixando, assim, bastante claro onde se inicia e onde se termina a obra privada.

Inicialmente construíram o primeiro condomínio de casas, Morada da Península (para dar mais valorização ao projeto, uma equipe, de cinco arquitetos renomados, assinou as plantas das casas do primeiro condomínio alto padrão do Paiva), modelos das casas representados pelas figuras 28,29,30 e 31.



Figura 28: Condomínio Morada da Península no Bairro Planejado Paiva
Fonte: Arquivo Pessoal (21 de abril de 2015)



Figura 29: Condomínio Morada da Península no Bairro Planejado Paiva
Fonte: Arquivo Pessoal (21 de abril de 2015)



Figura 30: Condomínio Morada da Península no Bairro Planejado Paiva
Fonte: Arquivo Pessoal (21 de abril de 2015)



Figura 31: Condomínio Morada da Península no Bairro Planejado Paiva
Fonte: Arquivo Pessoal (21 de abril de 2015).

Ficando, também, visível todas as diferenças estruturais implantadas ali, que conferem aos indivíduos praticantes da autogestão um espaço privado e espelhado nas imposições civilizadoras, como já foi dito, a beleza, a ordem e a limpeza.

Por fim, o bairro planejado formaliza uma vida distante do conceito de viver em “sociedade”. E, segundo Norbert Elias, esse distanciamento é possível para alguns indivíduos porque o significado de “sociedade” é entendido, como “aquilo que a todos iguala, que barra o caminho da autorealização ou do avanço da personalidade individual”. (ELIAS, 1994, p. 75) Dessa forma, o individualismo é alavancado ou a própria alavanca do viver em “guetos” unidos por objetivos individuais.

Isso acontece primeiro porque a própria condição humana, segundo Freud, já confere a ação individual (inconsciente) de proteger-se do mundo exterior, e outra, que “os juízos de valor dos homens são inevitavelmente governados por seus desejos de felicidade e que, portanto, são apresentados como uma tentativa de escorar suas ilusões com argumentos”. ([1930] 2011, p. 93)

Alguns anúncios sobre bairros planejados utilizam-se de argumentos vazios sobre “encontrar a felicidade” provocando questionamentos sobre os valores sociais sobre felicidade, comunidade, proteção, segurança. Freud indagou sobre as tantas inquietações no humano e pela busca contínua da felicidade, questionava: “por que é tão difícil para os homens serem felizes”? ([1930] 2011, p. 30)

Num determinado anúncio de um bairro planejado fala-se de “felicidade” como algo que se conquista por meio de uma simples aquisição de um imóvel, certamente este imóvel pode ter características importantes para um “sossego” temporário do indivíduo, porém não basta falar de “sossego”, a promessa de felicidade ativa a contínua inquietação principal do indivíduo. Assim dizia o anúncio: “*VALE DOS CRISTAIS: UM BAIRRO PLANEJADO PARA SUA FELICIDADE*”.

Embora no mundo contemporâneo a liberdade sexual e o desenvolvimento civilizador não se apresentem mais como pontos de entrave pulsional, como até meados do século XX conforme apresentado por Freud, percebe-se viver um momento de mal-estar na civilização com o perfil de instabilidade e insegurança na cidade, uma situação de “não felicidade” que serviu de apoio psicossocial para a idealização dos bairros planejados com suas promessas de “felicidade” à escolha do indivíduo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se iniciar dizendo que a contemporaneidade concretizou aquilo que fora prometido na Modernidade: a emancipação do indivíduo; a multiplicidade de escolhas de produtos e serviços; a supervalorização do “eu”, numa época em que o narcisismo é invocado; e a liberdade passa a alimentar a indiferença, rompendo tradições.

Retoma-se o que fora escrito na introdução deste trabalho sobre as possíveis implicações sociais ocasionadas pela fragmentação do bairro planejado, compreendendo em que sentido a liberdade passou a alimentar a indiferença. Uma das implicações apontadas referiu-se ao fato dos bairros planejados produzirem espaços “êmicos”, ou seja, que se assemelham às “tribos” e a outra, que será comentada adiante, se refere às consequências futuras da “autogestão” desses espaços.

Considerando que o espaço “êmico” é uma metáfora utilizada para traduzir espaços urbanos que resultam do sintoma da *mixofobia* (medo de misturar-se), e que a produção desses espaços tem como consequência a instauração de um modo de vida particular em “ilhas”, disseminando não só a fragmentação material do espaço, mas também a fragmentação dos valores morais na sociedade, é preciso entender, então, que, como resultado dos processos psicossociais, os valores morais reformulam a consciência moral do indivíduo, que por sua vez, constrói sua identidade no espaço.

Entendeu-se, no entanto, que o indivíduo ao conviver de modo ilusório com sua consciência moral desenvolvida por valores recebidos na sociedade do individualismo, irá tranquilamente construir, projetar e habitar ambientes que seguem essas mesmas conexões valorativas do individualismo.

Pensando no reflexo do individualismo na produção material do espaço, sugere-se indagar a título de reflexão: Por que depois de tantos processos de “civilização”, o homem persegue a ideia de viver em “Tribos” de iguais? Continua-se indagando:

Por que o homem civilizado quer viver em “bandos”, tal como os animais selvagens que, pelo fato de não serem domesticados, conseguem conviver pacificamente apenas com os iguais?

Seria de fato, o objetivo do processo civilizador, transformar o homem num cidadão?

O homem civilizado deveria em tese conviver bem com os “diferentes”, ter sua suprema *intelligentsia* superior ao animal selvagem ou aos índios que se defendiam dos estranhos com suas estratégias “êmicas” de proteção.

Será que toda ideologia civilizadora na verdade não existiu de fato para transformar o homem em “civilizado”, e sim, para garantir a permanência dos “mais fortes” no mundo selvagem da vida urbana? Em uma vida regada de estratégias polidas, em que o individualismo contemporâneo é, de fato, o retorno ao “mundo selvagem” (civilizado).

É imprescindível pontuar, pois, que o homem passou pelo processo de “civilização”, esse que deveria ter o objetivo de promover a civilidade, a pacificidade dos povos e a reiteração das raças e das classes, mas, como foi exposto neste estudo, o processo social da “civilização” teve seus preceitos principais conduzindo o homem ao conflito ou à rejeição do diferente, afinal a sociedade é composta das diferenças que são essenciais para o exercício da civilidade. Percebe-se, entretanto, que, após séculos de processos de construção de uma civilidade, o homem parece querer retroceder ao seu estado primitivo de viver em “comunidade”, ou melhor, em “guetos” urbanos. Isso foi observado em razão dos bairros planejados serem espaços, acima de tudo, que podem ser caracterizados como lugares projetados para repelir estranhos. Um ambiente que proporciona “prazer” aos seus moradores, e também por evitar o “desprazer” de exercer a difícil arte da civilidade em lidar com os “estranhos” à classe ao qual pertencem seus moradores.

É importante perceber que, cada vez mais, torna-se difícil para o indivíduo saber conciliar a posição pacífica entre “indivíduo e sociedade” em seus valores sociais, por isso pensa-se que se constrói, na verdade, espaços de “iguais” e se imagina “viver em comunidade”. Dessa forma, os bairros planejados exibem um convite ao “consumidor” e atraem investimentos dos Poderes Públicos, com a principal justificativa de oferecerem variedade e qualidade em lugares públicos e de serviços como os shoppings, praças, jardins, ruas, ciclovias, contudo são “públicos-mas-não-civis”, estão longe de serem lugares de encontros com o “estranho”. Visto que promovem na verdade o encontro de uma comunidade unificada pelos valores de identificação, desse modo, promovem uma sensação de que “todos são semelhantes”.

A busca pelo espaço homogêneo, pelo bairro seletivo, pelo condomínio fechado, vai além do anseio por um “privilégio” individual, permeia no indivíduo no âmbito da sensação do “prazer em manter-se distante dos diferentes”. Eliminar as diferenças soa na mente humana como eliminar os “problemas que essas diferenças possam trazer”.

O afastamento que é promovido para “proteger” o “polo riqueza” dos indivíduos do “polo pobreza”, agindo, inclusive, na reconfiguração da “cidade”, parece que está desgovernado. Dá uma impressão que o individualismo mirou na liberdade de realizações pessoais, contudo, atingiu as “separações nas relações pessoais”.

Os bairros planejados homogêneos condenam o homem à privação das relações sociais plena, embasado na promessa de proteção, escondem as implicações desse caminho. Assim, pode-se dizer que as novas configurações espaciais do urbano visam a dispensabilidade da interação, referindo-se ao sentido real de um “estar junto na sociedade”, do interagir entre os moradores da cidade, sem limpar os ambientes da variedade e da diferença social. Em contrapartida pensa-se que, para estar junto, precisa-se, antes de tudo, despir-se do medo do contato com aqueles que não fazem parte da “tribo”, abrir guarda ao estado de vigilância, e essa é justamente a tarefa mais difícil da natureza humana, afastar-se das estratégias “êmicas”.

O interessante é que, ao formular o bairro planejado, se diz buscar a vida em comunidade, se tenta fazer com que os moradores possam sentir-se dentro daquele bairro como numa “vila comunitária”. Porém, se considerar-se o fato de estarem juntos pelo sentimento de “identidade comum”, é válido dizer então que, ao ofertar um resgate da vida em comunidade nos bairros planejados, sugere-se o ideal imaginário de “comunidade em plena identificação social”, em que o indivíduo não necessitará de esforço pela empatia aos diferentes. Assim pode-se imaginar que um bairro planejado é uma comunidade do individualismo contemporâneo, dos espaços êmicos, planejados para atender as exigências civilizadoras do indivíduo em seu “status narcisista” da atual sociedade.

Caso o objetivo do bairro planejado fosse resgatar a vida em comunidade, seria então o nascimento das novas comunidades de “iguais”, o que de fato remete às “tribos”, que nesse caso seria a comunidade do Paiva, a comunidade Alphaville, a comunidade Jardim das Perdizes, formadas por uma espécie de identificação do indivíduo, sendo de fato uma reorganização do individualismo no espaço urbano contemporâneo, partindo do princípio de que não bastam ações baseadas no individualismo, deve-se também reunir no mesmo espaço todos que agem da mesma forma.

Uma preocupação em relação à autogestão desses espaços é na verdade um sintoma do individualismo contemporâneo, sendo assim, a reflexão aqui proposta adverte sobre um problema que possa estar encoberto pelos lindos tapetes de grama verde dos bairros planejados, a autogestão dos espaços urbanos. As buscas pelas formas diversas de se resolver problemas de ordem pública passa a ser algo completamente banal.

Pode-se dizer que, como resultado à modernidade, o individualismo se vestia da marca da “liberdade” do indivíduo, hoje, se veste da marca da autogestão do indivíduo como nos bairros planejados. E essa “nova roupagem” na verdade não passa de uma cilada para o indivíduo, cada vez mais desamparado socialmente e recebendo cada vez mais atribuições que deveriam ser de caráter público.

As medidas e investidas dos serviços privados podem até parecer inicialmente como uma saída excelente para sanar problemas deixados de lado pelo poder público, mas é, em contrapartida, “um tiro no pé” dado pelo próprio indivíduo. A privatização dos serviços da saúde através da prática da aquisição dos planos de saúde; a da educação com a prática de aquisição de serviços educacionais privados; da segurança e comércio com a prática de usos dos shoppings centers e sistemas de segurança; da mobilidade urbana através do uso do automóvel particular, são na verdade a constituição do desamparo do indivíduo pelo poder público, tal situação agravou ainda mais a lacuna entre o indivíduo e a sociedade, assim como também reconfigurou os valores morais da sociedade brasileira na contemporaneidade.

Se existe uma lacuna entre os indivíduos e a sociedade que está sendo preenchida na contemporaneidade pelos anseios individuais, num momento traduzido por liberdade da “autogestão dos espaços”, que nada mais é do que a artimanha do Poder Público e das empreiteiras em transferir para os indivíduos mais responsabilidades, lhes conferindo um pouco a mais de desamparo social, além daquele que já lhe é próprio de sua natureza humana, e assim, o desamparo contemporâneo é disfarçado em um “amparo privatizado”.

O disfarce de privatizar toma proporção de bairros planejados que estão primeiramente inseridos no polo riqueza e seu seguimento de ofertas para moradias de classes médias já está se expandindo rapidamente. A tomada de decisão das classes medianas em migrar para bairros planejados pode ser o início da “grande virada” de produção desses bairros na formação do espaço urbano no Brasil, em gradação de intensidade, obviamente, mas poderá ser também o início da efetivação das privatizações dos serviços dos bairros já existentes e de alto padrão. Como já é realidade em alguns bairros nos Estados Unidos, a reestruturação dos bairros já existentes, que recebem um complexo multifuncional, as empreiteiras assumem as obras estruturais das áreas, o bairro que era “público” passa a ter serviços mantidos pelo setor privado, em que todos os moradores passam a participar da taxa de manutenção, consolidando a “autogestão”.

Esta é a principal preocupação com o futuro próximo. Já está consolidado no Brasil, quem pode pagar para ter direito a uma boa assistência de saúde e educação, o que dizer, então, de bairros onde a autogestão é sua marca? Sempre, o pior de qualquer tendência, é não se conseguir frear a tempo as consequências futuras das ações presentes, lamenta-se ao imaginar, se hoje é tão banal contratar um serviço que deveria ser atribuído ao Poder Público, será pior, então, ver os serviços estruturais de “espaços públicos”, como bairros inteiros serem caracterizados por “público” ou “privado” ou “parcerias” para atender aos “privilegiados”.

É importante, ainda, lembrar que no passado próximo, menos de quarenta anos, mesmo para as “classes médias altas” no Brasil estudar em escolas públicas e utilizar o sistema de saúde público era algo extremamente comum. Mesmo nas metrópoles, era possível viver em bairros residenciais onde havia uma razoável diversidade social, as casas com muros baixos, os vizinhos compartilhavam dos espaços em comum e mantinham relações bem mais amigáveis, tudo isso era normal.

Hoje, a realidade é outra nas metrópoles brasileiras, além da predominância da vizinhança que mantém apenas relações de polidez; da predominância dos apartamentos ou casas em condomínios fechados, com a homogeneidade espacial cada vez mais frequente; também, e, principalmente, a saúde, a segurança e a educação estão relativamente privatizadas. Restou aos que pertencem ao “polo pobreza” utilizar cada vez piores serviços de saúde, segurança e educação, em contrapartida, percebe-se que cada vez mais a classe média afasta-se dos serviços públicos.

No caso em questão supõe-se que a imersão dos indivíduos em seu mundo particular na forma que se apresenta na contemporaneidade abre precedentes para novas formas de separações, e que estes ultrapassam seus limites individuais estabelecendo-se em grupos dentro da sociedade. E, esses grupos, podem ser além de grupos ideológicos, políticos e/ou religiosos, no caso é o econômico, fortemente ligado ao processo social do individualismo. Porém, o indivíduo alimenta o processo do qual se tornará vítima, alivia-se o desamparo, massageia o ego, fortalece o seu narcisismo, ao mesmo tempo em que destrói tudo isso, com o buraco que está cavando aos seus pés.

Os indivíduos passaram a serem guiados por valores distorcidos de uma sociedade individualista. O que se percebe é que da mesma forma que a condução dos processos sociais civilizadores modificou a forma de vida cotidiana, a privatização dos serviços fruto do neoliberalismo desobrigou mais ainda o Estado. Criando assim dois mundos paralelos, os do que podem pagar escolas, planos de saúde, automóvel e segurança, e os dos que esperam esses serviços do setor público, e essa situação estende-se agora para o âmbito urbano através dos bairros planejados.

Assim, acredita-se que embora o indivíduo contemporâneo seja convocado a pertencer à sociedade, ele vive no momento em que “indivíduo e sociedade” comportam-se em instâncias separadas, talvez devido à contradição entre as exigências sociais e as necessidades individuais e, de um modo geral, essa contradição fortalece a ideia de existir um abismo entre indivíduo e sociedade, e que a contemporaneidade redimensionou esse abismo. Para compreender o que leva os indivíduos a alimentar essa dualidade entre indivíduo e sociedade,

esta reflexão construiu um raciocínio sobre o fluxo do processo social do individualismo contemporâneo:

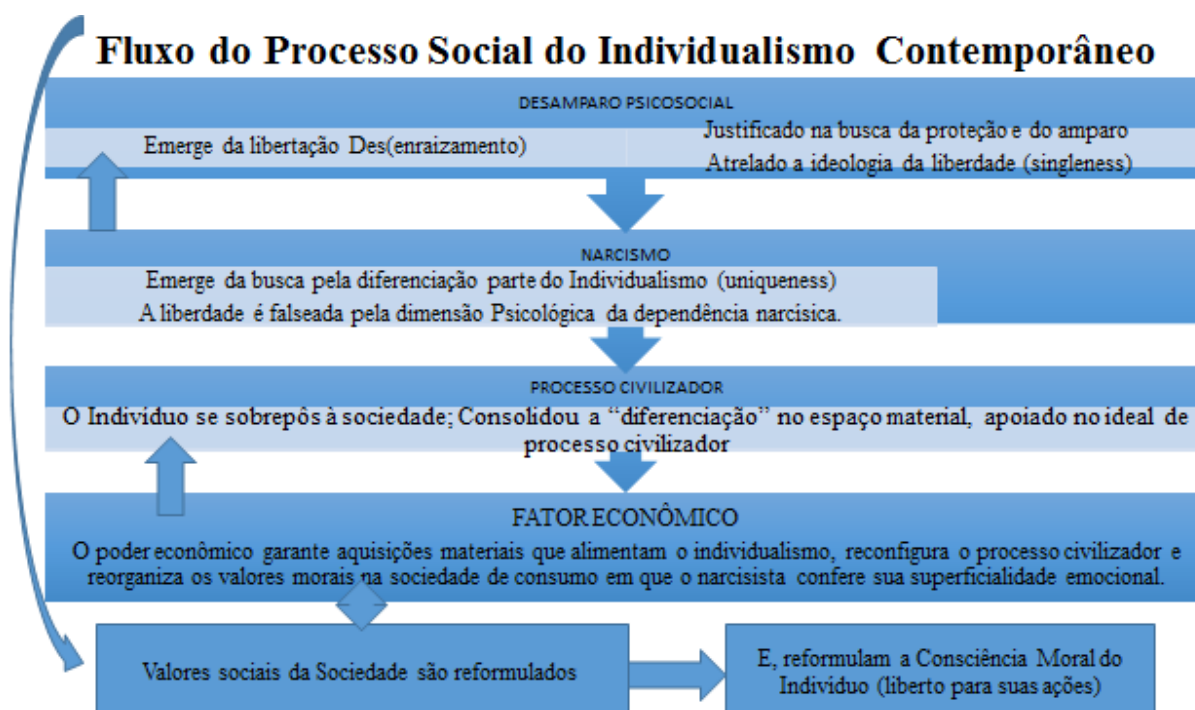


Figura 32: Processo Social do Individualismo
Fonte: Autoria própria

Como os processos psicossociais do individualismo interferem na produção material do espaço urbano?

Tudo que foi exposto sobre o individualismo não parece responder prontamente à pergunta motivadora da pesquisa. No entanto, refletindo sobre o que foi extraído da apropriação bibliográfica, pode-se tentar responder o questionamento através da compreensão do “valor” do individualismo para o homem contemporâneo, uma vez que, assim, se saberá quais são os “valores sociais” nos quais se procura identificar sua interferência nas ações dos indivíduos no espaço urbano.

Sobre os valores, Simmel retrucava que eram “valores” porque eram “valiosos” na medida em que eram conquistados e “pela superação de outros valores”, em que as coisas valem exatamente o que custam, ou custam o que valem. Em outras palavras, as coisas “valem” o que nos fazem vê-las “valiosas”. Nesse caso, é possível saber o “valor” do individualismo para o indivíduo a partir do momento em que se mede o preço que o indivíduo está disposto a pagar pela herança desse individualismo.

Assim, percebe-se que, na medida em que se afunilavam as leituras, induzia-se a buscar respostas para esse “valor” do individualismo para o indivíduo. É interessante destacar que esse valor pode inserir-se na consciência moral do indivíduo. E, segundo Freud, o Eu “se prolonga para dentro, numa entidade psíquica sem fronteira nítida”, em contrapartida “para fora o Eu, parece ter limites claros e precisos”. Ainda de acordo com Freud, essa é nossa condição humana, e isso só acontece diferente, sem ser considerado algo patológico, quando acontece o “enamoramento” e “a fronteira entre o Eu e o objeto ameaça desaparecer”. Cria-se um vínculo de encantamento que pode ser traduzido por uma espécie de “valor inestimável” pelas pessoas, coisas ou situações.

Entende-se, de início, que, para o indivíduo, o individualismo apresenta-se como uma condição “valiosa” e essa condição esta baseada no “encantamento” pela ideia de que o individualismo lhes confere a liberdade. Ou seja, pode-se “ir” sem precisar acompanhar os demais da “sociedade”, vive-se errante na contemporaneidade, fazendo dessa “errância” a busca pelo prazer em uma corrida solitária, para que se atinja o pódio “só”, afinal, será a glória do prazer individual, a sensação do privilégio.

É necessário que se compreenda as raízes desse comportamento comum a todos, independentemente de classe social. Apesar de considerar que ele é bem mais notável no “Polo Riqueza”, e que tal visibilidade é proporcionada principalmente pelas possibilidades de escolhas e formas de uso do capital, enquanto que, no “Polo Pobreza”, sua atuação se dá de forma limitada, mas não se deve esquecer que todos são “indivíduos” em condição de natureza humana. Mesmo que em contextos diversos, enquanto “Polos diferentes”, que vivem em condições de busca pelo prazer de forma diferente, assim as escolhas de suas atitudes se darão baseadas em valores sociais desenvolvidos pela “consciência moral” de cada um.

A reflexão sobre as ações do sujeito considerando as relações psicossociais foge um pouco à tendência em reduzir as análises de classes sociais, visto que a psicossociologia permite reformulações da análise do indivíduo sem desvinculá-lo das sujeições econômicas. Considerando que estas últimas servem para “florescer” os desapontamentos provocados pelo desamparo social e elevar o narcisismo à condição de “status narcísico”, pois permitem ao indivíduo concretizar suas ações “particularizadas” e “privatizadas” visando seu próprio amparo e privilégio. A instalação do Estado democrático garantiu a liberdade e a consolidação do individualismo, porém como resultado de um processo social, as constatações negativas são camufladas pela busca contínua do prazer, permanecendo-se também a imaginar a vida feliz, a busca do paraíso que jamais será encontrado na terra.

O valor do individualismo nunca foi tão contemplado, a consciência moral do indivíduo parece ter sido reformulada, após mais de cem anos de processo social do individualismo. Como bem percebeu Elias, o individualismo renasce sempre, veste nova roupagem de tempos em tempos, mas chegou para ficar. Isso porque o individualismo se apresenta para o indivíduo como valor imensurável, transfere-se ilusoriamente as ações “individualistas” ao patamar de “ações em comunidade”, como acontece a exemplo da autogestão dos bairros, essa ilusão o faz permanecer em forma de “valor moral” de uma sociedade, para que, assim, a “consciência moral” enquanto instância crítica do Eu, não possa sequer sentir-se amparada para questionar essas ações individualistas.

Na contemporaneidade, o indivíduo está no foco do universo social, cobre-se de liberdade de escolha, realização pessoal e várias possibilidades que o individualismo lhe permite na medida em que pode agir de acordo com sua vontade e prazer. Porém, o excesso de liberdade na contemporaneidade, ao passo que facilita a livre escolha, enfraquece o processo de identidade e faz o indivíduo revestir-se também de uma maior fragilidade, visto que a falta de suportes simbólicos e tradicionais de identificação levam-no às incertezas, intensificando o medo, entre outros mal-estares contemporâneos, e tudo isso somado a seu desamparo, já presente na natureza humana biológica e neurológica, o faz criar suportes simbólicos, a maioria desses suportes são permitidos através da materialização do efeito “ilusório de segurança”, que é adquirido em caráter particular e privado.

De um modo geral, reconhece-se, também, que ficou evidente que, nas cidades atuais, a insegurança desenvolve ansiedades e neuroses na vida do indivíduo metropolitano e os quadros de ansiedade e busca pelas áreas mais protegidas da violência são apontados como os principais responsáveis pela transformação urbana nas cidades contemporâneas.

Constata-se, de um modo geral, que o inconsciente do indivíduo, ao guiar suas ações na busca pelo prestígio e pela proteção, findou encravando-o no individualismo. Na constatação de Bauman sobre a materialização das buscas pessoais, o indivíduo comprando segurança, conferindo um ambiente protegido que possa, assim, garantir maior facilidade no viver, só confirma a “busca pelo prazer” em condições que podem ser expressas da “valorização do individualismo” para a materialização dessas buscas pessoais. O indivíduo na contemporaneidade, mais do que nunca, perdeu a força de lutar contra o processo social contínuo do individualismo, uma vez que sua consciência moral desenvolve milhões de justificativas ilusórias amparadas pelos voláteis valores sociais da contemporaneidade, essa observação faz crer que o “valor do individualismo” para o indivíduo contemporâneo está aplacado em seus anseios de autossuficiência.

Como bem esclareceu Elias em *O Processo civilizador*, os modos, os costumes e os comportamentos dos indivíduos proporcionados pelas exigências civilizadoras, uma vez inseridos na sociedade, dificilmente serão percebidos pela maioria dos indivíduos, eles tomam proporção de uma “segunda natureza”. Assim, os comportamentos e ações evoluem se firmando livremente pelos processos sociais contemporâneos, e não se consegue mais, sequer, diferir as ações individualistas, visto que fazem parte do indivíduo, inclusive o que se vê são os valores sociais se reformulando na contemporaneidade. Elias esclareceu que as *ofensivas civilizatórias* são ações que influenciam o comportamento social, introduzindo mudanças nos comportamentos da sociedade em um contínuo processo social e, nessa lógica racional, o homem vê o mundo através das lentes da época e dos conceitos que lhes foram ensinados:

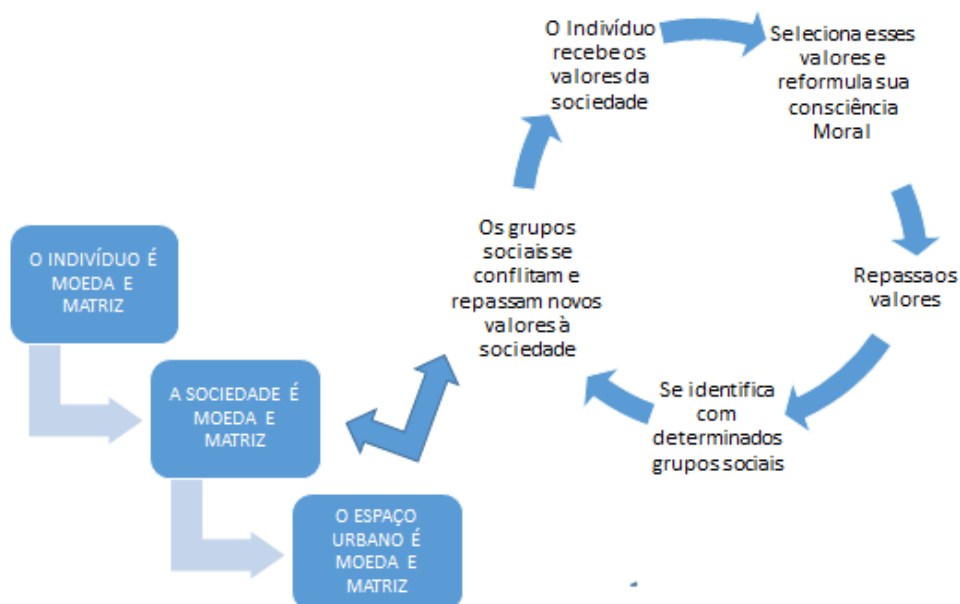


Figura 33: Ciclo Indivíduo e espaço Urbano
Fonte: Autoria Própria

De fato, a vida social, o modo de estabelecer as relações, de moldar os espaços, de construir as normas e regulamentações da vida em sociedade, não pode ser desvinculada da condição da natureza humana, principalmente, por esta condição ser o *gérmen* de toda a história humana. Freud esclarece as consequências do processo civilizador na vida psíquica do indivíduo, e nesse processo, *a ordem, a beleza e a limpeza* conduziram as transformações urbanas consolidando o individualismo no espaço material com a implantação dos bairros planejados.

Entendeu-se que o caminho tomado pela busca da “ordem” e da “limpeza”, muitas vezes encobriu intensões políticas e sociais de “distinguir” as classes econômicas, consolidando, dessa forma, essas “intenções” na produção material do espaço urbano.

A “beleza”, enquanto atuante no “espacejar”, parece ter sido desviada para as investidas “distintivas na forma de morar” dos indivíduos que tomou ares de “status narcísico”, desenvolveu-se citações populares que revelam e traduzem o anseio narcísico como “eu sou a cara do...” referindo-se ao bairro nobre.

Considerando que o bairro planejado Paiva possui exuberante beleza natural, a ordem distintiva, além da promessa de segurança que vem disfarçada na estratégia “êmica” de afastar os estranhos, vê-se uma alternativa de moradia que representa uma “armadura” criada pelos indivíduos contemporâneos a fim de evitar os “desprazeres” ocasionados pela vida na cidade e seus agravantes na vida cotidiana. Dessa forma, à luz do pensamento de Freud pode-se dizer que o problema psíquico fica preocupante ou até mesmo sério justamente quando o homem começa a criar todas as “armaduras” para evitar o desprazer.

Imagina-se, de forma humorada, se hoje o “*flaneur*” de Walter Benjamin, um errante, certamente estaria perdido, procurando o caminho para casa. Sua casa estaria dentro de um condomínio fechado, dentro, ainda, de um bairro planejado, para que este bairro garantisse seu prazer, ou, mais ainda, o protegesse dos desprazeres? Não. Certamente não. A “ordem” da desordem na cidade, a acanhada limpeza urbana e a exuberante paisagem urbana complexa e conflituosa despertaria, sim, o interesse do “*flaneur*” em divagar pelas ruas do Recife e por entre suas pontes e postes iluminados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ANDRADE, C. R. M. de. *A peste e o plano: o urbanismo sanitista do Eng.º Francisco Saturnino de Brito*. 1992. 282f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992. f. 25.

ANDRADE, T. O Pensamento Sociológico de Max Weber. In LEMOS FILHO, Arnaldo. *Sociologia Geral e do Direito*. 3 ed. Campinas: Alinea, 2008.

ARAÚJO, R. *A Cidade sou eu*. Rio de Janeiro: Novamente, 2011.

AUGÉ, M. *Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo: Papirus, 1994.

ÁVILA, F. B. *Introdução à Sociologia*. 5 ed. Rio de Janeiro: Agir, 1977.

BARBOSA, A. G. Megaprojeto Reserva do Paiva na Região Metropolitana do Recife: As Estratégias dos Agentes Capitalistas Imobiliários. In: XIII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. 2013, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <<http://www.simpurb2013.com.br/wp-content/uploads/2013/11/adauto.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2014.

BARROSO, E. M. F. A responsabilidade do Poder Público no planejamento e gestão da cidade. In: **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 17, n. 3260, 4 jun. 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/21915>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

BAUMAN, Z. [1975] *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

_____. [1990] *Aprendendo a pensar com a sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

_____. [1991] *Modernidade e Ambivalência*. Tradução: Marcus Penchel - Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

_____. [1997] *O Mal-estar da Pós-Modernidade*. Tradução: Mauro Gama, Claudia Gama - Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. [2000] *Modernidade Líquida*. Plínio Dentizien - Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. [2005] *Confiança e medo na cidade*. Tradução: Eliana Aguiar - Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

_____. [2006] *Medo Líquido*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros - Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOUDON, R.; BORRICAUD, F. *Dicionário crítico da Sociologia*. 2 ed. São Paulo: Ática, 2004.

CALDEIRA, T. P. do R. *Cidades de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, SP: 34/ Edusp, 2000.

CARVALHO FILHO, A. A. Elementos para uma política cultural pós-individualista. *Pensando – Revista de Filosofia* Vol. 1, Nº 1, 2010. Disponível em: <<http://www.ojs.ufpi.br/index.php/pensando>> Acesso em: 13 jun. 2015.

CENTELHAS, J. P. R. de C. *A fragmentação do espaço na ordem capitalista contemporânea: uma abordagem do metabolismo sócio ecológico*. Rio de Janeiro: s/n, 2010.

CIMADAMORE, A. D. *Produção de pobreza e desigualdade na América Latina*. In: CIMADAMORE, A. D.; CATTANI, A. D. (org.) Trad. Ernani Ssó. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007.

COLÓ, E. V. A Presença da Teorização da Escola de Chicago Observada em Estudos Empíricos Seleccionados. São Paulo: s/n, 2011 apud QUINN, J. *Descrições Resumidas de Algumas Subáreas Residenciais da Cidade*. Trad. Mário Eufrásio. 1950. (Apostilado).

DAL POZZO, C. F. 138f Fragmentação sócio espacial: análise das práticas sócio espaciais dos sujeitos auto segregados em Presidente Prudente – SP. 2008. 138f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

DUBAR, C. *A Socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUMONT, L. (1983) *O individualismo: uma perspectiva antropológica da sociedade moderna*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

_____. *Ensaio sobre o Individualismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

ELIAS, N. [1987] *A Sociedade dos Indivíduos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. *Envolvimento e Alienação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. [1939] *O Processo Civilizador*. Vol 1: Uma história dos costumes. Trad. Ruy Jungmann. Revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____. [1939] *O Processo Civilizador*. Vol 2: Formação do Estado e Civilização. Trad. Ruy Jungmann. Revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. 2v.

FERREIRA, P. *Manual de Sociologia*. Rio de Janeiro: Konfino, 1973.

FREITAG, B. *Teorias da cidade*. Campinas: Papirus, 2006.

FREDIANI, J. Fragmentación territorial y segregación residencial: el fenómeno de las urbanizaciones cerradas. In: [S.l.]: Estudios socioterritoriales, n. 4, p. 81- 105, dez, 2003.

FREUD, S. [1900] *A interpretação dos sonhos*. v. I e II. Rio de Janeiro: L&PM, 2012.

_____. [1905] *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. v. VII. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. [1910] *Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância*. v. XI. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. [1911] *Formulação sobre Dois Princípios do Acontecer Psíquico*. In: Obras Psicológicas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

_____. [1912] *Alguns comentários sobre o conceito de Inconsciente na Psicanálise*. In: Obras Psicológicas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

_____. [1914] *À Guisa de Introdução ao Narcisismo*. In: Obras Psicológicas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

_____. [1915] *Pulsões e destino da Pulsão*. In: Obras Psicológicas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

_____. [1915] *O Recalque*. In: Obras Psicológicas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

_____. [1920] *Além do princípio e do prazer*. In: FREUD, S. Obras completas. v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1972.

_____. [1921] *Psicologia das Massas e análise do eu*. Trad. Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, 2013.

_____. [1930] *O mal-estar na civilização*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. [1940] *O Compêndio da Psicanálise*. Trad. Renato Zwick. Porto Alegre: L & PM, 2014.

GARCIA-ROZA, L. A. *FREUD e o inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

GOMES, P. C. da C. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GUSMÃO, P. D. *Manual de sociologia*. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

HANNS, A. L. *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

JANOSCHKA, M.; GLASZE, G. Urbanizaciones cerradas: um modelo analítico. Ciudades. Puebla (México): Red Nacional de Investigación Urbana, n. 59, jul.-set. 2003, p. 09-19.

JOHNSON, A. G. *Dicionário de Sociologia: Guia prático da linguagem Sociológica*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

KOTKIN, J. *A Cidade uma História Global*. Trad. Rafael Mantovani. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

LACAZE, J.-P. *A Cidade e o Urbanismo*. Lisboa: Flammarion, 1995.

LACERDA, N. Fragmentação e integração: movimentos de (re)estruturação espacial das metrópoles brasileira. In: XIV ENCONTRO DA ANPUR, 2011. Palestra na mesa Redonda Métopoles Hoje: Fragmentação / Integração, mimeo, Rio de Janeiro, 2011.

LASCH, C. *A Cultura do Narcisismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

LEFEBVRE, H. *Marxismo*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

LEAL, S. M. R. Empresarialismo Competitivo e Produção Imobiliária no Processo de Organização do Espaço Metropolitano do Recife. In: **X COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 2004**, Salvador, dezembro de 2004.

LEITÃO, L. *Quando o Ambiente é Hostil*. Recife: Universitária, 2009.

LEITÃO, L. A cidade de Simmel, a cidade dos homens. 2011. Disponível: <http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article> > acesso em: 08 agost.2014.

_____. Onde coisas e homens se encontram: Cidade, Arquitetura e Subjetividade. São Paulo, SP: Annablume, 2014.

LEVI-STRAUSS, C. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIPOVETSKY, G. *A era do vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Trad. Miguel Serras Pereira; Ana Luísa Faria. Lisboa: Relógio d'água, 1989.

_____. *Os tempos hipermodernos*. Trad. Mário Vilela. São Paulo: Barcarolla, 2004.

LISNIEWSKI, S. A. *Emancipação, Cidadania e Reconhecimento: elaborações teóricas Narcisismo e Laço Social: a experiência da ambiguidade nas relações de trabalho*. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. 2007. Recife, PE. Disponível em: < www.sbsociologia.com.br/portal/index.php. Acesso em: 04 jun de 2015.

MACEDO, A. C. A Carta do Novo Urbanismo norte-americano. Revista eletrônica Vitruvius. 082. 03ano 07, mar. 2007 Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos> > Acesso em: 17 abr. 2015.

MAFFESOLI, Michel. *O Tempo das Tribos: O declínio do individualismo nas sociedades de massas*. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

MARCUSE, H. *Ideias sobre uma teoria crítica da sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MARCUSE, P. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado. In: Espaço e Debates. São Paulo: s/n, 2004.

MARTINS, C. B. *O que é sociologia*. São Paulo: Nova Cultural/Brasiliense, 1986.

MELLENDEZ, A.; RUMIS, M; LEIVA, M. (DPZ Latin America); LENZI, S.; LERNER, J.: *Plano urbanístico, Palhoça, SC*. Cidade-bairro aposta em urbanismo sustentável. Projeto Design, edição 336, 2008.

MENEZES, J. L. M. *EU, Maurício: O espelho de Nassau*. Recife: Instituto Cultural Bandepe, 2004.

MORAES FILHO, E. de (org.). *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

OLIVA, A. *A Solidão da cidadania*. São Paulo: Senac, 2000.

PECHMAN, R. M. *Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular*. apud: BRESCIANI, S. (org.). *Imagens da cidade – Séculos XIX e XX*. São Paulo: INPUH/São Paulo -Marco Zero – FAPESP, 1993.

PEIRANO, M. A Índia da Aldeias e a Índia das Castas: Reflexões sobre um Debate. In: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 30, n.1, 1987, pp. 109 – 22.

QUIVY, R.; CAMPENHOUD, L. V. *Manual de investigação das ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, 2013.

REIS FILHO, N. G. *Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano*. São Paulo: Via das Artes, 2006.

ROMANINI, A. Princípios do Novo Urbanismo no desenvolvimento de bairros sustentáveis brasileiros. Anais nutau. 2014. Revista Eletrônica USP. > Disponível em: http://www.usp.br/nutau/anais_nutau2014/trabalhos/Nova%20pasta/romanini_anicoli.pdf Acesso em: 16 de abr.2015.

SANTOS, E. de O. Segregação ou fragmentação sócio - espacial? Novos padrões de estruturação das metrópoles latino-americanas. geo textos, vol. 9, n. 1, jul. 2013. Disponível em: <http://www.base.repositorio.unesp.br/>. Acesso em 05 jun. 2015.

SENNETT, R. *Carne e Pedra: O Corpo e a Cidade na Civilização Ocidental*. Rio de Janeiro: BestSeller Ltda, 2008.

_____. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. Trad. Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Respeito: A formação do caráter em um mundo desigual*. Trad. Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SERPA, A. *O Espaço Público da Cidade Contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. Lugar e Centralidade em um Contexto Metropolitano. In: ALESSANDRI, A. F.; SOUZA, M. L. de; SPOSIO, M. E. B. (org.) *A Produção do Espaço Urbano: Agentes, processos escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2012.

SIMMEL, G. *O Conflito da cultura moderna e outros escritos*. Arthur Bueno (org.) Trad. Laura Rivas Gagliardi. São Paulo: Senac, 2013.

_____. *A Metrópole e a Vida Mental*. In VELHO, O. G. (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

_____. *O indivíduo e a liberdade*. In SOUZA, J.; ÖELZE, B. (orgs.) *Simmel e a Modernidade*. Brasília: Unb, 1998b. p.109-117.

_____. (1903) *As grandes cidades e a vida do espírito*. In Revista Mana, v. 11, n.2, p 577-591, 2005.

_____. (2005) *Filosofia do Dinheiro [1900]-(1977) & O Indivíduo e a Liberdade*. In SUZA, J.; ÖELZE, B. (orgs.) *Simmel e a Modernidade*. Brasília: UnB, 2005.

_____. *O Conflito da Cultura Moderna e outros escritos*. Artur Bueno (org). São Paulo: Senac, 2013.

SODRÉ, M. *A máquina de narciso: televisão, indivíduo e poder no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

SPOSITO, M. E. B. Novos territórios urbanos e novas formas de habitat no Estado de São Paulo, Brasil. In: BARAJAS, L. F. C. (coord.). *Latino América: países abiertos, ciudades cerradas*. Guadalajara: UNESCO, 2002.

SWEDBERG, R. Max Weber e a ideia da Sociologia Econômica. Princeton: University Press. 1998. 315 p. In SWEDBERG, R. et alli. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, Vol. 16, n. 2 (Número temático em “Sociologia Econômica”), São Paulo, dezembro de 2004.

TEDESCO, J. C. Georg Simmel e as ambiguidades da modernidade. Disponível em: <http://www.revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article > acesso em: 10/05/2015.

TEIXEIRA, E. Reflexões sobre o paradigma holístico e holismo e saúde. In Rev. Esc. Enf. USP, v. 30, n. 2, p. 286-90, ago. 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>> .Acesso em: 05 jun. 2015.

TOCQUEVILLE, A. *A Democracia na América*. 2 vol. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2001.

WAIZBORT, L. *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: Editora 34, 2000.

WEBER, M. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

_____. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

SITES CONSULTADOS:

ALPHAVILLE BARUERI São Paulo, por Júnior Holanda. Disponível em: www.flickr.com/photos/barueri. > Acesso em 18 abr. 2015.

BAIRRO PLANEJADO JARDINS PERDIZES. Disponível em: <http://ri.tecnisa.com.br> > Acesso em: 16 abr. 2015.

BAIRRO PLANEJADO CIDADE UNIVERSITÁRIA PEDRA BRANCA. Disponível em: cidadepedrabranca.com.br >. Acesso em: 15 mai. 2015

BAIRRO PLANEJADO PALHOÇA SC. Disponível em : <http://www.paysage.com.br/bairro-planejado> > Acesso em: 12 jun. 2015.

BAIRRO PLANEJADO PARQUE DA CIDADE. 2013. Disponível em: <http://www.parquedacidade.com.br/category/o-projeto/>>. Acesso em: 17 abr. 2015.

BAIRRO PLANEJADO PARQUE TAUÁ. Disponível em: <http://www.parquetaua.com.br> > Acesso em: 12 jun. 2015.

BAIRRO PLANEJADO PRESTIGE ALTA VISTA. 2015. Disponível em: <http://www.teixeiraduarte.com.br/> > Acesso em: 12 jun. 2015.

BAIRRO PLANEJADO VALE DOS CRISTAIS. Disponível em: <http://www.acsincorporadora.com.br/vale-dos-cristais-taubate> > Acesso em 12 jun. 2015.

IMAGEM NO ESPELHO CASA JARDINS PERDIZES. Disponível em: <http://www.comprapartamentonovo.com/exclusivo/fotos-jardim-das-perdizes> > Acesso em: 11 jun. 2015.

IMAGEM ESPELHO NA MÃO. Disponível em: <http://www.meureflexonoespelho.blogspot.com> > Acessado em: 12 jun. 2015.

ODEBRECHT REALIZAÇÕES IMOBILIÁRIAS. Disponível em: <http://www.orealizacoes.com.br/> > Acesso em: 14 fev. 2015.

TRANSPORTES URBANOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE. Disponível em: <http://www.granderecife.pe.gov.br/web/grande-recife>. > Acesso em: 15 mar. 2015.

VISTA DO SATÉLITE RESERVA DO PAIVA E PRAIAS VIZINHAS. Disponível em: <<http://www.earth.google.com> Acesso em: 15 abr. 2014.